

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História

Giorgia de Medeiros Domingues

“MULHERES-HOMENS” NAS FRONTEIRAS DA ORDEM

Florianópolis

2010

Giorgia de Medeiros Domingues

“MULHERES-HOMENS” NAS FRONTEIRAS DA ORDEM

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo orientador o Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro.

Florianópolis

2010

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se precisam aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

(Nelson Mandela)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senhor Délio e a Senhora Iara, meus pais, por seu amor incondicional, por acreditarem em meu potencial, por terem investido em mim e em meu irmão e priorizado nossa educação; a meu irmão e minha cunhada Paula, pois apesar da distância e dos tumultos do dia-a-dia são capazes de ofertar o que há de mais necessário ao ser humano: carinho, apoio, dedicação. Ao meu sobrinho Vitor, que apesar de ainda não falar, expressa todo seu carinho e seu sentimento com um enorme sorriso. Ao sobrinho Yohan que me mostrou que os laços de sangue não são os únicos capazes de nos unir. Ao meu companheiro Sílvio, pela compreensão, dedicação e carinho, por ter suportado minhas alterações de humor em momentos de intempéries, por ter silenciado nos momentos em que eu precisava falar e ter se manifestado nos momentos em que eu precisava ouvir.

Agradeço aos amigos, de pouco e de longo tempo, que me acompanharam durante o trajeto dessa e de outras jornadas, que compartilharam comigo momentos de alegrias e de dificuldades. Agradeço então, à amiga de longa caminhada, Vanessa Grando, pois apesar da distância faz-se presente nos momentos mais felizes, mais importantes e mais difíceis da minha vida. Agradeço ainda, a Simone Aparecida Rengel, Rafael Saldanha, Nildo Inácio, Fábio Garcia e Marcelo Milezzi, amigos especiais que conquistei e que me conquistaram. Agradeço ainda aos casais de amigos: Renato e Denise; Nivaldo e Elizângela; Marcelina e Bittencourt; Carlos e Cláudia por compartilharem suas alegrias e angústias e transformarem os dias difíceis em mais prazerosos.

Também não posso deixar de agradecer a companheira de trabalho Claudete, da E.E.F. Venceslau Bueno, por estar sempre presente, disposta a conversar, ouvir e dar conselhos. Agradeço ainda aos historiadores e companheiros de trabalho do IEE, Marli e Norberto C. da Silva Júnior, pelo apoio, compreensão e ajuda nas trocas de horários.

Aos amigos mestrandos, doutorandos e professores do Programa de Pós Graduação em História da UFSC que contribuíram com idéias para a elaboração dessa dissertação. Em especial ao professor Valmir Francisco Muraro, por ter aceitado orientar meu trabalho, pela disponibilidade e paciência dedicadas. Um

agradecimento especial também aos Professores membros da banca de defesa, Rogério Luiz de Souza, Adriano Luiz Duarte e Marlene de Fáveri por terem aceitado o convite e contribuírem para a finalização da dissertação. Agradeço ainda a Nazaré, por ser sempre solícita, atenciosa e prestativa com os alunos da Pós-Graduação em História.

Por fim, agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

RESUMO

Neste trabalho proponho analisar a influência do discurso católico e higienista na distinção dos papéis sociais femininos e masculinos em Santa Catarina, entre o final do século XIX e meados do século XX, dois períodos distintos do processo de nacionalização brasileira. Mais do que um estudo referente aos papéis sociais, busco compreender quem eram as “mulheres-homens”, quais eram suas estratégias de sobrevivência e os motivos os quais foram consideradas o avesso do modelo feminino idealizado.

Palavras-Chave: “mulheres-homens”, papéis sociais, discursos normatizadores.

ABSTRACT

This work aims to analyse the influence of catholic discourse and hygienist in the distinction of social female and male roles in Santa Catarina, between the late nineteenth and early twentieth century, two distinct periods on the process of the nationalization process in Brazil. More than a study on social roles, it tries to understand who were the “women-men” and which were their strategies in order to survive and the reasons they were considered the opposite of a feminine model standards.

Keywords: “women-men”, social roles, standard speeches.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. NO ESPAÇO DA DESORDEM A ORDEM É RESISTIR	23
1.1. DA FAMÍLIA PATRIARCAL A FAMÍLIA HIGIÊNICA IDEAL	24
1.2. OS MÉDICOS DECLARAM A "MISSÃO SUBLIME" DA MULHER	35
1.3. REPÚBLICA: UTOPIA E EXCUSÃO	47
1.4. ALIENISTAS E ALIENADOS.....	64
1.5. A BELLE ÉPOQUE CHEGA A CIDADE INSULAR E PROVINCIANA	69
2.0. "MULHERES-HOMENS" REGENERAI-VÓS EM NOME DA NAÇÃO	78
2.1. A MODERNIDADE VERDE E AMARELA	78
2.2. A NOÇÃO DE FAMÍLIA E A NAÇÃO FAMÍLIA	88
2.3. PECADORAS FILHAS DE EVA: MULHERES NA IMPRENSA CATÓLICA CATARINENSE.....	97
2.4. MUDANDO A INDUMENTÁRIA : "MULHERES-HOMENS" NA IMPRENSA NOTICIOSA CATARINENSE.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
LISTA DE FONTES	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

O título desta Dissertação faz referência a polêmicos casos encontrados no jornal *O Estado*, os quais conduziram a reestruturação da proposta inicial de análise que consistia em identificar nos discursos higienista, positivista e católico os motivos que fundamentaram a distinção dos papéis sociais femininos e masculinos em Santa Catarina. A problemática da investigação compreendia o espaço temporal entre os anos de 1930 e 1945, momento no qual ocorreram inúmeras transformações no discurso político, médico e religioso em relação ao corpo, à família e ao ambiente social. O período em questão justificava-se pelo aumento quantitativo da normatização das condutas sociais e da necessidade de continuar mantendo a mulher na esfera familiar.

Diante das expectativas iniciais, utilizei como fontes documentais alguns jornais catarinenses localizados no Arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. À medida que adquiria contato com as fontes, as notícias relativas ao convívio entre homens e mulheres aparentavam ser muito comuns. Nelas, a cidade de Florianópolis era representada como espaço de mudanças, conflitos e sociabilidades.

As tensões da vida cotidiana e as relações conflituosas entre homens e mulheres configuravam-se de modo numeroso nas informações publicadas. As representações do feminino e do masculino, bem como as desavenças referentes aos papéis familiares, sociais e aos lugares dos homens e das mulheres na sociedade apresentavam-se de maneira muito sugestiva nos jornais, sendo possível observar, que os estereótipos criados a partir dos discursos eram ricos e variados.

Muitas mulheres eram representadas como bruxas, megeras, vingativas, interesseiras, ardilosas, traidoras e em alguns casos, como vítimas do ciúme excessivo e da violência implacável dos homens. Os homens, por sua vez, ao mesmo tempo em que eram observados como vítimas das armações e traições femininas, também eram identificados como violentos e como autores de muitas histórias trágicas narradas nos jornais.

No que se refere às relações conflituosas entre homens e mulheres, poderíamos observar os títulos: “Preparou a morte de sua própria esposa”, “A esposa quer exterminá-lo”, “Prenda-me que matei

meu marido!”, Arrancou o nariz da espôsa com uma dentada!” “Vestiu-se de homem e espancou o marido!”.

Em relação às representações das mulheres, destacaria: “Nas unhas da megera”, “Caso de bigamia feminina”, “Casado com uma bruxa, bebeu de um philtro mágico e apaixonou-se”, “A arte feminina da pesca de maridos”, “Suicida espetaculosa”, “Moça sem vergonha causa uma tragédia”.

Quanto à representação dos homens nos jornais pesquisados, enfatizaria as chamadas: “O noivado de um explorador”, “Marido de 3 mulheres”, “Entreviu a bala e a faca no incidente da filha com o genro”, “Bígamo simplório”, “Desvairado de ciúme”, “O que faremos de nossas filhas?”, “Em defesa da mãe, esfaqueou o próprio pai”.

As reportagens, ricas em pequenos detalhes, possibilitavam observar a reprodução de velhos discursos culturais que renasciam no período. Mas, o mais interessante e que viria mudar os rumos da pesquisa, ainda estava por vir. Os dias passavam e a curiosidade de saber habilitava minha apreciação e me impulsionava a pesquisar de forma mais atenta e minuciosa. Quando menos esperava, em uma tarde de investigação aparentemente igual, encontrei uma chamada do jornal *O Estado* muito interessante: Maria, agora, é Mário! Embora a notícia fosse pequena, inúmeras dúvidas e idéias surgiam à medida que realizava a leitura.

O que vou narrar evidencia as direções que uma pesquisa pode seguir. O simples episódio ocorrido em Belo Horizonte em 1938 despertou minha atenção não apenas pelas expressões utilizadas, mas também pelo tom discursivo apresentado, pois relatava de forma sucinta a história de uma jovem que após ter vivido 27 anos como mulher, trocou de sexo ao ter descoberto ser fisicamente um homem. Sem hesitar, de todos os dias de investigação no arquivo, esse certamente quebrou a rotina anterior e superou as expectativas em relação às informações que poderia encontrar.

Como era possível a mudança de sexo de uma jovem em pleno Estado Novo? Episódios como esse eram comuns na época? Como ocorria a construção dos papéis sociais de um indivíduo que modificava de sexo? E a mais intrigante de todas: Seria possível mudar os rumos de minha pesquisa?

Perguntas como essas, conduziram ao questionamento de minha proposta inicial de análise. O que fazer diante de uma notícia como essa? Ignorá-la? Valorizá-la? O perigo de ser seduzida pelas fontes reprimia meus impulsos e indagações. A mudança da perspectiva de análise, no entanto, ocorreu lentamente com o incentivo por parte de

meu orientador e dos professores e colegas da Linha de Pesquisa da qual faço parte.

A princípio, iniciei diversas investigações nos jornais com o intuito de encontrar casos similares ao de Maria. Para minha surpresa, as expectativas superavam-se dia após dia no arquivo, pois além do episódio citado, os jornais catarinenses publicaram uma série de notícias sobre mulheres que se trajavam como homens e forjavam outras identidades. Ao realizar as leituras, o termo “mulheres-homens”¹ chamou-me a atenção. Afinal, quem eram essas mulheres? Qual era seu lugar na sociedade? O que justificava a publicação de tais informações?

Para chegar às respostas dessas perguntas, era necessário procurar as “mulheres-homens” nas páginas e em seus discursos, nas entrelinhas, adentrar em seu espaço social, em suas vidas privadas, no seu cotidiano; persegui-las pelas ruas, bares, cafés, teatros, em seus empregos, para finalmente entender seu perfil.

Muito distante de possuir conhecimentos científicos alusivos ao hermafroditismo, a troca de sexo e mudança de indumentária, senti nas discussões realizadas, nas perguntas, idéias e acima de tudo na identificação com o tema, florescer lentamente meu foco atual de análise. Diante de numerosas inquietações, a nova proposta configurava-se à medida que as informações apareciam. Mais do que questionar as fontes, o desafio consistia em ter sido questionada por elas. Dessa forma, as imagens construídas nas narrativas dos jornais me conduziram a repensar os papéis sociais normativos e observar os que se constituíam além deles.

Durante muito tempo, diversos pesquisadores destacaram e universalizaram os papéis sociais normativos e as experiências vividas por indivíduos de classes mais abastadas. Nessa trajetória, as experiências de homens e mulheres de outras realidades sociais foram negligenciadas e silenciadas. Suas condutas, estratégias de sobrevivência, formas de organização familiar e de trabalho foram menosprezadas por um capítulo da historiografia que exaltava a história dos grandes feitos e dos grandes homens.

Novas formas de pensar e escrever a História, no entanto, abriram espaço para outro capítulo da historiografia. Inúmeros personagens que haviam sido silenciados transformaram-se em objeto de estudo de diversos pesquisadores. A análise que pretendemos

¹ Do decorrer de nosso trabalho algumas expressões apresentam-se entre aspas haja vista terem sido encontradas em nossas fontes de pesquisa e utilizadas por vozes normatizadoras.

desenvolver, portanto, encontra-se inserida no campo da História Social, uma vez que este compreende estudos referentes a categorias, grupos sociais e formas de trabalho.

O objeto de nossa análise faz referência às “mulheres-homens”, personagens inquietantes que não se enquadravam no modelo feminino idealizado e que em geral, viviam realidades sociais e experiências diferentes das mulheres de classes mais abastadas. O termo a ser problematizado, era utilizado pelos jornais catarinenses entre os anos de 1930 e 1945 para designar com maior freqüência, hermafroditas e mulheres homossexuais, embora também fosse empregado às mulheres que não seguiam os papéis sociais normativos, as que praticavam esportes considerados masculinos e as que se apresentavam socialmente com indumentárias masculinas.

O estudo das “mulheres-homens”, portanto, tem como principal objetivo analisar a influência do discurso católico e higienista na distinção dos papéis sociais femininos e masculinos em Santa Catarina, entre o final do século XIX e meados do século XX, dois períodos distintos do processo de nacionalização brasileira. Mais do que um estudo referente aos papéis sociais, busco compreender quem eram as “mulheres-homens”, quais eram suas estratégias de sobrevivência e os motivos os quais foram consideradas o avesso do modelo feminino idealizado.

Os pesquisadores Hermes Reis Araújo, Joana Maria Pedro, Roselane Neckel Kupla, Henrique Luiz Pereira Oliveira, Ivonete Pereira, Sandro da Silveira Costa, Juliana Sardá² com análises diferenciadas observaram o processo de urbanização e modernização ocorrido em Florianópolis ao final do século XIX e início do século XX e evidenciaram sua estreita relação com o discurso médico higienista vigente na época. As dificuldades para a implantação do projeto de limpeza moral e social da cidade, a relação das elites e autoridades locais no processo de segregação dos indivíduos, as resistências das

² ARAÚJO, Hermes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.; COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960)*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.; KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.; PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.; PEREIRA OLIVEIRA, Henrique Luiz. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

classes menos abastadas à implantação do projeto, a constituição das classes pobres enquanto perigosas também estiveram presentes em suas discussões. No entanto, observamos nessas obras, com exceção a de Joana Maria Pedro, a ausência de nossas personagens.

Em relação ao discurso higienista e eugenista em Santa Catarina durante o período de 1930 a 1945, ressaltamos os trabalhos realizados por Cynthia Machado Campos, Rogério Luiz de Souza, Ana Claudia Ribas, Elisa Paula Marques, Marcos Costa Melo³ por versarem sobre as formas de intervenção utilizadas para regulamentar e normatizar condutas dos cidadãos catarinenses com intuito de enquadrá-los no processo de nacionalização. Nesses estudos, também encontramos análises referentes à padronização de comportamentos, aos investimentos realizados por políticas públicas na construção de instituições totais⁴, a consolidação de diversos dispositivos de controle e o combate de indivíduos que não se enquadravam no projeto de homogeneização. Contudo, os estudos citados também não apresentaram informações referentes às “mulheres-homens”.

O tema mulheres originou inúmeros estudos. No âmbito nacional, podemos destacar os realizados por Eni de Mesquita Samara, Maria Odila Leite, Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Margareth Rago e Miriam Moreira Leite⁵, os quais apresentam a luta das mulheres pela igualdade e cidadania; as experiências e os percalços por elas vividos; suas estratégias de resistência e sobrevivência; os estigmas e preconceitos sofridos por não se enquadrarem no modelo idealizado pelas elites e autoridades. Além disso, alguns dos trabalhos citados também destacaram como a medicina social classificou e normatizou

³ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.; MARQUES, Elisa Paula. *A loucura engarrafada: relações alcoolismo-loucura em Florianópolis nas décadas de 1930 a 1960*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.; MELO, Marcos Costa. *Ser ou não ser, louco é a questão: relações crime-loucura*. Florianópolis, 2004. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.; RIBAS, Ana Claudia. *A “BOA IMPRENSA” E A “SAGRADA FAMÍLIA”*: Sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica de Florianópolis – 1929/1959. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.; SOUZA, Rogério Luiz de. *Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

⁴ Segundo Erving Goffmann “toda instituição tem tendências de ‘fechamento’. [...] Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.” In: GOFFMANN, Ervin. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

⁵ As referências das obras citadas encontram-se no decorrer da análise e na bibliografia final do trabalho.

determinadas mulheres. Embora nossas personagens tenham sido apresentadas em algumas obras nas quais as mulheres foram problematizadas⁶, não conhecemos no Brasil pesquisas na área de História que se dediquem ao estudo específico das “mulheres-homens”.

Uma das maiores dificuldades encontradas para elaborarmos nossa análise foi conceituarmos a “mulher-homem” utilizando uma única fonte. Para solucionarmos tal problema, nossas estratégias de leitura consistiram no acréscimo de contexto ao texto, elemento imprescindível para que entendêssemos a finalidade de determinados discursos jornalísticos. Assim sendo, o conhecimento da atualidade histórica da fonte, ou seja, momento no qual fora produzida, foi de suma importância para que pudéssemos visualizar os jornais não apenas como veículos de informação, mas também como formadores de opiniões e construtores de imagens.

A leitura das fontes é diferente para cada pesquisador. Ela modifica a cada elemento novo que adicionamos ao contexto histórico da narrativa. De maneira similar, a análise sobre a fonte nunca é a mesma, pois para diferentes momentos da pesquisa, ela se transforma e assume proporções incalculáveis, às vezes, inesperadas. Ler o não dito, o não exposto, as entrelinhas, é, portanto, um grande desafio. Nossa fascinação enquanto pesquisadores de história, no entanto, consiste exatamente em correremos riscos e ao mesmo tempo termos a possibilidade de desvendar mundos novos, descortinar realidades ocultas e silenciadas.

Apesar dos fatos serem imutáveis, consideramos que existem inúmeras formas de chegarmos até eles, de entendê-los, de interpretá-los, de recriá-los, mesmo não tendo sido suas testemunhas oculares. Portanto, ao realizarmos a análise do contexto histórico de nossas personagens, não tivemos a pretensão de alcançar a realidade vivida por elas. Nossos objetivos consistiram em observar os motivos para que determinadas vozes as normatizassem.

As vozes normatizadoras estavam presentes nos relatórios policiais e do Estado, nos boletins médicos, nos processos-crime, nos jornais, nas revistas, entre tantos outros. Ao realizarmos nossas investigações nos jornais catarinenses, não encontramos discursos normatizadores referentes às “mulheres-homens” da região. Os episódios relatados eram

⁶ Referimo-nos as obras de Eni de Mesquita Samara, Maria Odila Leite Silva Dias e Joana Maria Pedro, as quais problematizaram questões referentes ao trabalho feminino e à constituição de papéis sociais femininos distintos dos normativos. As referências de suas obras encontram-se no decorrer de nossa análise.

em geral de mulheres de outros Estados e países. Devido a esse motivo, optamos em analisar não os discursos referentes às mulheres catarinenses em si, mas aqueles destinados às mulheres as quais os jornais catarinenses enfocavam. Esta também foi uma estratégia adotada para entendermos quais mensagens se pretendiam transmitir para as catarinenses nesses periódicos.

A ausência das “mulheres-homens” catarinenses nos jornais pesquisados dificultou seu rastreamento em outras fontes e nos direcionou a outras observações. Pensar que elas não existiam no Estado seria ingênuo de nossa parte. Mais interessante seria questionarmos os motivos para que tenham sido ocultadas em determinados espaços. As fontes consultadas sugeriam que ao narrar comportamentos considerados estranhos ou impróprios de mulheres que não eram catarinenses evitava-se abordar histórias similares que aconteciam na região. Mais do que isso, sendo o jornal um veículo formador de opiniões, supomos que essa era uma forma de apresentar para as catarinenses o que não deveria ser feito ou exposto por elas.

Ao seguirmos a trajetória das nossas personagens, optamos por analisar os discursos normatizadores veiculados nos jornais *O Apóstolo* e *O Estado*, dois representantes distintos da imprensa catarinense. Neles, os modelos femininos exemplares e os não idealizados não eram apresentados de maneira similar. Além disso, a expressão “mulher-homem” utilizada constantemente pelo jornal da imprensa noticiosa não se fazia presente no periódico da imprensa católica. Diante de sua ausência procuramos responder qual modelo feminino construído no jornal *O Apóstolo* correspondia ao da “mulher-homem” apresentando no periódico *O Estado*.

A mulher de papel, construída e reconstruída pela imprensa em geral, era aquela cujos discursos normatizadores almejavam que se edificasse na realidade. Assim, o modelo da mulher, mãe, dona de casa, estendia-se ao período de 1930 a 1945, momento no qual o novo processo de modernização do Brasil necessitava da constituição de cidadãos dóceis, sadios e laboriosos; motivo que induziu o olhar médico e estatal voltar-se para a mulher e a família. A presença de mulheres que se desviavam do modelo feminino idealizado evidência “não somente a resistência dessas normas culturais, como também a importância das mulheres e de seu comportamento nos embates sociais.”⁷

⁷ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 15.

No período analisado, diversas eram as condutas que não correspondiam às expectativas dos agentes normatizadores. Por isso, no decorrer de nossa análise, outros personagens normatizados pelo discurso médico, católico e estatal, também estiveram presentes. A partir do rastreamento dos personagens estigmatizados e marginalizados, devido seus comportamentos, suas moradias, suas formas de relação e de trabalho, foi possível conceituarmos as “mulheres-homens” sob a ótica dos discursos normatizadores.

Para esclarecermos os motivos pelos quais as “mulheres-homens” fossem designadas dessa maneira, no primeiro capítulo, intitulado *No espaço da desordem, a ordem é resistir*, pretendemos analisar as origens do discurso higienista e nacionalista, os quais serviram como base para a constituição do nacionalismo varguista. Consideramos necessário contextualizar o período do final do século XIX e início do século XX para que possamos justificar os motivos pelos quais sob a ótica dos discursos normatizados tenhamos analisado as “mulheres-homens” como membros das “classes perigosas.”

Em “*Mulheres-homens*”: *regenerai-vos em nome da nação*, pretendemos esclarecer os motivos para a construção de imagens femininas ambíguas e não idealizadas no momento em que se pretendia constituir uma identidade nacional homogênea. Nesse contexto, considerava-se que a mulher deveria assumir o papel fundamental na educação disciplinadora dos filhos e na organização familiar, garantindo dessa forma a edificação de um cidadão dócil, adestrável e laborioso, ou seja, mão-de-obra disciplinada, útil e saudável para a nação.

1º CAPÍTULO

1 - NO ESPAÇO DA DESORDEM, A ORDEM É RESISTIR

Neste capítulo, pretendemos analisar algumas cidades brasileiras ao final do século XIX e início do século XX, sob o prisma do discurso higienista que as observava enquanto espaços da desordem, uma vez que nelas transitavam indivíduos que resistiam à nova ordem urbana e elaboravam suas próprias estratégias de luta, sobrevivência e resistência. As “mulheres-homens”⁸, objeto de estudo da presente análise, serão apresentadas indiretamente no decorrer do capítulo enquanto membros das “classes perigosas”⁹.

A trajetória que propomos realizar perpassa as relações familiares e sociais, portanto, públicas e privadas, com o intuito de demonstrarmos como os médicos se inseriram na vida familiar, ditaram normas, regras, papéis sociais, adquiriram autoridade e prestígio. Os discursos científicos que apresentaremos, almejaram naturalizar, disciplinar, moralizar e medicalizar¹⁰ os corpos para modernizar o Brasil. Desta forma, pretendemos analisar discursos que emergiram nesse período e serviram como fundamento para a construção da

⁸ A expressão “mulheres-homens”, apresentada comumente nos jornais catarinenses entre os anos de 1930 e 1945, assumiu variados significados no decorrer da história. Segundo Gilberto Freyre, em sua obra: *Sobrados e Mucambos*, no início do século XIX, a palavra “mulher-homem” era utilizada para designar mulheres que não se restringiam apenas a seu papel social normativo de mãe, educadora e reprodutora dos bens do marido e de sua família. Ainda conforme Freyre, as expressões “homem-mulher” e “mulher-homem” eram utilizadas para definir homens e mulheres de algumas sociedades primitivas nas quais os homens dedicavam-se aos afazeres domésticos e as mulheres responsabilizavam-se pelos extradomiciliares. No decorrer do século XIX, período que pretendemos analisar neste capítulo, a palavra “mulher-homem” era destinada às mulheres que não se restringiram apenas a seu papel social de mãe e educadora, exerciam ofícios fora do espaço doméstico, apresentavam-se socialmente com indumentárias do sexo oposto, forjavam outras identidades e transitavam em espaços considerados inapropriados para seu gênero.

⁹ O termo “classes perigosas” era utilizado frequentemente por médicos higienistas fazendo referência a todos os que representavam empecilhos à civilização. Dentre eles, encontravam-se ex-prisioneiros, ladões, desempregados, alcoólatras, boêmios, prostitutas, loucos, negros, homossexuais; ou seja, indivíduos que não seguiam os padrões de conduta estabelecidos e não se “higienizavam”.

¹⁰ No decorrer de nossa análise, utilizaremos as expressões medicalização dos corpos, da mulher e da família, referindo-nos ao processo pelo qual nossa sociedade transferiu ao domínio da medicina, práticas para disciplinar os corpos e as condutas. Michel Foucault aborda a questão da medicalização como uma prática de biopoder utilizada pelo Estado Moderno, por meio de diversas técnicas, para obter o controle dos corpos e das populações. In: FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 12 ed. Trad. Petrópolis: Vozes, 1987.

nacionalidade brasileira, ajudaram a ampliar as diferenças sociais, a exclusão e o estigma.

1.1 – DA FAMÍLIA PATRIARCAL A FAMÍLIA HIGIÊNICA IDEAL

Ao longo dos tempos, os valores sociais em relação ao papel do homem e da mulher vêm mudando lentamente e adotando novas formas. Aliado à postura feminina, questionadora e modificadora, um novo paradigma social manifestou-se: a modernidade brasileira.¹¹ Sua construção ideológica e simbólica, assinalou a necessidade de intervenção no espaço público, com a finalidade de modernizar o Brasil e torná-lo civilizado calcando-se em novos moldes europeus.¹²

Os idealizadores do modelo que se pretendia instaurar almejavam romper com alguns elementos da antiga estrutura colonial, tais como o escravismo e o patriarcalismo, considerados empecilhos ao progresso e à civilização. No entanto, para transformar o Brasil em um país moderno e civilizado, também havia a necessidade de modificar outra estrutura considerada naquele momento histórico enquanto atrasada e cheia de vícios: a familiar.

No início da colonização brasileira, as condições locais favoráveis teriam sido fatores decisivos para a implantação de uma base econômica fundamentada no latifúndio, na monocultura e na escravidão. A concentração de terras nas mãos de uma ou mais famílias resultou na instalação de uma sociedade paternalista na qual a figura paterna concentrava enorme poder e as relações de dependência, parentesco e solidariedade eram estimuladas.¹³

Conforme Gilberto Freyre, no sistema patriarcal agrário, a diferenciação dos sexos e a determinação de seus papéis sociais eram de suma importância para que o poder do patriarca se legitimasse e se mantivesse. Nesse modelo, cabia à mulher a função social de administrar a casa, ter filhos e criá-los, enquanto ao homem, competia a

¹¹ Na presente análise, observamos enquanto modernidade brasileira, as tentativas de implantação do projeto higiênico urbano/sanitarista o qual tinha por finalidades modernizar e “civilizar” o Brasil, intervindo na formação social dos indivíduos e reeuropeizando centros urbanos ao final do século XIX e início do século XX.

¹² Utilizamos a expressão novos moldes europeus, pois o modelo que se pretendia implantar no Brasil ao final do século XIX e início do século XX buscava distanciar-se ao máximo do modelo de sua antiga Metrópole, considerado impróprio para o novo padrão de civilidade e modernidade que se almejava edificar. Por tal motivo, o processo de reeuropeização do Brasil, refutou o modelo lusitano e se esmerou nos ideais modernos franceses e ingleses.

¹³ No que diz respeito à economia fundamentada no latifúndio, monocultura e escravidão, consultar: PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p 33 e 34.

ação, a iniciativa e o domínio. Dessa forma, o patriarca era incumbido da função de administrar os negócios, preservar a honra e a integridade da família e exercer o domínio sobre os membros de seu grupo.

A família patriarcal era composta por parentes e agregados. O modelo de Antônio Cândido, exposto por Eni de Mesquita Samara, apresenta de forma mais especificada sua constituição. De acordo com suas observações, tal estrutura familiar era organizada por um núcleo central, constituído pelo chefe, esposa e descendentes legítimos e uma camada periférica, formada por “membros subsidiários (parentes filhos legítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos).”¹⁴

O poder do patriarca era mensurado pela extensão de suas relações que, por sua vez, estabeleciam-se a partir da família de acordo com os laços de sangue, parentesco, afinidade, dependência e solidariedade. O fortalecimento desses laços ampliava o domínio e o prestígio da autoridade paterna. Por isso, quanto mais numerosa fosse sua família, tanto maior seria sua força. Em algumas regiões a influência do patriarca permitia que o mesmo exercesse o controle sobre a Igreja, a economia, a política e a sociedade.¹⁵

A casa grande, símbolo máximo desse modelo constituía-se como sólida, rígida, isolada e auto-suficiente possuindo como função primordial guardar e proteger membros da família senhorial e seus valores sociais. Nela, as mulheres acomodavam-se, ocupavam-se dos afazeres domésticos e mantinham contato restrito com o mundo exterior, pois boa parte do que necessitavam era vendido na porta de casa ou produzido nas dependências do lar.¹⁶

O sobrado, espécie de casa grande da cidade, assumia a mesma função social, embora nele as senhoras não permanecessem guardadas e confinadas como na casa grande, pois sua construção permitia maior contato com o mundo exterior pelo fato de possuir varanda e ser edificado próximo das ruas e de seus frequentadores.¹⁷

No espaço urbano, conseqüentemente, a mulher não estava mais protegida dos perigos externos como outrora. Por esse motivo, a cidade brasileira foi considerada antipatriarcal desde a sua formação, pois suas

¹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.13.

¹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

moradias permitiam maior contato feminino com o mundo extradomiciliar. O confinamento rural da casa grande demonstrava o poder e o domínio do patriarca sobre a mulher e a família. Quando ele foi rompido em parte, a estrutura patriarcal fragilizou-se.

A vida citadina, conforme Gilberto Freyre diferenciava-se da rural não apenas por suas construções. O contato com o mundo externo era favorecido devido às sociabilidades que esse espaço permitia. Os bailes de carnaval e os teatros distinguiam-se das festas da casa grande e transformavam a vida nas cidades em mais intensa. Os salões nos quais eram realizados os bailes, apresentavam-se como ambientes propícios para que as pessoas se mascarassem, libertassem seus desejos e instintos. No carnaval, tal oportunidade permitia que homens se apresentassem como mulheres e mulheres como homens, mesmo que apenas de forma fantasiosa.

Aos poucos, a vida das cidades gerava crise no modelo feminino e masculino vigente. Como resposta as ameaças trazidas pelo ambiente citadino e para adaptar o modelo patriarcal rural ao modo de vida e aos costumes urbanos, instituiu-se que o lugar de mulher “direita” era em casa, enquanto a de mulher “pública”,¹⁸ era na rua.

O ideal de beleza feminino da época também estava intrinsecamente relacionado ao sistema patriarcal. A jovem solteira deveria possuir uma aparência frágil, pálida e franzina. Após o casamento, seu visual deveria transformar-se para adequar-se a seu papel social. Assim, a jovem tornava-se uma senhora caseira, maternal, gorda, de coxas e ancas largas, pois a esse aspecto físico atribuíam-se a fertilidade feminina.

O sistema patriarcal, portanto, procurava distinguir-se ao máximo dos modelos de algumas sociedades nas quais os homens realizavam o trabalho domiciliar e as mulheres, os extradomiciliares. Por isso, quando solteira, a mulher deveria evitar a robustez masculina e ao casar-se, adotar um visual que a aproximava de sua função social; pois “dentro do sistema patriarcal, torna-se uma vergonha o homem parecer-se com mulher, e uma impropriedade, a mulher parecer-se com homem”.¹⁹

Ainda que a proposta patriarcalista almejasse o estabelecimento de um modelo feminino submisso voltado apenas às atividades domiciliares, algumas mulheres, tanto da casa grande quanto dos

¹⁸ No referido contexto histórico, a expressão era utilizada de forma pejorativa para classificar mulheres como mundanas e imorais.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. op. cit., p.129.

sobrados, assumiram o comando, administraram fazendas e dirigiram a política partidária da família. Em princípio do século XIX, havia numa fazenda do Mato Grosso uma mulher que andava “por toda parte, a pé ou a cavalo, dando ordens aos homens com uma voz dominadora, dirigindo o engenho, as plantações, o gado, os escravos. Era uma machona. Junto dela o irmão padre é que era quase uma moça.”²⁰

Nesse contexto histórico, as mulheres-homens²¹ eram, por conseguinte, exceções escandalosas, pois rompiam com o patriarcalismo dominador, disciplinador, repressor e autoritário. Eram por assim dizer, as “machonas” perante as senhoras e as sinhazinhas, sendo consideradas antíteses do modelo feminino patriarcal, uma vez que da mulher “não se queria ouvir a voz na sala, entre conversas de homem, [...] quase nunca aconselhando ou sugerindo o que fosse de menos doméstico, de menos gracioso, de menos gentil, quase nunca metendo-se em assuntos de homem.”²²

Seria ingênuo imaginar que entre as mulheres das classes mais abastadas existiam apenas donzelas e senhoras doces, amáveis e obedientes. Não negamos que para essas mulheres, o ócio, a brancura e a clausura fossem características que promovessem sua distinção de classe em relação às demais. No entanto, contrariamos que no sistema patriarcal a mulher tenha sido em geral um objeto sexual do marido ou a reprodutora de seus bens, pois muitas ultrapassaram os papéis sociais normativos e não foram totalmente passivas e submissas.

Ao estudar e problematizar questões importantes da família brasileira, Antônio Cândido acrescentou que a própria constituição do sistema patriarcal era paradoxal, pois embora submetesse as mulheres primeiramente ao domínio do pai e posteriormente ao do marido, também permitia que elas assumissem o controle, os rumos das finanças da família e administrassem os bens do esposo em sua ausência ou por motivos de viuvez.

Antônio Cândido sugere que a organização do sistema colonial desenvolveu aspectos viris na personalidade da mulher que favoreceram o aparecimento de características acentuadas de

²⁰ Ibidem, p.127.

²¹ Entendia-se nesse contexto histórico, as que assumiam o papel masculino, andavam a cavalo, tomavam a frente dos negócios, não se restringiam a vida doméstica e a seu papel social normativo.

²² FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. op. cit., p.140.

comando e iniciativa. Não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelavam pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. Outras trabalharam na agricultura e nas pequenas manufaturas domésticas, contribuindo para o sustento da casa. Sabe-se também que, durante o bandeirismo, as matronas cuidavam da casa e também dos negócios da lavoura nascente.²³

Faz-se necessário ressaltar, que não pretendemos realizar uma análise destinada apenas para as mulheres de classes mais abastadas. Universalizar as experiências vividas por mulheres de um determinado grupo seria o mesmo que apagar, ocultar ou esquecer aquelas vividas por mulheres de outras realidades sociais, seria acreditar que todas independente da classe seguiam apenas os papéis sociais instituídos. Para mulheres mais humildes, por exemplo, trabalhar fora do ambiente doméstico e efetuar outros papéis sociais não era mais novidade.²⁴

Durante muito tempo, pesquisadores de diversas áreas voltaram suas atenções para o modelo familiar patriarcal considerando-o universal no Brasil. No entanto, as diferenças regionais, sociais e de classe propiciaram a formação de outras estruturas familiares. “Isso significa que a descrição de família apresentada por Gilberto Freyre como característica das áreas de lavoura canavieira do Nordeste foi impropriamente utilizada para identificar a família brasileira de modo geral.”²⁵

O que pretendemos elucidar, é que as diversidades regionais e sociais podem ter favorecido a constituição de modelos e arranjos familiares distintos. Desta forma, a região do Nordeste brasileiro pode ter propiciado a formação de um determinado modelo, enquanto a região Sul a constituição de outro; bem como a zona rural pode ter se apresentado como um espaço propício para composição de uma determinada estrutura familiar, enquanto a urbana, outra completamente diferente, não sendo necessariamente uma regra.

²³ SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit., p. 57 e 58.

²⁴ A respeito dos ofícios exercidos por mulheres fora do ambiente doméstico no século XIX, consultar: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder* em São Paulo no século XIX. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. op. cit., p.8.

Estudos como o de Eni de Mesquita Samara²⁶ e Maria Ângela D’Inção²⁷ demonstram que as composições familiares sofreram transformações e assumiram diversas características ao longo dos tempos no Brasil. Modelos familiares mais simples se constituíram e originaram um conjunto de normas e valores diferentes do estabelecido. Assim como surgiram outras formas de composição familiar, também se organizaram novos papéis sociais.

As famílias de modelo extenso/patriarcal como são descritas por diversos pesquisadores, parecem não ter sido predominantes na região São Paulo. Dentre as diversas formas de organização familiar paulista analisadas por Eni de Mesquita Samara, menos de 26% apresentavam-se como extensas. Embasada em fontes documentais, a autora afirma que entre os séculos XVIII e XIX a presença do celibato e do concubinato foi um aspecto decisivo para a configuração de modelos familiares mais simples e menos extensos na região.

A flexibilidade em relação aos celibatos e aos concubinatos, propiciou o aumento do número de filhos ilegítimos e de famílias chefiadas apenas por homens ou mulheres, que, em muitos casos exerciam atividades econômicas fora do ambiente doméstico.²⁸ Embora existisse um número considerável de concubinas vivendo sozinhas com seus filhos ilegítimos, a família paulista diferenciava-se da patriarcal/extensa pelo número reduzido de filhos. Além disso, nessas composições, o que compunha as relações familiares eram em geral, os laços de trabalho e não os de parentesco ou amizade.²⁹

Ao analisarmos as formas de composição familiar brasileira é possível constatar que o modelo familiar nuclear não é uma novidade da sociedade moderna. Durante muito tempo, a família patriarcal foi observada como sinônimo de família extensa. No entanto, de acordo com Maria Ângela D’Inção, a “história demográfica, por exemplo, vem demonstrando que a família do passado não era tão extensa quanto se

²⁶ Ibidem, p. 8.

²⁷ DINÇÃO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

²⁸ Nesse contexto histórico, a expressão “mulheres-homens” abrangia um vasto conjunto de mulheres: as que chefiavam famílias sozinhas, as que exerciam ofícios fora do ambiente doméstico e as que se trajavam como homens. Observamos que ato de travestir-se era uma estratégia de sobrevivência adotada por muitas mulheres para conseguir emprego e exercer ofícios em espaços considerados perigosos. Ao se vestir como homem, a mulher se camuflava em meio à multidão e se defendia dos assédios masculinos e perigos dos espaços que freqüentava.

²⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. op.cit., p 17 – 40.

supunha no que diz respeito ao número de parentes, e que a família nuclear não é uma invenção dos tempos modernos.”³⁰

A instituição familiar brasileira, portanto, não deve ser analisada como uma estrutura universal que se encaixa em diversas realidades sociais, bem como também não deve ser apresentada como um modelo que evoluiu do patriarcal para o nuclear, mas como uma composição que se transformou e se adequou de acordo com as diversidades regionais, temporais ou de classe.

Para entendermos as permanências e alterações de comportamentos, modelos familiares, valores e formas de pensar, faz-se necessário observarmos as especificidades de diferentes tempos e espaços. No que concernem as diversidades sociais, Elisabete Dória Bilac acrescenta que em relação à família, “o fundamental parece ser considerá-la como um dos componentes de um dado sistema social, interagindo com outras instituições, outros grupos, afetando-os e sendo por eles afetada.”³¹ Percebemos, portanto, que na teoria existiam papéis sociais e um determinado modelo familiar que deveriam ser seguidos por todos. Na prática, no entanto, eles poderiam variar de acordo com as realidades.

Isto porque as diversas classes sociais, com condições concretas de vida diferentes, podem gerar diferentes configurações estruturais da família, tanto no plano associativo quanto no plano ideológico. Nesses termos, as tensões e pressões advindas de processos sociais mais amplos, tais como a urbanização, a industrialização, a comunicação de massas, podem ter efeitos diferentes sobre as famílias de classes sociais diversas, efeitos estes que não configuram necessariamente um processo de “desorganização” ou “desintegração”.³²

Mudanças significativas no que concerne às relações familiares, sociais, culturais e ao espaço urbano, ocorreram, sobretudo no do Rio de Janeiro, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil. A necessidade de acomodar os recém-chegados levou ao confisco de muitas residências. Consideradas simples e precárias, muitas habitações foram demolidas enquanto outras foram reformadas para atender aos interesses e necessidades da Corte.

³⁰ D'INÇÃO, Maria Ângela. op. cit., p.59.

³¹ BILAC, Elisabete Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978. p.19.

³² Ibidem. p.20.

Após a chegada do príncipe regente, a cidade do Rio de Janeiro ainda apresentava um padrão de vida muito diferente do que a cidade de Lisboa proporcionava para a Corte. Com o intuito de sanar tais deficiências, inúmeras medidas foram adotadas por Dom João VI, incluindo a realização de um vasto conjunto de obras públicas. Aos poucos, a capital ganhava ares cosmopolitas. A pavimentação de ruas, construção de prédios, praças, jardins públicos, bibliotecas, teatros e uma série de obras transformavam a fisionomia e o modo de vida da cidade. Além das reformas realizadas, outras medidas tomadas pelo príncipe regente modificaram profundamente o cenário do Rio de Janeiro e de outras regiões do país.

A abertura dos portos configurou-se como uma das decisões mais significativas para a Colônia, pois fragmentou as regras do pacto colonial e enfraqueceu o domínio que Portugal exercia sobre o Brasil. Embora o eixo de relações Metrópole/Colônia adquirisse uma nova postura, a burocracia da Corte ainda exercia enorme prestígio, ditava os círculos de sociabilidades e algumas regras comerciais.

Com o intuito de obter distinção social e fazer parte das redes de sociabilidades proporcionadas pela Corte, os membros de classes mais abastadas modificavam seus padrões culturais e aproximavam-se ao máximo dos comportamentos europeus. A família colonial, no entanto, defrontava-se com uma difícil missão: para nivelar-se à nobreza européia, era necessário esquecer as antigas relações coloniais. Esquecer essas relações significava se expor, participar mais ativamente de festas, sofisticar-se, ter requinte e educação e, sobretudo, aristocratizar-se.³³

Os membros de classes mais abastadas, habituados a realizar pequenos encontros, receber convidados em suas casas com pouca frequência e participar apenas de algumas festas religiosas e cívicas, perceberam que havia a necessidade de promover reuniões com mais frequência para que pudessem adentrar em novos meios de sociabilidades, os quais promoveriam enobrecimento, ascensão social e política. Nesse contexto, as mulheres assumiram uma importante função, pois conforme elas “se comportavam, hospedavam ou se

³³ Com a chegada da família real no Brasil, o poder passou a ser exercido por membros da Corte imperial de maneira que os membros de classes mais abastadas sentiram-se excluídos dos meios políticos, econômicos e culturais. Aos poucos, perceberam a necessidade de se aristocratizar aos moldes da Corte para que pudessem integrar-se em tais meios. In: COSTA, Jurandir.op. cit., p. 53.

insinuavam junto a personagens prestigiados, dependia às vezes o bom encaminhamento da carreira política ou econômica do homem.”³⁴

O espaço urbano, portanto, alterou e fragmentou pouco a pouco a solidez do regime patriarcal. Ele assinalou o declínio desse sistema ao permitir que as mulheres tivessem mais liberdade e fossem mais “donas de si”, evidenciando, dessa forma, o enfraquecimento da autoridade paterna. A cidade delatava os caprichos do patriarcado e a necessidade de rompimento. A sedentarização, o confinamento, a vida insalubre, a pouca atividade física e a alimentação exagerada de outrora, passavam a ser vistos como hábitos atrasados e impróprios.

As relações familiares começavam a modificar a partir do momento em que o médico conquistava espaço e assumia um importante papel social dentro dos núcleos familiares. Tendo como função inicial cuidar dos escravos da senzala, o médico foi adquirindo gradativamente o papel de confessor e conselheiro familiar. Ele denunciava a ausência de robustez da jovem devido à clausura, sua palidez e fraqueza, bem como a carência de exercícios físicos, o excesso de gordura e a alimentação imprópria das senhoras.³⁵

O sedentarismo, os maus hábitos de alimentação e os vestuários impróprios eram definidos pelos médicos como maiores causadores de doenças e de partos de crianças que logo faleciam. A necessidade de enclausurar as jovens na alcova³⁶ ou no convento, para que não fossem seduzidas por mestiços ou rapazes de outra classe; bem com de intervenção médica na vida familiar, para regradar as condutas; assinalavam o processo de enfraquecimento da autoridade paterna e desestruturaram a família patriarcal.

Os membros do modelo familiar patriarcal constituíam um grupo fechado conduzido pelo patriarca. Os interesses do grupo impediam a formação de cidadãos que orientassem suas próprias condutas. Assim sendo, o indivíduo não possuía a habilidade de se autogovernar, não era constituído enquanto cidadão, mas enquanto parente e família, pois a capacidade de domínio e autocontrole não lhe era dada, visto o fato do patriarca exercer essa função sobre os membros de sua família. Em

³⁴ COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p.108.

³⁵ Em relação à inserção do médico no ambiente familiar consultar: COSTA, Jurandir Freire. op. cit.; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. op. cit.

³⁶ Quarto sem janelas no qual dormiam jovens solteiras e senhoras casadas. Esses ambientes eram escuros, úmidos e mal-arejados. A ausência de calor e luz solar facilitava para que as mulheres conservassem a pele branquinha, pálida, com ar anêmico. A alcova garantia a distinção de classe, pois à pele branca associava-se status e superioridade. Além disso, a ausência de janelas garantia a proteção das mulheres ao não terem contato direto com a rua e seus perigosos freqüentadores.

resposta, a “ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria.”³⁷

Até o século XVIII, de acordo com Jurandir Freire Costa, o sentimento de nacionalidade não existia entre os brasileiros. “As pessoas não se identificavam por suas origens nacionais, mas, preferencialmente, por suas origens regionais, geográficas, étnicas ou até religiosas.”³⁸ A ausência de sentimento nacional e consciência cívica das famílias impediam a estatização dos indivíduos.³⁹ A propaganda nacionalista do século XIX, portanto, teve como maior aliado o médico, novo agente formador de indivíduos e condutas familiares.

Na metade do século XIX, a ciência da saúde apresentava-se pouco desenvolvida no Brasil. Nesse período, praticamente não existia regulamentação das condições sanitárias, normatização dos corpos, dos indivíduos e das condutas sociais. Como a ciência médica ainda não se apresentava devidamente institucionalizada, a população recorria frequentemente aos mais diversos tipos de praticantes de cura como barbeiros, curandeiros, parteiras e em casos mais específicos a cirurgiões e médicos científicos.

A dificuldade da Medicina científica em adquirir prestígio devia-se ao fato de no Brasil não existirem escolas de Medicina antes chegada de Dom João VI. Segundo Jurandir Freire Costa, a formação de médicos no período anterior só era possível na Europa, o que propagava ainda mais a procura por praticantes de cura não diplomados. Após a implantação das primeiras escolas de Medicina no Brasil, no entanto, o confronto entre a medicina popular e a científica⁴⁰ ganhou impulso de maneira a favorecer os médicos diplomados.

Após a institucionalização da Medicina, o médico transformou-se em “porta-voz autorizado”⁴¹. Sua formação teórico/científica lhe

³⁷ COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p.48.

³⁸ Ibidem. p.60.

³⁹ A estatização dos indivíduos é compreendida por Jurandir Freire Costa como a conversão e submissão do indivíduo ao Estado. Assim, a estatização consistia no processo de formação de cidadãos, ou seja, indivíduos não mais governados pela família e sujeitos a ela, mas, que apresentassem capacidade de autogoverno, sujeição, autocontrole de condutas, de julgamento de si e dos pares. In: COSTA, Jurandir. op. cit., p. 62 – 77.

⁴⁰ Em relação ao conflito entre a medicina social e a científica, consultar: DOMINGUES, Giorgia de Medeiros. *Entre ervas e caldeirão: quem as bruxas realmente são?* 2003. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 48 – 50.

⁴¹ Sob o referencial da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu, o porta-voz autorizado se constitui e se legitima através do reconhecimento de seu discurso por seu receptor. Para ser autorizado, o discurso precisa estar constituído do por um capital simbólico, ou seja, poder

concedeu permissão e poder de fala. Nesse caso, a Medicina, enquanto saber científico proporcionou ao discurso médico autoridade e legitimidade de diagnóstico e normatização. Para conquistar prestígio, entretanto, os médicos necessitavam demonstrar a eficácia de seu trabalho para o Estado. Ao romperem a barreira da família patriarcal, eles comprovaram ser capazes de convertê-la à sua ordem e de assumirem a função de agentes de manutenção social.

As transformações do espaço urbano, bem como a necessidade de mudança e ordenamento, estiveram primeiramente relacionadas às classes aristocrática e burguesa que almejavam civilizar-se. A família moldava-se de acordo com o universo citadino, mas não se convertia ao Estado. Para modernizar o Brasil, não bastava apenas transformar a estrutura patriarcal, havia a necessidade de sujeitar e impor regras de condicionamento e normatização aos indivíduos, por isso, o projeto higiênico não era somente urbano, era também social.

Para que o processo de estatização dos indivíduos acontecesse, as famílias deveriam se sentir de certa forma, recompensadas pela intervenção Estatal, e não punidas por ela. O médico, enquanto novo agente formador familiar regularia suas condutas sociais proporcionando-lhe novos benefícios. “Idealmente, a família projetada pelos higienistas deixar-se-ia manipular acreditando-se respeitada; abandonaria antigos privilégios em troca de novos benefícios, auto-regular-se-ia, tornando cada um dos membros, num agente da saúde individual e estatal.”⁴²

A partir dessa observação, entendemos o motivo para que o ponto-chave de intervenção médica tenha sido a vida privada e a família. Se as relações sociais diferenciavam as classes, mas os costumes no interior das residências as aproximavam, para recompensar a burguesia, criavam-se dispositivos de controle⁴³ com o intuito de sanar seus “vícios”, de “civilizá-la” para diferenciá-la de outras classes. Conforme o médico intervinha na esfera doméstica, as relações familiares transformavam-se. Nascia o sentimento de privacidade e de

acumulado por determinado grupo ou agente. Assim, é possível inferir que alguns grupos se encontram em condições mais favoráveis do que outros para realizar juízos de valor, e que o porta-voz autorizado é aquele que se investe e é investido de poder. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: USP, 1996. p. 21 – 25.

⁴² COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p. 63.

⁴³ Conforme Michel Foucault, os dispositivos de controle são mecanismos de vigilância que atuam sobre os indivíduos, com o auxílio de diversas técnicas e tecnologias, com o intuito de adestrar seus corpos, moldar suas condutas e manter a ordem social. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 145 – 150.

valorização do convívio íntimo e a crescente preocupação dos pais em relação aos filhos.

A constituição dos novos indivíduos a partir da educação higiênica caminhava conjuntamente com a estratégia de nacionalização. Embora a necessidade de regulamentar as condutas sociais se estendesse a todas as classes, o projeto urbano sanitарista atendia exclusivamente ao bem estar de determinada parcela da população, como veremos mais adiante. A família colonizada, diga-se a burguesa, beneficiava-se ao diferenciar-se dos outros indivíduos, pois a nova ordem familiar estipulava papéis sociais difíceis de ser seguidos à risca por homens e mulheres de classes menos abastadas.

1.2 – OS MÉDICOS DECLARAM A “MISSÃO SUBLIME” DA MULHER

Ao final do século XIX e início do século XX, com a organização política do modelo republicano, o cenário da vida cotidiana modificou-se lentamente e adquiriu novos discursos, modelos, novas práticas e colorações. A necessidade de reorganização social em seus mais diversos aspectos gerou inúmeros discursos⁴⁴ que originaram uma gama de idéias e práticas a serem definidas, seguidas e instituídas. No cerne dessas discussões, surgiu o ideal higienista o qual possuía a finalidade de normatizar as condutas sociais através das práticas médico/sanitaristas. Nesse novo contexto, o indivíduo, a família e a sociedade tornaram-se os grandes alvos das novas medidas que deveriam ser adotadas, não apenas para o bem maior de cada cidadão, como também para o bom desempenho na construção da ordem, para o sucesso da pátria e reordenação da sociedade.

O higienismo, que fora gerado no seio médico/científico e erudito, enalteceu o poder médico e transferiu a ele o controle da família, do sexo, dos prazeres e das normatizações das condutas sociais gerais. Desta forma, com a institucionalização do saber médico e da prática de cura, o médico científico tornou-se uma das figuras mais importantes do controle sanitарista da cidade. O discurso higienista introduziu-se nos mais diversos meios da sociedade, perpassando a família, a escola, os

⁴⁴ Em relação à diversidade discursiva do período ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.42 – 64.

prostíbulos e os mais variados espaços, com a intenção de promover hábitos que modelassem e regrassem os padrões e as condutas sociais.⁴⁵

A implantação dos ideais republicanos, calcados primordialmente na doutrina positivista, dependia da reordenação de valores e práticas, da normatização dos corpos e das condutas; motivos os quais levaram a incidência do higienismo na sociedade brasileira a ajustar-se ao processo de urbanização de grandes cidades como a do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A partir do momento que a família tornou-se o cerne das atenções do médico e do Estado, a mulher transformou-se em personagem principal do novo cenário da vida cotidiana. A ordenação, definição e separação dos papéis femininos e masculinos, segundo o novo modelo médico e político, era muito importante para a implementação e o sucesso dos preceitos higienistas e positivistas. Ambos convergiam em relação ao papel social da mulher na sociedade que pretendiam gerir.

O novo modelo normativo ressaltava o ideal burguês da mulher-mãe/dona de casa, fina, educada, contida e recatada. A nova mulher, higienizada⁴⁶ pela medicina, deveria apresentar-se como o oposto da mulher de alcova⁴⁷. Os antigos vícios de alimentação, higiene e amamentação mercenária deveriam ser banidos. A partir de então, algumas características, passariam a ser observadas como inerentes da natureza feminina e masculina. Dessa forma,

Eram concebidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. Por esses atributos a mulher estava definitivamente destinada ao amor. O homem era o oposto exato da mulher. O vigor físico e intelectual dominavam seu perfil emocional. Este deveria ser mais seco, duro, racional, autoritário, altivo, etc. Dominado por tais qualidades másculas e viris era menos propenso ao

⁴⁵ MACHADO, ROBERTO. (org). *Danação da norma: a medicina social e a constiuição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

⁴⁶ Utilizaremos a expressão mulher higienizada e mulher medicalizada referindo-nos às mulheres que seguiam o modelo instituído por médicos higienistas; ou seja, as que adotavam hábitos alimentares sadios; utilizavam vestimentas leves, confortáveis e discretas; amamentavam, cuidavam e educavam seus filhos; disciplinavam seus corpos e suas paixões; preservavam a saúde do corpo, sua imagem moral e sua disciplina.

amor que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o desejo do gozo puramente sensual.⁴⁸

Sendo o instinto materno, observado naturalmente como feminino, e o instinto sexual, naturalmente masculino, a mulher idealizada era a que reprimia seus sentimentos, a que não demonstrava sentir prazer em viver sua sexualidade conjugal, mas, aquela que evidenciava o desejo ou o encanto de ser mãe. Assim, a maternidade foi exaltada e a amamentação privilegiada, pois de acordo com os médicos, aumentava a proximidade da mãe com o filho, garantindo a formação de uma criança saudável física e psiquicamente.

As mulheres que não reprimiam seus instintos sexuais, evitavam a maternidade e a amamentação, portanto, eram observadas como “mulheres-homens”, ou seja, o avesso do modelo feminino, uma vez que apresentavam características consideradas próprias da natureza masculina e não da feminina.

O processo de naturalização dos corpos⁴⁹ e dos sentidos esteve, portanto, associado às novas configurações pelas quais a família sofreu ao longo dos tempos. Muitos sentimentos, observados atualmente enquanto naturais e instintivos, foram construídos por um sistema de valores científicos que produziu discursos e práticas calcando-se na funcionalidade dos corpos. Sob esse prisma, o fator biológico transformou-se em referência para a construção dos papéis sociais.

A distinção biológica existente entre homens e mulheres, portanto, propiciou a formação efetiva dos papéis sociais femininos e masculinos. O corpo da mulher refletia sua função social de mãe e educadora, por esse motivo ela deveria voltar-se à esfera privada e aos afazeres do lar. O corpo do homem, por sua vez, afirmava seu papel de progenitor e dominador do espaço público.

O corpo, naturalizado pelos higienistas, também começou a ser observado sob o prisma de sua finalidade processual, trabalhista e moral. Desta forma, os corpos e suas diferenças passaram a definir e

⁴⁸ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 111 – 115.

⁴⁹ Entendemos como naturalização dos corpos o processo pelo qual os médicos higienistas passaram a considerar determinadas características naturais aos homens e as mulheres e a estabelecer papéis sociais utilizando como referência a funcionalidade biológica dos corpos. Sob esse prisma, a mulher, caberia o instinto de mãe, uma vez que a natureza havia feito seu corpo para que pudesse gerar. Em contraponto, ao homem caberiam instintos contrários a natureza feminina, pois a natureza o havia presenteado com a resistência e a força física.

refletir suas funções biológicas, sociais e morais. Por isso, as mulheres que não se enquadravam no modelo idealizado, eram definidas como avesso da ordem e da natureza.

Aos poucos, a família foi repensada e reformulada pela medicina social⁵⁰. Nesse processo de naturalização dos corpos, o homem dividiria seus poderes com a mulher na esfera privada, transferindo a ela parte do comando familiar, abandonando o despotismo patriarcal. A mulher, por sua vez, deveria ser convencida de sua “vocação natural” e “missão sublime” de mãe e educadora. “A higienização da família com vistas ao estabelecimento da saúde física e psíquica, garantindo uma prole saudável e uma futura classe dirigente sólida e respeitosa das leis, dos costumes, das regras é o objetivo. A divisão de esferas fica marcada – o homem na órbita pública e a mulher na privada.”⁵¹

Os discursos acerca da funcionalidade dos corpos e dos papéis sociais atingiram outras proporções. Sob o ponto de vista médico/higienista, se a função natural do corpo da mulher era gerar, evitar a maternidade e a amamentação era um gesto antinatural, um desvio de padrão, uma anomalia, uma patologia. “Sem amamentação, diziam eles, não havia amor. A mãe que não amamentava era uma mãe “desnaturada” comparável às feras.”⁵²

A construção do sentimento maternal no século XIX esteve intrinsecamente associada às altas taxas de mortalidade infantil, ao aleitamento mercenário, a vaidade de muitas mulheres de classes mais abastadas que não queriam amamentar seus filhos e a nova economia burguesa que necessitava que a prole vingasse. Em nome do engrandecimento da nação e da “missão” sublime da mulher, cresceram as preocupações em relação às campanhas de amamentação, ao aleitamento materno e aos cuidados da mãe com a prole.⁵³

Os médicos estimulavam os sentimentos de ternura e a proximidade das mães com os filhos, salientando que a amamentação deixava a mulher mais bonita, estreitava seus laços de afinidade com a

⁵⁰ A medicina social pode ser caracterizada como uma prática médica que abrange o controle do corpo, sobretudo, o social. De acordo com as idéias de Michel Foucault, com o despotar da sociedade moderna/capitalista, a medicina deixou de ser uma prática individual e transformou-se em prática social, à medida que o corpo passou a ser observado como força de trabalho e produção. Assim, a medicina, transformou-se em estratégia bio-política de controle e manutenção do corpo social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

⁵¹ SOIHET, Rachel. op. cit., p. 113.

⁵² COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p.258.

⁵³ Ibidem. p. 171 – 197.

criança tornando-a mais saudável e proporcionando-lhe mais segurança. Em contraponto, no que se refere à amamentação mercenária, ressaltavam o perigo físico dos bebês serem infectados com diversas doenças, e o perigo moral de se degenerarem devido aos desvios próprios das “classes baixas”⁵⁴.

Aos poucos, a ama de leite começou a ser observada “neste discurso “científico” como uma pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, como elemento estranho e pernicioso penetrando e destruindo a intimidade da família.”⁵⁵ A impossibilidade de algumas mães amamentarem seus filhos devido à fraqueza ou falta de leite, levava a vigília e a ação médica se estenderem as profissionais de aleitamento, na tentativa de regulamentar a prestação de tal serviço, que não raro, era oferecido nos jornais.

Conforme os relatos de viajantes, analisados por Miriam Moreira Leite, uma ama de leite poderia ser “alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama.”⁵⁶ Tal constatação é possível observar por meio da fala da personagem Leocádia: “Agora estão pagando muito bem para as amas! A Augusta Carne-Mole, nesta última barriga, tomou conta de um pequeno aí na casa de uma família de tratamento, que dava setenta mil réis por mês!”⁵⁷ O dinheiro pago para a prestação de tal serviço atraía a atenção de muitas mulheres sendo comum encontrar em anúncios de jornal “negras, mulatas e pardas, em resumo, me fizeram pensar em todas as cores.”⁵⁸

A medicalização da mulher justificava-se à medida que a família transformava-se em sustentáculo do novo projeto normatizador⁵⁹. O estímulo médico à maternidade e amamentação, nada mais era do que uma tentativa de disciplinar e regulamentar os corpos

⁵⁴ No período analisado, a idéia de transmissão hereditária e social era fundamentada pela teoria da degenerescência, a qual pronunciava que a degeneração consistia na transmissão aos descendentes de taras e vícios adquiridos por seus antecessores. Ainda conforme a teoria, tais estigmas se acentuariam conforme fossem transmitidos às gerações seguintes, de modo a ocasionar a degradação de determinada linhagem. In: KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929. p.40 – 50.

⁵⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p 78.

⁵⁶ LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec, 1984. p 91.

⁵⁷ AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 11 ed. São Paulo: Ática, 1981.p. 62.

⁵⁸ LEITE, Miriam Moreira. op. cit., p 94.

⁵⁹ O novo projeto normatizador era composto por uma fusão de preceitos higienistas, positivistas e católicos, discursos distintos que em determinados momentos se amalgamavam e tinham por finalidade constituir uma nova sociedade fundamentando-se na edificação de um novo cidadão.

femininos, seus gestos, seus sentidos e suas condutas.⁶⁰ Assim, evitavam que as mulheres tivessem muito tempo livre e ocioso, ocupando boa parte de suas vidas com a gestação, amamentação e educação dos filhos.⁶¹

Nesse contexto, o discurso religioso assumiu um importante papel na legitimação do discurso médico. A nova mulher, idealizada e estabelecida pelos higienistas, associava-se a figura religiosa da Virgem Maria, mãe, pura, casta, educadora e bondosa. Assim sendo, não tardou para que a sexualidade feminina fosse reprimida e o sexo fosse legitimado pelo casamento e justificado pela procriação.⁶²

Os higienistas, fundamentados no discurso religioso construíram dois arquétipos de mulher: a idealizada e a pecaminosa. A que seguia os “instintos” femininos, era contida e recatada, associava-se à figura de Maria. A que contrariava a “natureza”, negava a maternidade e vivia o prazer de sua sexualidade, era representada pela figura de Eva, traidora e pecaminosa. Entre outras palavras, as mulheres que se “higienizavam”, ou seja, seguiam o modelo feminino instituído eram associadas à figura de Maria, enquanto as demais, à figura de Eva.

As loucas, prostitutas e “mulheres-homens” em geral, eram consideradas representantes de Eva, pois se comportavam de maneira inadequada e agiam fora dos padrões de conduta vigentes na época. Consideradas “invertidas”, ou “mulheres ao avesso” as que se trajavam como homens, representavam um atentado à moral, aos bons costumes e à própria natureza; uma vez que confundiam socialmente sua verdadeira identidade biológica forjando uma oposta e muitas vezes a incorporando de maneira a considerar-se como tal.

As prostitutas, por sua vez, embora não fossem assinaladas como “mulheres-homens” eram acusadas por médicos higienistas de

⁶⁰ Conforme Michel Foucault, a sociedade moderna pode ser dividida em sociedade disciplinar e sociedade de controle. De acordo com suas idéias, o Estado Moderno capitalista, originou a sociedade disciplinar ao criar diversas técnicas e tecnologias para formar, moldar e capacitar a mão-de-obra, com o intuito de ampliar o rendimento de seu trabalho. Posteriormente, com o processo de urbanização, industrialização e crescimento populacional, ao observar a periculosidade do indivíduo em sua multiplicidade, o Estado gestou a sociedade de controle, ou seja, elaborou outras técnicas de biopoder e ampliou seu domínio sobre o corpo social, uma vez que o corpo em sua unidade já havia sido disciplinado pelo labor. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 25 – 52.

⁶¹ A esse respeito ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982; CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Lisboa: Portugal, Difel, 1990; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

⁶² RAGO, Margareth. op. cit., p. 82 – 84.

fugirem de sua natureza e seu papel de mãe e educadora, de evitarem a maternidade e de se deixarem levar pelo instinto sexual, considerado naturalmente masculino. Assim, a prostituição e o travestismo⁶³ feminino foram encarados pelos higienistas como desvios da natureza e problemas sociais, pois:

A mulher ligada primordialmente à família e à maternidade, torna-se a afirmação do feminino modelar. Frente a ela, as outras aparecem como desordem, aquelas que não realizam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade: as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas – todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional.⁶⁴

Para regulamentar a sexualidade e os desejos femininos, os médicos e os clérigos sacralizaram o matrimônio⁶⁵ e exaltaram a importância da monogamia. Aos poucos, o modelo ideal feminino da mãe, pura e casta dessexualizava a mulher ao mesmo tempo em que enobrecia a maternidade. Nesse sentido, a Igreja colaborou fundamentalmente na construção imaginária do modelo da “Sagrada Família” e ajudou a reforçar a indissolubilidade do casamento.

Para Philippe Ariès⁶⁶ e Elizabeth Badinter⁶⁷ o amor materno não seria uma característica inerente da natureza feminina, mas uma invenção dos tempos modernos; um sentimento construído por diversos discursos enquanto instintivo e natural a partir do século XVIII. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Margareth Rago⁶⁸ acrescenta que o amor materno foi um mito concebido pelo discurso higienista com o intuito de convencer a mulher de sua “missão” de mãe e educadora.

Os estudos de Maria Ângela D’Inção⁶⁹ vão ao encontro das análises de Philippe Ariès no que concerne a construção dos sentimentos de ternura, afetividade e valorização da criança no espaço

⁶³ No decorrer de nossa análise, a palavra travesti será utilizada fazendo referência ao ato de vestir-se com indumentárias do sexo oposto.

⁶⁴ SOIEHT, Rachel. op. cit., p. 116.

⁶⁵ Os médicos higienistas, com a ajuda dos preceitos católicos, transformaram o casamento e a família em instituições sagradas. Ao difundirem o modelo feminino simbólico da Virgem Maria também santificaram a mulher via casamento e maternidade.

⁶⁶ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁶⁷ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁶⁸ RAGO, Margareth. op. cit.

⁶⁹ D’INÇÃO, Maria Ângela. op. cit.

da família. Ao observar as transformações ocorridas na família medieval, Ariès acrescentou que a proximidade dos pais com os filhos e a preocupação com a infância teriam se constituído ao nascer da modernidade. D’Inção, ao analisar a família brasileira do século XIX, constatou a ausência de apego e zelo dos pais com os filhos e concluiu que tais sentimentos surgiam à medida que a família burguesa se configurava.

Considerando as idéias dos autores citados, o processo de naturalização dos corpos e a configuração de novas sensibilidades como a ternura, a privacidade, o instinto materno e paterno, faziam parte de um projeto médico sanitarista burguês e estavam intimamente relacionados às transformações e novas configurações pelas quais a família passava. Em relação ao período anterior, conforme ressaltou Maria Ângela D’Inção, não “se trata, pois, de caracterizar a época como sendo desprovida de sentimentos. Ao contrário, a rede social funcionava porque, entre outros fatores, afeto atraía afeto (e ódio também).”⁷⁰

Até o século XIX, para as pessoas de classes mais abastadas, o amor poderia ser visto como um elemento de subversão. Nos tempos em que os casamentos eram negociados de acordo com o dote e as relações sociais e econômicas familiares, amar poderia significar o avesso à ordem, a honra, a dignidade e ocasionar a ruína. Sendo observado como um sentimento perigoso e relacionado às ligações ilegítimas “só entre as ‘baixas classes’ o amor agitava as existências, pois estas não tinham cobiça, inveja ou ambição.”⁷¹ Assim,

A procura da solução leva a fusão entre o amor e o casamento e, para tanto, processa-se uma redefinição do amor que é trazido para dentro do matrimônio perdendo, nessa passagem, suas características de transitoriedade, ilegitimidade e alienação da consciência. A valorização do amor passa a assentar-se exatamente, na legitimidade que dá ao matrimônio e na estabilidade e permanência que adquire como construtor do espaço doméstico.⁷²

Os novos valores instituídos pela família nuclear burguesa⁷³ exaltavam o amor, que, até o presente momento, não era considerado

⁷⁰ D’INÇÃO, Maria Ângela. op. cit. p. 39.

⁷¹ LEITE, Miriam Moreira, MASSAINI, Márcia. op. cit., p. 81.

⁷² TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D’INÇÃO, M. A. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 90.

⁷³ O modelo da família nuclear burguesa diferenciava-se do modelo familiar patriarcal pelo número reduzido de filhos, pelo sentimento de intimidade e individualidade.

pelas classes mais abastadas como elemento fundamental das relações. A partir de então, tal sentimento não só passou a anteceder as uniões, como também se tornou o cerne das relações familiares. Não importava necessariamente se o amor fosse materno, paterno, filial ou conjugal, o importante era amar.

O nascimento do amor romântico associava-se aos ideais de cunho liberal e individualista. Se na configuração da família patriarcal as relações giravam em torno dos laços de sangue, parentesco, solidariedade e priorizavam o poder e a existência do grupo, nas famílias nucleares as relações se modificavam de forma que os indivíduos passavam a ser constituídos enquanto seres únicos e independentes; não mais pertencentes a um grupo comandado pelo patriarca.

Enquanto na família patriarcal os sujeitos eram constituídos a partir e para um grupo de relações, na família nuclear eles eram educados para o coletivo social. O desafio do individualismo, no entanto, apresentava-se na medida em que os indivíduos deveriam apresentar autocontrole, assumir seus atos, vigiar e punir aos outros e a si mesmos. A mudança das relações mais severas para mais abertas, no entanto, não significava afrouxamento da vigilância.⁷⁴

As relações entre o feminino e o masculino, portanto, foram ordenadas pela diferença e não pela igualdade ou semelhança. Os corpos passaram a ser observados como escalas hierárquicas de poder. Através das diferenças biológicas existentes entre eles era possível classificar os papéis sociais e políticos dos homens e das mulheres. Embora as características biológicas tenham sido utilizadas como suporte de distinção entre os papéis sociais femininos e masculinos, as construções hierárquicas e as relações de poder não foram ordenadas pela natureza, mas, pela sociedade.⁷⁵

As construções culturais em torno do feminino e do masculino legitimaram a identidade, o espaço físico, o papel social e político de cada sexo. Assim sendo, instituíram-se modelos assimétricos nos quais o sexo feminino foi caracterizado como frágil, emotivo e maternal enquanto o sexo masculino foi constituído culturalmente como forte, racional e dominante.

Seguindo a linha de raciocínio do modelo positivista, constatamos que a distinção entre os papéis femininos e masculinos era

⁷⁴ D'INÇÃO. Maria Ângela. Amor romântico e família burguesa. In: D'INÇÃO. Maria Ângela. op. cit., p. 68.

⁷⁵ LUZ, Madel Therezinha. Lar e maternidade: instituições políticas. In: *O lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 62-63.

essencial não só para o estabelecimento do modelo republicano fundamentado na ordem e no progresso, como também para o sucesso da prática sanitarista e reestruturação do modelo familiar. Conforme Augusto Comte, a mulher era considerada responsável pela moral e organização do culto familiar. Sem ela o lar desorganizava-se, desestruturava-se, destruía-se. Devido a esse fator, naquele momento, as autoridades políticas sentiram a necessidade de originar modelos femininos calcados na ordem e no pensamento conservador positivista. Para manter a ordem da sociedade, a mulher deveria ser sustentada pelo homem, pois só desta forma ambos estariam cumprindo seu papel social. Assim sendo, a mulher encarregava-se dos afazeres domésticos, enquanto o homem responsabilizava-se pelo sustento da casa. Entre outras palavras, o homem era visto como provedor do lar, enquanto a mulher era observada como mantenedora do mesmo⁷⁶

A necessidade de distinguir os papéis femininos dos masculinos fez com que o Estado criasse escolas na tentativa de complementar os ideais do modelo positivista. Desta forma, as novas escolas continuavam diferenciando as atividades femininas das masculinas. Essa constatação pode ser observada através do Regimento interno das escolas de Santa Catarina no ano de 1903:

Princípios de Agronomia – terra com relação a sua cultura - espécies de terra e suas propriedades, modos de a tornar mais fértil ou productivas; conjunto de meios a empregar o agricultor para tirar maiores e melhores proveitos da terra; rudimentos de meteorologia; phenomenos atmosfericos, espécies e formação e sua acção sobre a terra com relação a agricultura, nas escolas para homens. Trabalhos de agulha, corte e feitiço de roupas branca para crianças, mulher e homem, crochet e trabalhos de lã em linho, seda ou algodão, nas escolas para mulheres.⁷⁷

Sob o prisma dos médicos higienistas, por sua vez, verificamos que a educação feminina também se tornou o cerne das principais discussões. De acordo com as idéias médico/sanitaristas, a mulher deveria ser educada para os afazeres do lar, para ser mãe das futuras gerações do país, bem como para seu aperfeiçoamento físico e moral. Aperfeiçoamento, este, que deveria ser transmitido aos seus filhos e

⁷⁶ ISMÉRIO, Clarice. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

⁷⁷ Arquivo Público de Florianópolis. Regimento Interno para as escolas primárias de Florianópolis. Artigo 6, cap 2, 1 de Jul. 03.

familiares. A mulher, portanto, transformava-se em principal agente familiar da higiene individual e coletiva. Seu papel social passava a ser observado como mais importante de todos. Ela não deveria apenas gerar filhos e cuidar do lar, como também ser o baluarte moral de toda a sociedade.

Ao educar seus filhos, portanto, a mulher não se responsabilizava apenas pela formação higiênica individual, mas também colaborava para a formação efetiva do coletivo social. Por isso, a educação doméstica era considerada primordial e benéfica para toda a sociedade. Os higienistas alegavam que as crianças deveriam seguir o arquétipo dos adultos. Desta forma, o corpo da mulher/mãe tornou-se o espelho para modelar desde a infância os corpos e atitudes dos filhos. Seus gestos não só influenciavam constantemente na constituição deles como também serviam para fortalecer a virtude e reprimir as condutas consideradas perniciosas.⁷⁸

As fontes consultadas sugerem que as novas ideologias: positivista e higienista, justificavam a restrição feminina no lar quando elegiam a mulher como figura e agente principal para o sucesso do novo modelo instaurado. Esses discursos, que enalteciam e glorificavam a mulher, eram os mesmos que indiretamente puniam “o perigo feminino”, que debatiam a significação de sua restrição ao lar, como também propalavam sua culpabilidade em casos de desvios físicos, psicológicos, sociais e morais de seus filhos.⁷⁹

Assim sendo, médicos e positivistas alegavam que qualquer profissão exercida pela mulher fora do ambiente doméstico deveria ser analisada como caótica, pois a desviaria de sua função “natural” e social de mãe e educadora. Quando a jornada de trabalho feminina fora do ambiente do lar era necessária para o sustento do mesmo, o discurso positivista e higienista tentavam normatizá-la.

As mulheres, em geral, aprendiam afazeres domésticos nas escolas femininas, enquanto os homens aprendiam atividades que pudessem exercer fora do ambiente privado. Alguns desses afazeres ensinados nas escolas femininas, tais como: lavar, passar, engomar, e costurar poderiam servir futuramente como fonte de renda extrafamiliar. Essas tarefas eram devidamente escolhidas, pois as mulheres não precisavam sair do espaço domiciliar para executá-las.

⁷⁸ CRESPO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Lisboa: Portugal, Difel, 1990. p. 501- 502.

⁷⁹ RAGO, Margareth. op. cit.

Não eram raros os casos de mulheres que exerciam ofícios ou trabalhavam fora de casa. No entanto, quanto mais ultrapassassem os limites da esfera doméstica, tanto mais seriam vigiadas. De acordo com os estudos de Margareth Rago, as fábricas, por serem locais que concentravam grande quantidade de mão de obra feminina e infantil, eram consideradas pelos higienistas ambientes de degeneração moral, uma vez que não separavam homens de mulheres, fator que favorecia a promiscuidade e a prostituição.

A formação de perfis masculinos e femininos pela ideologia higienista exaltava constantemente que o homem era um indivíduo forte, racional, com inteligência suficiente para responsabilizar-se pela construção e desenvolvimento urbano, estando, portanto, mais capacitado para os trabalhos extradomiciliares. A mulher, por sua vez, era observada como um ser passivo, emotivo, frágil, mas importante para sociedade, por ser fecunda e perpetuadora da civilização através da maternidade.

A partir do momento em que ocorreu a institucionalização do saber médico e o advento da República, o discurso católico perdeu um importante espaço para o conjunto de idéias higienistas e positivistas, calcadas principalmente na razão e no cientificismo. Iniciaram-se dessa forma, no espaço do discurso, inúmeras batalhas entre os discursos católico, higienista e positivista. No entanto, quando se tratava de debater questões referentes à mulher, a família, a moral e a normatização das condutas sociais, ideologias que se apresentavam opostas entre si, paradoxalmente amalgamavam-se.

Aos poucos, o discurso católico, que se apresentava contrário ao higienista, absorveu parte de seus ideais. Observa-se que essa atitude foi utilizada pelos religiosos para que seu próprio discurso se mantivesse e legitimasse. Assim sendo, sugerimos que o catolicismo não só se apropriou em parte do discurso higienista para se manter, como também criou para a sociedade da época e para o higienismo a necessidade de seu próprio discurso. A instituição religiosa, nesse momento, apareceu como sustentáculo do novo homem que surgia com o regime republicano.

O catolicismo, portanto, tentava suprir as ausências que o novo sistema trazia aos indivíduos. O excesso de cientificidade, conforme discutiam os católicos, deixavam o homem alienado, sem valores e sem orientação. Constata-se, que o novo homem, desamparado, necessitava de um baluarte para sobreviver dentro dos padrões cientificistas e individualistas.

De acordo com o jornal “Boletim Escolar”, a “religião é o traço de união das relações do homem com Deus, é o primeiro, o maior e mais universal recurso e amparo à fraqueza humana”⁸⁰ Era a Igreja, portanto, a segurança que o homem procurava. Assim sendo, cabia a ela o papel de efetiva formadora da conduta, do caráter e da moral social bem como da formação de cidadãos rumo à ordem e ao progresso.

1.3 – REPÚBLICA: UTOPIA E EXCLUSÃO

Entre a metade do século XIX e início do século XX, ocorreram inúmeras transformações que modificaram significativamente o cenário brasileiro. Dentre elas, é possível citar: a transição gradativa do trabalho escravo para o livre, da Monarquia para a República e de um modelo agro-exportador para um industrializado. Tais transformações, resultantes da obsessão pelo progresso, no entanto, não ocorreram de forma harmoniosa e pacífica.⁸¹

A saga rumo ao progresso, contou com o apoio de alguns adeptos pertencentes às classes mais abastadas que se encontravam em geral nos grandes centros urbanos; uma vez que as “cidades, onde mais claramente se observava a prosperidade e a transformação da sociedade, dos costumes e de sua fisionomia, eram aquelas que se constituíam como capitais, ao mesmo tempo portos.”⁸²

Como era de se esperar, a corrida progressista iniciou sua marcha de forma tumultuada na capital do país. Nesse período, houve no Rio de Janeiro grande crescimento populacional, o que ocasionou inúmeras disputas de empregos entre brasileiros e imigrantes, um número considerável de desocupados e diversos problemas habitacionais e sanitários. A nova burguesia, inspirada no projeto demolidor e reformador do barão de Haussmann,⁸³ pretendia apagar o antigo

⁸⁰ Boletim Escolar, Florianópolis, 3 nov. 1905.

⁸¹ CASALECCHI, José Ênio. *A Proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁸² SOIHET, Rachel. op. cit., p. 29.

⁸³ O barão de Haussmann foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870, período em que foi encarregado por Napoleão III de modernizar a cidade. O projeto de modernização, a princípio, pretendia transformar o traçado urbano de Paris o qual ainda mantinha estruturas medievais. Dentre os motivos principais para a realização da reforma, apresentavam-se os problemas de insalubridade, os quais causavam muitas doenças; e o de circulação, que facilitava os motins e os combates populares. O desafio, portanto, consistia em transformar a cidade em um ambiente mais higiênico, harmônico e organizado. A solução encontrada por Haussmann para resolver tais problemas, foi redefinir os traçados através da construção dos *boulevards*, ampliar e alargar várias ruas e avenidas. Com a ajuda de engenheiros e arquitetos, Haussmann realizou a construção e transformação de vários jardins, praças, edifícios, avenidas e o promoveu o melhoramento do sistema de distribuição de água. Tal projeto modernizador de

passado colonial do Brasil e promover a modernização dos grandes centros urbanos, segmentando e excluindo desses lugares, boa parcela da população.

O processo de transição da Monarquia para a República havia gerado inicialmente certo contentamento na população, pois os republicanos prometiam que os “males seriam sanados com a República. Esta seria democrática e federativa.”⁸⁴ No entanto, a implantação do novo regime suscitou em boa parte da população certo descontentamento e antipatia, uma vez que sua sede modernizadora havia colaborado para promover a segmentação e a exclusão social. Além disso, conforme observou José Murilo de Carvalho⁸⁵, devido à abolição da escravidão, muitos simpatizaram com a figura da princesa Isabel e de Dom Pedro II, motivo que teria originado reação negativa da população negra em relação à proclamação.

No contexto de implantação do regime republicano, ordem e desordem se misturavam e se confundiam. A ausência de uma corrente ideológica específica gerava inúmeros conflitos e contradições. Medidas urgentes precisavam ser adotadas para combater a instabilidade política, por isso, “a necessidade de eliminar, ou pelo menos neutralizar, a influência da capital na política nacional. Isto significava pelo menos duas coisas: tirar os militares do governo e reduzir o nível de participação popular.”⁸⁶ Diante dessas ambições, morria a República proposta e nascia assim a República governada “acima das multidões”.

A rigidez do sistema republicano e a dificuldade de acesso à cidadania causaram grande decepção e desânimo à população. A expectativa do povo em relação às promessas democratizantes evaporou-se à medida que o poder oligárquico se fortaleceu e as camadas populares ficavam sem espaço político. A República, ao ser entregue nas mãos dos setores dominantes, tornou-se antidemocrática, pois estes abusavam do autoritarismo, manipulavam e fraudavam eleições.

Muitos intelectuais do período decepcionaram-se com a reação do povo em relação à proclamação. Alguns diziam que o Rio não tinha povo, pois um número considerável da população não constituía massas

embelezamento, fundamentado em várias demolições e expulsões de moradores de classes mais simples das áreas centrais da cidade, sofreu muitas críticas, pois beneficiou uma determinada parcela da população, em detrimento de outra.

⁸⁴ CASALECCHI, José Ênio. op. cit., p. 37.

⁸⁵ CARVALHO, José. Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁸⁶ CARVALHO, José. Murilo de. op. cit., p. 32.

organizadas e não se interessava por política. Outros, como Aristides Lobo, salientavam que o “povo teria assistido ‘bestializado’ à proclamação da República sem saber o que se passava.”⁸⁷ Numa República em que o voto censitário é eliminado, mas grande parte da população continuava não tendo acesso à cidadania, o cidadão ativo é marginal e o inativo é marginalizado, não é de se espantar que o povo tenha assistido ao processo, “bestializado”.

A grande participação popular no episódio da Revolta da Vacina, entretanto, demonstrou que os cidadãos inativos não eram tão apáticos quanto os intelectuais e autoridades supunham. A resistência e a agitação popular diante da vacinação obrigatória evidenciavam que o fato de ter ficado “bestializado” diante de uma situação, não significava ser besta. Assim como ser marginalizado não significava ser marginal.

A Revolta da Vacina foi interpretada por Sidney Chalhoub como “a luta da classe trabalhadora carioca em defesa de valores ou modos de vida que se encontravam ameaçados diante da avalanche do progresso e do processo de aburguesamento da sociedade.”⁸⁸ Conforme o autor, a febre demolidora das habitações populares teria sido um dos motivos centrais para a eclosão do movimento. Dessa forma, o autor considera provável que a resistência das classes menos abastadas não ocorria em relação à vacinação em si, mas a todo o processo que girava em torno dela.

O método inicial de vacinação braço a braço, as incertezas em relação à eficácia da vacina, sua obrigatoriedade, a discriminação e o descaso das autoridades em relação às classes menos abastadas, a inspeção, desinfecção e a demolição de muitas moradias, provavelmente teriam causado animosidade da população em relação aos inspetores de higiene, médicos e vacinadores. Para piorar ainda mais a situação, o atestado de vacina era solicitado para matrícula de escola, emprego público, hospedagem, casamento, voto, entre outros.

Ao destacar diversos motivos que provavelmente teriam ocasionado a Revolta da Vacina, José Murilo de Carvalho, enfatizou o caráter desmoralizante que a vacinação podia representar. A população, revoltada com a forma que a vacinação se procedera, questionava o poder das autoridades e reclamava que os agentes sanitários penetravam em suas casas e violavam a moral de sua família ao desnudar braços de suas filhas e esposas para serem vacinadas. A moral, segundo o autor,

⁸⁷ Ibidem. p. 68.

⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 98.

teria se tornado a questão central de defesa das classes menos abastadas em relação às ações das autoridades.

A ironia do argumento utilizado pelas camadas populares contra a vacina consistia na apropriação de um discurso elaborado pela e para a elite. Para as autoridades da época, tal assimilação não cabia a determinadas classes, uma vez que não se encaixarem no modelo ideal estabelecido. Aos poucos, conforme observou José Murilo de Carvalho, o argumento de defesa da população foi lentamente deslocado. De desmoralizante, a obrigatoriedade da vacina passava a ser autoritária, pois violava a liberdade, o valor que a República deveria resguardar.

Discordamos do autor em relação à ênfase destinada ao argumento moral do episódio. Sendo tal discurso elaborado pela e para a elite, é estranho imaginar que a moral tenha sido um dos fatores decisivos ou de tanta relevância para a eclosão do movimento. A realidade social e experiência de vida dos revoltosos não condiziam com esse discurso. Acreditamos que para as classes menos abastadas, a questão de sobrevivência era mais relevante do que a questão moral.

Não discordamos que entre as classes menos abastadas poderiam existir sentimentos relativos à moral. No entanto, consideramos que a Revolta da Vacina estava relacionada a questões muito mais amplas, como a própria expulsão dessas pessoas dos centros urbanos e seus arredores; espaço onde elas viviam, mantinham sua rede de sociabilidades e buscavam suas formas de sobrevivência. A derrubada dos cortiços, a expulsão das camadas populares dos centros das cidades, a ação da polícia e dos inspetores de higiene, a invasão e o avanço do progresso burguês na vida desses indivíduos, portanto, nos parecem ser argumentos mais plausíveis.

Ao analisar os quadros médicos do Rio de Janeiro entre 1890 e 1920, Myriam B. Lopes⁸⁹ salienta que a Revolta da Vacina também pode ser observada como um movimento de resistência popular em relação ao processo de modernização ocorrido no Rio de Janeiro. Ao referir-se à resistência das classes mais simples, a autora acrescenta que a lanceta utilizada para a vacinação poderia ser considerada a própria representação simbólica de domínio das autoridades médicas e estatais sobre os corpos. A resistência por parte de muitos grupos, portanto, era a resposta a essa associação simbólica. Ou seja, a consciência de ter um direito ameaçado, de que o corpo é o que há de mais íntimo do ser, que

⁸⁹ LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história. 1890 – 1920.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

não deve se prestar a controles e manipulações por parte das autoridades.

Os dias que marcaram a revolta, conforme analisou José Murilo de Carvalho, foram violentos. Bondes foram derrubados e queimados, fios de iluminação elétrica e de linhas telefônicas foram cortados, combustores foram quebrados, houve levantamento de barricadas, confrontos, tiroteios. Diante da situação caótica, a polícia aconselhou as pessoas “pacíficas” a permanecessem em suas casas, para que pudesse agir contra os “desordeiros”. Após o término da revolta, o cenário da capital, ficou devastado pelo quebra-quebra e foram contabilizados alguns mortos e feridos.⁹⁰

O resultado do movimento foi a percepção burguesa de uma população urbana heterogênea, indisciplinada em constante crescimento que se constituía como forte elemento de periculosidade. Os indivíduos que faziam parte dessa “massa urbana desordenada”⁹¹ eram considerados a antítese do cidadão que se pretendia formar, dócil, adestrado, contido, regrado e laborioso.

Episódios como a Revolta da Vacina, que causavam espanto em determinada parcela da população, aumentavam o pavor e a aversão da burguesia à multidão. As revoltas urbanas demonstravam o perigo eminente das “massas descontroladas”, a dificuldade de administrá-las, os estragos que elas poderiam causar, o quanto elas se transformavam em um atentado a ordem. O medo das elites e das autoridades à multidão urbana, ou melhor, à falta de domínio sobre ela, também se constituiu como justificativa para a elaboração de estratégias de intervenção e para a adoção de dispositivos de controle e medidas de disciplinarização.

Esta não é no entanto, a única e nem a principal questão do século XIX: mais que movimentos de reivindicação e contestação do proletariado é a própria questão da disciplina cotidiana, da normatização e adestramento das populações urbanas

⁹⁰ Mais informações sobre a Revolta da Vacina em: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 93 – 139; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 97 – 187; LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história. 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001; SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Nova ed. rev. e ampl. São Paulo: Scipione, 1993.

⁹¹ Em relação ao conceito de massas, consultar: CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

que parece afligir os seus contemporâneos. [...] A concentração de massas despossuídas que ela enseja gera uma modificação radical na forma de percepção da pobreza que, de virtuosa e “próxima de Deus” - como havia sido entendida até a idade clássica - torna-se, uma vez concentrada no espaço urbano, ameaçadora e perigosa.⁹²

As revoltas populares evidenciavam o quando o espaço urbano podia potencializar “as contradições entre as classes sociais, conferindo aos movimentos de trabalhadores outra visibilidade, e um poder de contestação consideravelmente ampliado.”⁹³ Não eram apenas os movimentos organizados pelo proletariado que incomodam, mas, as revoltas da população em geral, a qual parecia demonstrar surdez as normas e aversão à disciplina.

A multidão desordenada transformava-se o monstro selvagem das cidades. Aos olhos das camadas mais abastadas, era necessário vencer a ferocidade desse monstro, adestrando-o, tornando-o dócil. Na impossibilidade de adestrar os elementos que compunham o monstro urbano, era preciso reprimi-los com a força, neutralizá-los, prendê-los ou excluí-los. Dessa forma, criavam-se vários dispositivos e justificativas para a adoção de tais atitudes.

Os referências imaginários da Belle Époque européia, portanto, inspiraram as elites brasileiras que decidiram implementar projetos de modernização urbana no país com o intuito de conduzi-lo à “civilização” e ao “progresso”. Ao final do século XIX, com o processo emergencial da construção de novas cidades, com o avanço industrial, tecnológico e científico se iniciou no Brasil a Era da Modernidade.⁹⁴

O sonho modernizante de livrar o Brasil de seu passado colonial, considerado bárbaro e atrasado para os novos padrões da época, impôs medidas autoritárias de intervenção nos centros urbanos de várias partes do país. Inspirados no modelo reformador de Hausmann, os idealizadores do “progresso” promoveram inúmeras modificações nos cenários urbanos realizando reformas, demolições e excluindo um número considerável de pessoas de classes menos abastadas das áreas centrais das cidades.

⁹² CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*: Juquery, a História de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 23.

⁹³ Ibidem. p. 23.

⁹⁴ PESAVENTO, Sandra. J. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

Aos poucos, a paisagem colonial que era vista como um empecilho à civilização foi profundamente modificada. As ruas, de sombrias, estreitas e enlameadas, passaram a ser iluminadas por lampiões a gás, foram ampliadas e pavimentadas. Os antigos casarões foram demolidos para dar lugar aos novos prédios, praças e jardins. Muitos terrenos baldios e pântanos foram limpos e drenados.

A remodelação das cidades proporcionou a configuração de novos espaços de sociabilidades femininos e masculinos, tais como praças, cinemas, cafés, bailes. Neste contexto, estabeleceram-se novos discursos, novos códigos de convivência e sociabilidades. No entanto, “a criação de um espaço público central da cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos ‘argentários’”.⁹⁵

Os conceitos de civilização e ciência fundamentaram e viabilizaram o projeto sanitário urbano e social higienista, o qual tinha como objetivos limpar, modernizar e embelezar os principais centros urbanos do país. Os higienistas, portanto, procuravam livrar a cidade da “sujeira”, de tudo o que causava repulsa, era considerado bárbaro, feio, indesejável, feria o olhar e não deixava o Brasil progredir.⁹⁶

O projeto de saneamento urbano intervinha nas cartografias das cidades modificando-as com o intuito de livrá-las da sujeira, da insalubridade, das epidemias e doenças que podiam atingir todos os segmentos da sociedade. O projeto de saneamento social, por sua vez, elaborava políticas de normatização, segregava e excluía dos centros urbanos classes ou indivíduos considerados inadequados que não se comportavam de acordo com as regras/parâmetros da “normalidade”.

No que se refere ao saneamento urbano e social, Myrian B. Lopes faz uma comparação entre o espaço físico da cidade e o corpo de cada indivíduo. De acordo com o discurso médico-sanitarista da época, tanto o corpo urbano quanto o corpo social deveriam ser limpos, sadios, higiênicos, dóceis e controláveis. O projeto urbano sanitário tratava, portanto, de disciplinar e “curar” tais corpos.

Em relação às transfigurações urbanas ocorridas nesse período, Nicolau Sevcenko assinala que o processo de “regeneração” das cidades fundamentou-se em 4 princípios: condenação da tradição, negação da cultura popular, expulsão das camadas populares dos centros das cidades e um cosmopolitismo agressivo. “A expressão ‘regeneração’ era

⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 31 e 32.

⁹⁶ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 15.

por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana.”⁹⁷

O discurso higienista de “regeneração” partia do pressuposto de “degenerescência”, concluindo que a cidade e muitos de seus moradores precisavam ser curados, higienizados e disciplinados. “A teoria da degenerescência, formulada por Morel na década de 50, [...] negava a concepção da ‘doença’ como um ‘erro de julgamento’ ou desvio da razão.”⁹⁸ Por outro lado, fundava a idéia do degenerado, ou seja, do indivíduo portador de uma doença invisível a caminho da loucura; sendo as “manifestações da degenerescência identificadas em práticas “anti-sociais” como a vagabundagem, o jogo, o vício, a prostituição.”⁹⁹

No século XIX, diversas eram as condutas que não correspondiam às expectativas dos agentes normatizadores¹⁰⁰. Alguns personagens dessa história transformaram-se em alvo de um vasto controle médico/social, pois conforme os discursos da época impediam a “limpeza moral” da cidade, estavam ligados ao atraso, às doenças, a incapacidade, a preguiça, e por isso foram considerados empecilhos à civilização. As classes pobres, por exemplo, conforme analisou Sidney Chalhoub, eram observadas como perigosas não apenas por serem consideradas pelos higienistas como propagadoras de doenças, mas também por seus “vícios” e “hábitos nocivos”.

Sendo as classes pobres, “perigosas”, não tardou para que suas moradias se tornassem alvo de intenso controle. O processo de fiscalização e derrubada dos cortiços¹⁰¹ nos centros urbanos, portanto, justificava-se não apenas pelos perigos que essas moradias representavam, mas também pela feia imagem que traziam para a cidade. Aos poucos, o projeto sanitário moralizador de embelezamento

⁹⁷ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 31.

⁹⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. op. cit., p. 25.

⁹⁹ Ibidem. p. 25.

¹⁰⁰ Referimo-nos aos representantes de instituições normatizadoras, tais como médicos higienistas, católicos e porta-vozes do Estado.

¹⁰¹ Termo empregado para habitações simples que abrigam diversas famílias. Segundo Sidney Chalhoub, no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX a ausência de um conceito que especificasse legalmente o que era um cortiço ampliou o confronto entre higienistas, policiais, proprietários e moradores. Inúmeras discussões entre políticos e autoridades se sucederam com o intuito de definir até que ponto uma habitação coletiva poderia ser identificada como um cortiço. Enquanto não se determinava o conceito, higienistas e autoridades continuavam enfrentando desafios, como o de aceitar a construção legal de inúmeros quartos e “casinhas”. Ainda conforme suas idéias, a expressão teria sido adotada por autoridades para estigmatizar determinadas habitações coletivas, e, conseqüentemente, seus moradores. In: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 36 - 45

urbano, varreu dos centros das cidades as moradias coletivas consideradas focos de propagação de miasmas, epidemias e doenças. Quais teriam sido os motivos para a perseguição a tais moradias?

Segundo Gilberto Freyre, é provável que os primeiros cortiços brasileiros tenham surgido em Recife no século XVII, período do domínio holandês no Brasil. Conforme observou, as condições geográficas e a falta de espaço teriam sido alguns dos motivos para o aparecimento dessas habitações na região. Nesse período, muitos sobrados teriam assumido caráter de cortiço, pois comerciantes e burgueses aproveitaram-se da falta de espaço para alugar estabelecimentos a preços altíssimos e optaram por morar em locais mais afastados do centro, em casas quase de campo, o que impedia o contato com aquela gente “imunda da cidade”¹⁰².

A presença de sobrados-cortiços e sobrados-bordéis, para os médicos, difundiam a devassidão e a promiscuidade nos meios urbanos. Aos olhos de alguns membros da elite, as condições higiênicas, o excesso de inquilinos e seus comportamentos tornavam esses ambientes verdadeiros chiqueiros imorais e propagadores de doenças, sobretudo, a sífilis. Faz-se necessário ressaltar, que não eram apenas as pessoas das classes mais simples que freqüentavam esses ambientes, a fidalguia também era encontrada nesses locais.

O Recife holandês, portanto, foi observado desde o princípio como antro de perdição, pois conforme os higienistas, além da falta de higiene, das condições precárias, da propagação de doenças e do desvio moral, muitos de seus moradores também se entregavam aos excessos do álcool. Enquanto fidalgos aburguesados saboreavam moderadamente vinho do porto ou licor, muitas pessoas “da melhor posição social eram encontradas bêbadas nas ruas.”¹⁰³

Na Nova Holanda, o que se observava era o excesso de “vícios” por parte de diversos segmentos sociais, a começar pela estrutura das habitações. Tanto os cortiços quanto os sobrados, eram considerados pelos médicos completamente anti-higiênicos. Os cortiços, devido à falta de espaço e excesso de inquilinos, apresentavam-se como ambientes propícios para a proliferação de doenças, principalmente as infecto-contagiosas. Os sobrados, por sua vez, com a função de resguardar seus habitantes, apresentavam paredes grossas, corredores e quartos escuros, aspectos que atraíam morcegos, ratos, baratas e corujas.

¹⁰² Durante o período analisado, os membros das classes mais abastadas optavam morar em áreas mais afastadas das cidades, em chácaras ou casas de campo, ambientes que serviam de refúgios dos centros urbanos, considerados por eles caóticos e insalubres.

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*.. op. cit., p.193.

Além disso, seus moradores tinham o hábito de dormir com as portas e janelas fechadas, de modo que os quartos “impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de pé, de sovaco, de barata, de mofo.”¹⁰⁴

A falta de higiene ultrapassava as moradias. As praias, próximas aos sobrados, até o início do século XIX eram lugares imundos, nos quais “se faziam despejos, descarregavam os gordos barris transbordantes de excrementos, o lixo e a porcária das casas e das ruas, onde se atiravam bichos e negros mortos.”¹⁰⁵ Também era comum defecar e urinar em vários cantos da cidade. Diante de tais hábitos, não é de se espantar, os motivos pelos quais as cidades tenham se transformado, desde o princípio, sinônimo de sujeira e desordem.

No espaço das cidades, em termos de higiene, as classes pouco diferiam umas das outras. Do século XVII ao XIX, os sobrados sofreram transformações para se adequar ao padrão exigido pela Corte portuguesa. As modificações, porém, não asseguraram ar fresco e higiene para esses locais, pois muitos sobrados de pessoas mais abastadas continuaram mal divididos, com cômodos completamente escuros. Mas, por que somente os cortiços representavam ameaças e estavam associados à desordem?

De acordo com os higienistas, os cortiços e as habitações simples não representavam perigo à saúde pública apenas pela falta de higiene sem si, mas por serem também considerados antros de perdição e de desvio moral. O processo de limpeza e embelezamento das cidades, portanto, também deveria se estender à população. Não bastava apenas vigiar para corrigir os desordeiros e desviantes, havia a necessidade de destruir também seus locais de sociabilidades.

Enquanto as elites freqüentavam ambientes que refletiam a civilidade do modelo francês, tais como: teatros, cafés e bailes, as camadas menos abastadas encontravam nas esquinas, nos botecos, nas mercearias e tavernas seu divertimento. Esses locais eram constantemente vigiados pela polícia¹⁰⁶, devido à movimentação e ao barulho que ultrapassavam os horários de funcionamento. Algumas mercearias localizavam-se em cortiços ou próximas a eles. Seus freqüentadores costumavam beber, conversar, organizar batuques e

¹⁰⁴ Ibidem. p. 235.

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. op. cit., p.224.

¹⁰⁶ Jacques Donzelot, ao analisar as composições familiares, observou a instituição policial como um instrumento de controle utilizado pelo Estado para disseminar ideologias sociais, ditar normas de conduta, comportamentos e manter a ordem social. In: DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

sambas para dançar até altas horas. As camadas mais abastadas, assim como as autoridades, observavam tais locais como antros de vadiagem e consideravam bárbaras e atrasadas suas formas de diversão.

Aos poucos, o gosto das camadas populares passou a ser observado como empecilho à civilização. Assim, os lugares que freqüentavam, suas manifestações e formas de diversão foram estigmatizadas e diminuídas perante as das elites. Todos os elementos que estivessem associados à cultura popular, e principalmente a negra, vista como inferior e atrasada, eram severamente perseguidos e punidos. Para as camadas abastadas e autoridades da época, o samba, os batuques, o candomblé e a capoeira representavam a boemia, a vadiagem, a desonestidade e a imoralidade.¹⁰⁷

A periculosidade e inconveniência não estavam apenas nas casas de jogos, botequins e espaços que facilitavam aglomerações, mas também em seus freqüentadores considerados baderneiros e desocupados. Os alcoólatras, os boêmios, as prostitutas, os negros, os homossexuais e as “mulheres-homens”, eram considerados empecilhos à civilização, pois estavam às margens da sociedade e fugiam das malhas normatizadoras, criando estratégias de sobrevivência, de enfrentamento e resistência.

Conforme observou Sidney Chalhoub, talvez esse tenha sido um dos motivos centrais para o ataque higienista aos cortiços. O “bota abaixo” não teria sido efetuado apenas pelas condições anti-higiênicas que essas moradias apresentavam, mas pelo que elas simbolizavam. Desde meados do século XIX, os cortiços do Rio de Janeiro haviam se transformado em locais de luta e resistência de membros das “classes perigosas”, principalmente escravos e libertos.

Ainda conforme Sidney Chalhoub, muitos escravos passaram a viver “sobre si”¹⁰⁸ nesses locais com a autorização de seus senhores. Essa forma de vida lhes proporcionava mais autonomia, tendo em vista que podiam conseguir jornadas extras de trabalho para juntar dinheiro e comprar a alforria. A possibilidade de conquistar a liberdade vivendo “sobre si” levou-os a lutar pelo direito de viver fora da casa dos

¹⁰⁷ SOIHET, Rachel. op. cit., p. 57 – 72.

¹⁰⁸ A expressão viver “sobre si” é utilizada pelo autor Sidney Chalhoub referindo-se aos escravos os quais seus senhores permitiam que vivessem fora de suas dependências. Os que viviam “sobre si” eram em geral, escravos de ganho que prestavam serviços aos senhores e nas horas livres exerciam ofícios nas cidades com o intuito de prover seu sustento e guardar dinheiro para comprar a alforria. Viver “sobre si”, portanto, era uma estratégia utilizada por muitos escravos para conquistar lentamente sua liberdade, uma vez que viviam fora das dependências senhoriais e proviam seu próprio sustento. In: CHALHOUB, Sidney. op. cit., p. 36 – 45.

senhores. Iniciava, dessa forma, no espaço dos cortiços, um processo de enfrentamento e resistência à escravidão, de luta pela liberdade.

Como resposta, as autoridades perceberam que não bastava apenas vigiar as “classes perigosas” e suas moradias, era necessário criar estratégias de controle que atingissem tais indivíduos e habitações. Assim, em 1853 na Câmara do Rio de Janeiro um projeto com inúmeras propostas de melhoramento das condições sanitárias dos cortiços e estratégias de controle tais como a adoção de um livro de registros de entrada e saída em tais estabelecimentos e a imposição de um portão de ferro que fosse fechado ao toque de recolher.

Ainda que o projeto não tenha sido aprovado pelos vereadores, medidas mais drásticas foram tomadas quando José Pereira Rego¹⁰⁹, estabeleceu a proibição da construção de novos cortiços no Rio de Janeiro. Dessa forma, criavam-se instrumentos legais para “a guerra de extermínio contra os cortiços, ou - o que dá quase no mesmo - para a política de expulsão das “classes pobres” / “classes perigosas” das áreas centrais da cidade.”¹¹⁰

A propagação de doenças como a varíola, cólera, tuberculose e febre amarela preocupavam em demasia as autoridades que apresentavam a questão de salubridade como foco central para o fechamento e destruição dos cortiços. Faz-se necessário ressaltar, que o motivo central para perseguição a determinadas moradias coletivas e seus moradores também estava associado a outras questões. Havia entre médicos e autoridades da época, o ideal nacionalista, fundamentado na civilidade através do branqueamento da raça¹¹¹. A proliferação de doenças dificultava a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e retardava o processo “civilizatório”.

Para finalizar o cerco às “classes perigosas”, os cortiços localizavam-se em regiões urbanas potenciais para investimentos. A

¹⁰⁹ José Pereira Rego, também conhecido como Barão de Lavradio, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1938. Atuou de maneira expressiva na área da saúde pública, participando efetivamente de planejamentos de medidas sanitárias juntamente com outros membros da Academia Imperial de Medicina. Integrou a Comissão Central de Saúde Pública, foi presidente interino da Junta Central de Higiene Pública onde realizou diversos relatórios nos quais descreveu detalhadamente as condições sanitárias do Rio de Janeiro e as incidências de enfermidades que assolaram a cidade.

¹¹⁰ CHALHOUB, Sidney. op. cit., p. 34.

¹¹¹ A teoria do branqueamento da raça foi estimulada por Joseph Arthur de Gobineau. Em sua passagem pelo Brasil, o Conde de Gobineau demonstrou sua animosidade para com o país devido a presença de raças as quais considerava inferiores. Gobineau argumentava que a mistura racial no Brasil originaria pardos e mestiços degenerados. Segundo Gobineau, somente o incentivo da imigração de raças européias, consideradas superiores, evitariam a degeneração da raça brasileira.

especulação imobiliária, portanto, também foi um dos fatores que impulsionou a perseguição e destruição de tais habitações. Considerando os ideais de branqueamento da raça e de especulação imobiliária dos centros urbanos, não é de admirar que os responsáveis pelo processo de urbanização do final do século XIX e início do século XX tenham sido em geral, médicos e engenheiros.¹¹²

Os escravos não apresentavam empecilho somente ao processo de branqueamento da raça e civilização. Segundo Jurandir Freire Costa, eles também impediam que a higienização das famílias de elite acontecesse, pois, apresentavam-se como intrusos do espaço doméstico, responsáveis por dissolver a privacidade e as relações entre os familiares. “Os escravos, portanto, facilitavam em todos os sentidos a dispersão do sentimento de intimidade. A simbiose em que a casa vivia com ele impedia sua reorganização com vistas a aproximação sentimental entre seus moradores.”¹¹³

Ao analisar as relações de poder existentes no cotidiano de São Paulo no século XIX, Maria Odila Leite da Silva Dias¹¹⁴ observou que as mulheres das classes mais simples, não tendo condições de assumir seu papel social normativo, foram estigmatizadas e sofreram diversos preconceitos que as desqualificaram socialmente. As personagens que compunham o cenário da desordem e marginalidade na cidade eram em geral sós, escravas, negras, mestiças e brancas empobrecidas. Mulheres, que criavam estratégias de sobrevivência, atuavam ativamente no espaço da cidade, exerciam ofícios informais, muitas vezes associados à figura masculina.¹¹⁵

Nesse contexto de pobreza, luta e resistência, evidenciou-se que muitos dos estereótipos preconceituosos de cor e de classe criados para as mulheres, derivaram-se do imaginário constituído a partir do sistema dominante da época. De acordo com as idéias da autora, as mulheres consideradas honestas, eram associadas ao mito de donas ausentes,¹¹⁶

¹¹² Sobre a prática especulativa, ver: SEVCENKO, Nicolau. op. Cit.

¹¹³ COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p.95.

¹¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder* em São Paulo no século XIX. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹¹⁵ Dentre as mulheres que exerciam ofícios que não correspondiam com seu papel social normativo, encontramos as expressões: “machona” e “mulhere-homem”. Conforme nossas investigações, observamos que a palavra “machona” era utilizada referindo-se à mulher que freqüentava ambientes considerados impróprios para seu gênero, realizava ofícios que correspondiam aos papéis sociais masculinos, porém, não se vestia como homem. A expressão “mulher-homem”, portanto, destinava-se àquela que além de exercer ofícios considerados masculinos, vestia-se como homem.

¹¹⁶ A falta de mulheres brancas na colônia resultou na elevação de seu status de forma que a cor tornou-se um elemento de diferenciação de classe. A clausura e os trajes realçavam a

enquanto as de classes menos abastadas, que conseguiam seu sustento fora do ambiente do lar, tornavam-se faladas.

Os preconceitos de cor e classe, entretanto, não se originavam apenas nas classes dominantes. Em meio a tanta pobreza e “desordem”, as classes pobres elaboravam suas próprias regras de aceitação, sociabilidade e sua própria hierarquia. Mulheres sós, chefes de família, destacavam-se em relação àquelas que não pertenciam a nenhum núcleo familiar; as brancas pobres eram consideradas superiores as de cor. “Além da hierarquia da pobreza ditada pela cor, existia também a dos ofícios, entre os quais os de lavadeiras e vendedoras pareciam mais desprezados, como ocupações próprias de escravas.”¹¹⁷

A presença considerável de mulheres sós, concubinas, mães solteiras, viúvas ou de maridos ausentes em São Paulo, desde o século XVII, devia-se a motivos como: carestia do processo burocrático religioso dos casamentos, recrutamentos militares para as guerras no Prata e casamentos em idades desiguais. Por isso, “havia falta crônica de homens para trabalhar como jornaleiros, nas construções públicas e no conserto de estradas, onde costumavam servir, lado a lado, escravos e homens livres.”¹¹⁸ A ausência de mão de obra masculina e a pobreza de muitas mulheres na cidade as levava a executar esses serviços, muitas vezes até vestidas de homem.

Algumas brancas pobres, padeiras, tinham escravas que ajudavam a vender pães em tabuleiros. Essas mulheres eram convocadas uma vez ao ano para pagar a licença por suas escravas vendedoras. Algumas eram acusadas, denunciadas, multadas e presas por vender sem licença ou abaixo do peso. Longe de aceitar passivamente, elas controlavam ao seu modo o valor do pão, protestavam e faziam greve contra os preços estipulados pela Câmara. Outras, com certa dificuldade de manter suas escravas, as alugavam, ou viviam à custa da prostituição das mesmas.

A necessidade induzia a improvisação de funções informais, o que desmistificava em parte o sistema patriarcal brasileiro, pois diversas mulheres assumiam o papel social normativo masculino para sua

distância social das senhoras brancas para as demais. Por isso, havia entre senhores o costume de viver entre muros e aparecer raramente em público. Durante muito tempo, a expressão dona ausente foi utilizada referindo-se às mulheres de classes mais abastadas. No entanto, em São Paulo, desde o século XVII, o predomínio da pobreza e a falta de dote levavam muitas mulheres brancas a enfrentar o desafio de manter seu status social. Mesmo empobrecidas, muitas evitavam aparecer nas ruas e quando o faziam, era durante o período da noite. Impossibilitadas de manter padrões aristocráticos ou aburguesados elas exploravam seus escravos de ganho e os alugavam.

¹¹⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. Cit., p. 232.

¹¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., p. 57.

sobrevivência. Mais de 80% declaravam viver de seu próprio trabalho. “Perdida em meio às feras do mato, aprendiam ofícios de ganhadeira, costuras, quitandas, negras de tabuleiros, vestiam-se de homens, lutavam muito para sobreviver.”¹¹⁹ Distribuíam gêneros alimentícios, exerciam ofícios ambulantes pela cidade, enfrentavam as autoridades e lutavam contra o fisco.

Assim como os escravos, as mulheres das classes mais simples também foram excluídas e marginalizadas, pois criaram estratégias de sobrevivência, lutaram pelo direito de vender, resistiram ao fisco, à repressão, organizaram greves e motins. Foram perseguidas, multadas e presas por exercerem ofícios menosprezados, que não condiziam com seu papel social normativo e por atuarem ativamente no espaço das ruas. Muitas delas, analfabetas, sem possibilidades de defesa, apareciam nos processos judiciais como vagabundas, desordeiras, depravadas, de má fama, por enfrentar autoridades à sua maneira, se envolver em brigas, motins e quebra-quebras.

Diversas mulheres pobres viviam em quartos alugados ou em cortiços considerados de má fama, e se envolviam frequentemente em ocorrências policiais como prostituição, brigas, bebedeiras, refúgio de escravos e suicídios. Tais ocorrências levavam as autoridades a buscar manter a ordem da cidade fiscalizando e multando vendedores ambulantes, proibindo aglomerações e restringindo o número de moradores em determinadas habitações. Novamente, fechava-se o cerco de perseguição aos cortiços e seus moradores. “A valorização dos terrenos, nas áreas mais centrais da cidade, foi o começo da expulsão das mulheres pobres para os bairros mais afastados.”¹²⁰

Ao realizar o panorama geral de alguns membros das “classes perigosas”, tais como: escravos, loucos, mulheres pobres e prostitutas, no final do século XIX e início do século XX, observamos o que havia em comum entre eles: luta e resistência. Ambos viviam no espaço da desordem e eram por si só considerados a própria metáfora dela. Tais personagens, tinham suas vozes veladas, mas insistiam em não silenciar ao criar estratégias de resistência, sobrevivência, fuga ou enfrentamento.

Os cortiços, para os escravos, eram seus locais de fuga, enquanto as cidades representavam seu espaço de luta pela liberdade, pois nas ruas muitos exerciam ofícios para comprar sua alforria. Do mesmo modo, as mulheres pobres encontravam nesses espaços a possibilidade de sobrevivência. Muitas costuravam, lavavam roupa para fora e

¹¹⁹ Ibidem. p.197.

¹²⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., p.242.

preparavam quitutes em suas casinhas ou quatinhos de estalagens para vender nas ruas. Impossibilitadas de exercer apenas seu papel social de mãe e esposa, transgrediam as regras normativas impostas pela burguesia, excedendo o espaço privado, resistindo ao fisco, lutando contra autoridades e constituindo novos papéis nessas relações conflituosas.

As prostitutas, também encontravam nas esquinas e nos becos a possibilidade de sobrevivência. Numa sociedade que pregava a virgindade, elas tinham como função social assegurar a masculinidade dos jovens, a virgindade das noivas e a moralidade das casadas. Por outro lado, elas podiam transmitir doenças, causar discórdias, ser motivos de brigas, desquites e separações. Sendo a família considerada a *célula-mater* da nação, o pilar da sociedade, ao causarem discórdias entre os casais, as prostitutas eram acusadas de colocar em risco a estrutura social e moral de algumas famílias.¹²¹

A necessidade de criar uma atmosfera individual e privativa dentro das famílias “civilizadas” também foi um dos motivos para que os médicos tenham atacado as habitações populares. Muitos cortiços eram antigos sobrados ou casarões de vários andares. Para ganhar mais dinheiro, não raro, estalajadeiros repartiam os cômodos em várias partes. As divisões entre um cômodo e outro, em geral, eram muito mal feitas, de forma a impedir a privacidade dos inquilinos e causar muitas tensões entre eles. Sendo habitados por inúmeras famílias e praticamente impossibilitadas suas privacidades, tais lugares foram considerados locais promíscuos por excelência.¹²²

O sentimento de proximidade e a relação de solidariedade existente muitas vezes nas moradias das camadas populares apresentavam-se em oposição à relação estabelecida por médicos e autoridades, de que a vida coletiva era promíscua, e a vida familiar, individualizada, era civilizada. Esse sentimento de afinidade entre os moradores foi representado por Aluísio de Azevedo na obra *O cortiço*, no momento em que por motivos de traição, a personagem Leocádia ao ser o expulsa por seu marido do quatinho em que viviam, foi acolhida por Rita Baiana; quando a moça Florinda, filha de Mariana, apareceu grávida de Domingos e vários moradores do cortiço tomaram partido de sua honra, obrigando-o a casar-se com ela.¹²³

¹²¹ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

¹²² SOIHET, Rachel. op. cit.

¹²³ AZEVEDO, Aluísio. op. cit.; p. 62 - 66 e p. 70 - 73.

Não podemos negar, no entanto, que o próprio sentimento de solidariedade ressaltava a falta de privacidade dos inquilinos nesses locais. Enquanto muitos acontecimentos poderiam ser motivos de proximidade e até familiaridade entre os moradores, outros se transformavam em tensões e discórdias. Ao observar os processos e inquéritos policiais analisados por Rachel Soihet, foi possível concluirmos que os moradores dos cortiços e estalagens possuíam senso de individualidade, pois a falta de privacidade apresentava-se implicitamente como um dos motivos responsáveis por ocasionar conflitos.

Na guerra contra as habitações populares, médicos, engenheiros, autoridades e elites encontravam inúmeros motivos para sua extinção no espaço central das cidades. No que se refere à insalubridade das moradias coletivas, essa existia não apenas devido ao excesso de pessoas morando no mesmo ambiente, mas pelas próprias condições dos lugares. Muitos deles, antigos sobrados, com alcovas e corredores escuros, em certas épocas do ano eram extremamente abafados ou dependendo do material que eram construídos, muitas vezes de qualidade inferior, eram extremamente úmidos, devido infiltrações, excesso de mofo.¹²⁴

A cidade, portanto, era observada pelos higienistas enquanto espaço da desordem, sendo as moradias dos “desordeiros” os principais focos de perdição, imoralidade e concentração de periculosidade. Tais habitações e seus moradores constituíam-se como a antítese do modelo que se pretendia instaurar, moderno, urbano e civilizado, oposto ao antigo modelo colonial considerado bárbaro e atrasado.

A *civilité*, portanto, estava longe de habitar os cortiços. Por isso, quanto o “progresso” e a “civildade” aproximaram-se das moradias populares e dos antigos casarões, eles os aniquilaram, pois os reformadores acreditavam que a civilidade não poderia conviver com a “barbárie”, o progresso com o “atraso” e o moderno com o colonial, antigo modelo que se pretendia superar, apagar, esquecer.¹²⁵

A preocupação em deslocar as camadas menos abastadas das regiões centrais das cidades não estava relacionada apenas ao “progresso” e a “civildade”. O projeto de modernização aliava-se aos interesses de alguns burgueses que estavam ligados ao comércio de importação, a construção civil e aos meios de transporte. A derrubada de moradias coletivas e casarões antigos abria espaço para a

¹²⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos* op. cit.

¹²⁵ SEVCENKO, Nicolau. op. cit., p. 30.

construção de prédios modernos, avenidas e praças espaçosas. O progresso valorizaria os centros urbanos e geraria lucros para uma burguesia que via na especulação imobiliária a possibilidade de acumular capital.

Após a derrubada das habitações populares e as construções de novos prédios, as camadas menos abastadas não teriam mais condições de permanecer nos centros das cidades devido ao aumento excessivo do preço dos aluguéis. Restava a elas apenas a possibilidade de se deslocar para as áreas mais afastadas e menos valorizadas, como os subúrbios, as encostas de morro e as periferias.

1.4 – ALIENISTAS E ALIENADOS

Em um sistema que pregava a ordem, a moral e a disciplina de condutas, os “agentes da desordem”¹²⁶ assumiam um importante papel social, o de legitimação do poder médico e necessidade de imposição da ordem. Dessa forma, os médicos conquistavam autoridade para classificar “normais” e “anormais”, “produtíveis” e “não produtíveis”, “válidos” e “inválidos”, “ordeiros” e “desordeiros”. A existência das “classes perigosas” e da desordem, portanto, assinalava a necessidade de intervenção, controle, norma e, sobretudo ordem médica.

O médico passou a ser considerado o indivíduo capaz de realizar diagnósticos, curar doenças e solucionar problemas sociais de conduta. A partir de então, estabeleceu-se uma disputa de saberes e poderes, entre a instituição médica e jurídica. Nos casos de desordem social e delito, a qual instituição caberia a análise? No seio dessa aproximação de saberes, a doença mental apareceu como categoria de disputa e dessa forma, observou-se a necessidade de institucionalizar a Psiquiatria no Brasil.¹²⁷

Em *O Alienista*, Machado de Assis problematizou de forma irônica a loucura, a psiquiatria e o poder médico de inserção e intervenção na vida familiar. Ele questionou tal poder e saber científico que utilizava parâmetros classificatórios em pleno estudo para atestar a normalidade e anormalidade de um indivíduo, para demarcar fronteiras entre a razão e a loucura. Na trama, a Casa Verde pode ser observada como laboratório de provas para as teorias elaboradas por Simão Bacamarte, sendo os objetos de estudo, os moradores da cidade de

¹²⁶ Eram considerados agentes da desordem os membros das “classes perigosas”.

¹²⁷ ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon. *Metáforas da desordem: o contexto social da doença mental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Itaguaí, os quais se tornavam suspeitos de alienação por qualquer desvio de conduta.

As personagens demonstraram a inicial satisfação com a inauguração do sanatório e o medo posterior de serem recolhidas em tal estabelecimento, sem terem condições de comprovar sua sanidade. O poder conferido ao médico foi demonstrado no momento em que “D. Evarista achou realmente extraordinário que toda aquela gente ensandecesse; um ou outro vá; mas todos? Entretanto custava-lhe duvidar; o marido era um sábio, não recolheria ninguém à Casa Verde sem prova evidente de loucura.”¹²⁸

A autoridade médica, contudo, também foi questionada diante dos protestos dos habitantes de Itaguaí em relação aos diagnósticos e aprisionamentos realizados. A Casa Verde, que havia sido inicialmente louvada pelos moradores da cidade, foi denominada posteriormente como Bastilha da razão humana; associando não apenas o sanatório à prisão francesa como também o poder médico enquanto proporcional ao exercido pelos monarcas em tempos de tirania.

Machado de Assis, ao escrever sua obra, demonstrou sensibilidade ao observar o processo de institucionalização da Psiquiatria no Brasil. Naquele momento, assim como na atualidade, a loucura apresentava-se como um imenso mistério para a ciência, e a Psiquiatria, um constante laboratório de provas. A Casa Verde da ficção pode ser comparada com os manicômios da realidade. A preocupação acentuada do médico Simão Bacamarte em servir a ciência e livrar a cidade de todos os insanos, por sua vez, demonstra não só o quanto a loucura transformou-se em objeto do discurso científico no Brasil do final do século XIX; como também, passou a ser associada à desordem e perturbação da paz social.

De acordo com os relatos, a loucura, fazia-se presente no convívio social brasileiro desde o início do processo de colonização. No entanto, foi a partir do início século XIX, com a vinda da família real que transformou-se em objeto de intervenção do Estado. Os loucos, por sua vez, continuaram a ser retirados do contexto social e isolados com mais frequência em prisões públicas e hospitais. Nessa conjuntura, a necessidade de controle social da “doença da alma” já se fazia presente, embora ainda não se constituísse enquanto objeto do discurso científico.¹²⁹

¹²⁸ ASSIS, Machado. de. *O Alienista*. São Paulo: Ática, 1994. p. 24.

¹²⁹ AMARANTE, Paulo. Asilos, alienados e alienistas. In Paulo. Amarante (Org.), *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 73 – 84.

Em meados do século XIX, a preocupação com o tratamento destinado aos alienados já era perceptível no Brasil. Os maus tratos, as péssimas condições de higiene dos locais em que eram internados e a falta de funcionários especializados, como médicos e enfermeiros, eram motivos de inúmeras denúncias. Como resposta, os membros da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro começaram a reivindicar a construção de um estabelecimento específico para o tratamento de tais pacientes.¹³⁰

A partir de então, a loucura passou a ser avaliada como doença mental, de forma a ser merecedora de um espaço social próprio para tratamento e reclusão. Em 1852, foi inaugurado no Rio de Janeiro o Hospício Dom Pedro II, considerado um dos primeiros manicômios brasileiros. No período de sua fundação, o tratamento dos pacientes era realizado com a ajuda dos médicos, mas o controle ainda permanecia nas mãos da Igreja através das Santas Casas de Misericórdia.¹³¹

Diante de tal poder exercido por religiosos, os médicos lutavam para obter maior autonomia de intervenção sobre a doença mental e defendiam a medicalização desses ambientes. A loucura, no entanto, só se transformaria em monopólio do discurso médico/científico após a proclamação da República.

Apesar do Hospício Dom Pedro II ter sido construído para atender as necessidades do Município da Corte e apresentar inicialmente a capacidade para 150 pacientes, não tardou para que viessem loucos de outras Províncias, o número de vagas duplicassem e fossem rapidamente preenchidas. Dentre os problemas apontados pela administração, é possível citar a renda insuficiente e o envio de paráliticos, epiléticos e alcoólatras para a instituição.¹³²

Ao analisar inúmeros documentos do Hospício Dom Pedro II, Monique Siqueira Gonçalves, argumentou que tal estabelecimento não se constituiu como um espaço de pura reclusão de alienados ou como “um mecanismo de exclusão de elementos perturbadores.”¹³³ Dentre os médicos que trabalhavam na instituição, havia os que defendiam a admissão de alienados que fossem passíveis de cura para que ela não se

¹³⁰ ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 223.

¹³¹ VENANCIO, Ana. Teresa. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 10(3): 883-900, set.-dez. 2003.

¹³² GOLÇALVES, Monique de Siqueira. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol.12 n.º.2 São Paulo, junho. 2009.

¹³³ Ibidem.

transformasse apenas em ambiente de clausura de tais indivíduos. “Além disto, a percepção de que o Hospício fora construído para tirar de circulação os indivíduos com conduta desviante que vagavam pelas ruas da cidade e adjacências também demonstrou ser equivocada.”¹³⁴

Ao chamar a responsabilidade para si perante o tratamento da loucura, os médicos reivindicaram a construção de um local que proporcionasse a cura, recuperação e regeneração de seus pacientes. Essa era a resposta oferecida a sociedade em relação à funcionalidade da nova instituição. A preocupação de limitar e evitar a entrada de outros indivíduos que não fossem alienados, para melhor tratar os que fossem, parece ter sido uma especificidade do Hospício Dom Pedro II, uma vez que as análises fundamentadas em registros e prontuários médicos de diversos hospícios do Brasil apresentem outra realidade.

Diversos estudos demonstram que o Hospício de Juquery e inúmeros outros do Brasil serviram como local de “depósito”, exclusão e reclusão de indivíduos considerados desregrados, degenerados e indesejáveis. O Hospício de Juquery parece ter sido bem eclético nesse sentido. Lá eram internados indivíduos por motivo de vagabundagem, jogatina, mendicância, mudança de indumentária, alcoolismo, histeria, frieza sexual, entre tantos outros.¹³⁵

Tais internações parecem ter sido justificadas pela teoria da degenerescência, a qual afirmava que a loucura não era uma doença de origem “social, moral ou econômica, mas atribuída, sobretudo às determinações biológicas da hereditariedade.”¹³⁶ Além disso, contrariava a idéia de desvio da razão, defendia a criação de um local de regeneração, ao invés apenas de reclusão ou punição e utiliza o lema: intervir para prevenir e curar.

Os sanatórios, nada mais eram que instrumentos disciplinares de sujeitos considerados desviantes, desordeiros e desregrados. A exclusão desses indivíduos do meio urbano apresentava, portanto, um sentido político e social, o de reprimir a mendicância, a vagabundagem e a desordem que se corporificavam por meio de desviantes que perambulavam pelas ruas da cidade. “Inúmeras são armas e estratégias deste embate: da polícia à justiça, dos médicos aos patrões, - esforços, mesmo que pontuais, são despendidos em direção à imposição das disciplinas urbanas que enfrentam a tenaz resistência de seus destinatários.”¹³⁷

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ CUNHA, Maria Clementina Pereira. op. cit.

¹³⁶ Ibidem. p. 26

¹³⁷ Ibidem. p. 35

O processo de “fabricação da loucura” estava intrinsecamente relacionado à implantação do sistema capitalista e conseqüentemente a necessidade de formação de indivíduos laboriosos. O que fazer diante de um enorme exército de desregrados e improdutivos? A solução encontrada pela burguesia foi excluir e encerrar tal contingente em presídios, hospitais, casas de correção, manicômios e Santas Casas de Misericórdia, pois não bastava apenas vigiar suas condutas, era necessário puni-las ou erradicá-las dos ambientes que se pretendiam modernizar.

O crescimento demográfico urbano colaborou para o aumento de ofícios informais. Aqueles que trabalhavam na informalidade eram em geral, associados à desordem, a preguiça e a vagabundagem. Por isso, no Juquery, assim como em diversos hospícios do Brasil, os pacientes eram submetidos à técnica da laborterapia. “A intenção era de que, através do trabalho “terapêutico” dos internos, se atingisse o estado de auto-suficiência e, possivelmente mesmo um pequeno excedente destino ao mercado”.¹³⁸

A regeneração e reintegração do louco na sociedade, no entanto, parece ter permanecido apenas no discurso, pois conforme Maria Clementina Pereira Cunha, em Juquery e em diversos hospícios, a laborterapia era em geral recomendada para os pacientes que não tinham mais possibilidade de reintegração social ou cura. De acordo com Marcos Costa Melo, em Santa Catarina, o discurso político seguia “a linha de isolar o doente para o bem estar da sociedade, de valorização ao trabalho como uma forma eficiente de terapia, assim como uma forma de baratear o custo com a manutenção do hospital.”¹³⁹

O argumento de cura, portanto, servia para justificar a clausura de determinados indivíduos, pois os discursos procuravam reforçar a idéia de doença, periculosidade, crime, desvios de conduta, quebra do contrato social e falta de autocontrole; definindo desta forma, a necessidade e a funcionalidade da instituição manicomial e conseqüentemente reforçando a autoridade médica.

Ao analisar os discursos psiquiátricos e jurídicos em relação à loucura, Guilhon Albuquerque salienta que a justiça atua sob o louco alegando a quebra do contrato social¹⁴⁰ realizada por ele. No entanto,

¹³⁸ CUNHA, Maria Clementina Pereira. op. cit., p. 70.

¹³⁹ MELO, Marcos Costa. *Ser ou não ser, “louco” é a questão: relação crime-loucura*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. p. 3.

¹⁴⁰ Conforme Rosseau, os homens nascem livres e iguais por natureza, mas alienam sua liberdade em proveito próprio ao aceitarem o contrato social. O contrato social, portanto, seria uma espécie de pacto entre o indivíduo e a sociedade no qual se estabelece a igualdade entre os

como a quebra do contrato social é feita de forma involuntária e a punição para tal delito é prevista para os que o fazem de forma voluntária, a justiça combate o louco sob a justificativa de estar defendendo a sociedade posicionando-se como a guardiã das regras.

Durante o século XIX, as epidemias e a loucura transformaram-se em problemas constantes de Saúde Pública no Brasil. Foi a partir do final deste século e início do XX, com o ideal republicano de modernidade e formação de um novo homem, que tais problemas passaram a ser alvo de maior preocupação e intervenção do Estado. Desta forma, a “Medicina mental emerge, como uma nova instituição social e como um discurso com pretensões científicas neste momento de reorganização sociomoral do sujeito.”¹⁴¹

As doenças, as moradias e o excesso de contingente “desregrado” nas ruas das cidades aumentavam a insegurança urbana e diminuía a possibilidade de civilizar o país. As autoridades, percebendo a impossibilidade de reger as condutas de alguns indivíduos das camadas sociais menos abastadas, transformaram o controle social em repressão e exclusão.

Com o advento da República, o discurso médico conquistou legitimidade de maneira a substituir o religioso e apropriou-se da doença mental. Tendo a loucura sido definida como patologia, cabia agora a ciência médica o controle sobre o louco e sua definição enquanto sujeito doente. Aos poucos, também foram considerados perigosos para a sociedade e incapazes de se adaptar as regras impostas ao coletivo, uma vez que as transgrediam devido a seus atos de insanidade.

1.5 - A BELLE ÉPOQUE CHEGA A CIDADE INSULAR E PROVINCIANA

O sonho modernizante da Belle Époque brasileira chegava a Desterro à medida que a elite local se aburguesava aos moldes europeus. Longe de ser uma cidade industrializada com grande fluxo populacional, desde meados do século XIX, contava com o comércio e transporte de alimentos e mercadorias que ocorriam em seu porto.

cidadãos e o comprometimento de ambas as partes de seguir uma série de regras de maneira a não violar os direitos de outros e ao mesmo tempo de não ter os seus violados. A quebra do contrato social, portanto, causaria transtorno, caos, desordem.

¹⁴¹ BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p.11.

Apesar de este exercer pouca influência no cenário econômico nacional, foi de suma importância para a acumulação de riquezas e formação da elite local.¹⁴²

A movimentação e o comércio exercidos no porto aumentaram a oferta de empregos e promoveram certo desenvolvimento da cidade, pois conforme crescia o fluxo de pessoas circulando próximas à área portuária, foram construídas pensões, estalagens, restaurantes e comércios. Nesse sentido, pode-se dizer que tais atividades ajudaram de certo modo a urbanizar a região.

Apesar das atividades promovidas pelo porto terem transformado parte do cenário da cidade, esta ainda apresentava inúmeros problemas sanitários como a falta de saneamento básico e de canais pluviais para o escoamento da chuva, o que provocava o acúmulo de lama nas ruas e nos pântanos; a carência no abastecimento de água, o recolhimento e depósito de lixo e dejetos, o qual ainda era realizado pelos tigres, com o emprego de barris e vasilhames, que eram levados e despejados nas praias.¹⁴³

No final do século XIX, observa-se, portanto, que embora Desterro não possuísse um contingente populacional como o do Rio de Janeiro e de São Paulo, a cidade apresentava características e problemas similares aos dos grandes centros. Em sua configuração urbana, as casinhas de porta e janela se misturavam aos sobrados que haviam sido construídos para fins de moradia e comércio. As ruas eram estreitas, mal ladrilhadas, cheias de lama e assim como as praias, fediam devido ao excesso de lixo. O abastecimento de água era precário e as péssimas condições de higiene favoreciam a proliferação de diversos tipos de doenças como a cólera, varíola, tuberculose, febre amarela, sífilis, entre outras.¹⁴⁴

A elite desterreense, preocupada com falta de infra-estrutura e com proliferação de doenças, reuniu-se com o intuito de cobrar providências por parte das autoridades locais. No entanto, somente pequenas medidas foram adotadas na tentativa de sanar os inúmeros problemas que assolavam a cidade. Dentre eles, o mais assustador era o da água, pois

¹⁴² PEDRO, Joana Maria. op. cit., p. 26.

¹⁴³ GERBER, Diana Mara. *Saneamento urbano e estratégias de poder: Florianópolis (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

¹⁴⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, médicos e charlatões do passado*. Florianópolis: departamento Estadual de Geografia e Estatística (IBGE), publicação n. 25. 1942.

além de sua escassez não havia um sistema de tratamento que assegurasse sua qualidade.¹⁴⁵

A ausência de muitos serviços e a precariedade de outros, ajudava a propagar ainda mais os problemas sanitários. A carência de água levava a dificuldade de assepsia da população e criava hábitos não-higiênicos que favoreciam a proliferação de doenças. Cabe ressaltar, que a preocupação com a higiene corporal na cidade emergiu entre as camadas mais abastadas somente no início do século XX, momento no qual, conforme analisou Roselane Neckel Kupa, “passaram a aspirar distinções frente ao restante da população, advogando o domínio de certas parcelas do espaço urbano e a adoção de hábitos e sensibilidades demonstrativos de diferenciação social.”¹⁴⁶

A limpeza da cidade, que até então era realizada com a ajuda das chuvas e do vento sul, tornou-se alvo da atenção das elites locais. Ao final do século XIX, o recolhimento de lixo e dejetos passou a ser efetuado pelo carroção, que após a coleta, os despejava nas praias. Como o serviço era cobrado, muitas pessoas continuavam jogando lixo e dejetos nas ruas e em terrenos baldios, mas de forma clandestina; pois aqueles que fossem encontrados cometendo tal ato eram punidos com multas.¹⁴⁷

Aos poucos, o serviço de remoção de resíduos via carroção começava a marcar as diferenças entre as parcelas da população e criar certa animosidade entre elas, pois os membros de camadas mais abastadas passavam a reclamar freqüentemente às autoridades sobre os abusos cometidos pelos menos “civilizados” que despejavam todo o tipo de sujeira nos mais diversos pontos da cidade.

Conforme as obras eram efetuadas, as diferenças sociais evidenciavam-se. Em 1910, foi inaugurado sob o governo de Gustavo Richard o primeiro reservatório de distribuição de água em Florianópolis. “Teve início ainda em 1910 a construção de um forno de lixo para acabar com o problema de acúmulo de lixo nas praias.”¹⁴⁸ Observa-se que as melhorias efetuadas no espaço da cidade destinavam-se apenas a uma pequena parcela da população, uma vez que grande

¹⁴⁵ COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular* (1890-1960). Florianópolis, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. p. 18 – 29.

¹⁴⁶ KUPLA, Roselane. Neckel. *Tensões no viver urbano em Florianópolis – 1910/1930*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1993, p.29.

¹⁴⁷ RAMOS, Átila Alcides. *Memória do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: CASAN, 1986. p.9.

¹⁴⁸ GERBER, Diana Mara. op. cit., p. 33.

parte dos serviços implantados eram cobrados e não estavam ao alcance financeiro da grande maioria.

O espaço urbano de Desterro/Florianópolis era ocupado e compartilhado por membros de todas as classes sociais. Para as camadas mais abastadas, bem como para a elite local que se aburguesava, se incomodava com a “mistura de gente” e ansiava pela distinção social que a “civilização” e o “progresso” poderiam lhe proporcionar; promover a modernização da cidade tornava-se medida de urgência. Também não tardou para que argumentassem que desordem e pobreza caminhavam de mãos dadas.

Novamente repetia-se o discurso e a prática. Não bastava apenas modernizar e embelezar a cidade, era necessário criar dispositivos, códigos de conduta e sobrevivência para normatizar toda aquela gente “desregrada”. Como era de se esperar, diante de tal raciocínio, as classes pobres e suas moradias, tornaram-se alvos de vigília constante. Dessa forma, os primeiros bairros da cidade a serem atacados pela visão preconceituosa e segregativa foram os da Toca, da Pedreira, da Tronqueira e da Figueira.¹⁴⁹

Nesses bairros viviam pescadores, lavadeiras livres e escravas, vendedores ambulantes, prostitutas, pessoas de classes menos abastadas que criavam diversas estratégias de sobrevivência, exercendo os mais diversos ofícios. O cenário parece ter sido o mesmo do Rio de Janeiro e de São Paulo da época: casinhas pequenas, choupanas e cortiços abarrotados. Enfim, ambientes considerados pelas autoridades como locais tenebrosos devido à falta de higiene, dos assassinatos, roubos, furtos e principalmente pela imoralidade e devassidão propagada por alguns de seus moradores.

O discurso médico-higienista sobre a cidade e parte de seus habitantes, não diferiu muito do que circulava nos grandes centros urbanos do país. A idéia de que não apenas corpo biológico necessitava ser submetido a regras para ser salvo, mas o urbano também. Diante do quadro apresentado, o Dr Ribeiro de Almeida passou a apontar Florianópolis como um corpo doente que precisava ser urgentemente tratado e curado. Além disso, conforme Roselane Neckel Kupla,

Empenhado em evidenciar a insalubridade da cidade, o Dr. Ribeiro de Almeida fez um recorte significativo do social, relacionando, de uma forma preconceituosa e condenatória, as condições de vida da pobreza às

¹⁴⁹ KUPLA, Roselane Neckel. op. cit., p.38 – 40.

moléstias e más condutas que grassavam a cidade. A Toca, a Pedreira e a Figueira foram vistos como espaços de vícios e de misérias, portas abertas para doenças e múltiplas desordens a partir do perturbador emaranhado de convívio aos olhos assépticos e classificatórios deste agente da medicina.¹⁵⁰

Novamente os bairros mais humildes eram atacados pelo discurso higienista devido suas moradias ou hábitos de seus moradores. A idéia de que tais locais e as pessoas que nele viviam eram por si só foco de miasmas, vícios, doenças e apresentavam o perigo constante de contágio também se fazia presente. Conforme Oswaldo Rodrigues Cabral, eram comuns “os surtos agudos, atacando às vezes toda a cidade, doutras, um dos bairros, principalmente as zonas mais sujas dela, a Fonte Grande, com suas casinholas, A Toca, com seus ranchos de pescadores, a Figueira, com seus antros de suburra provinciana.”¹⁵¹

Os jornais da cidade também contribuía ao associar as moradias de alguns bairros à vadiagem e ao perigo de contágio. Representado o ideal civilizador e progressista, estigmatizavam e menosprezavam determinadas regiões da cidade, habitadas em geral por pessoas de classes menos abastadas. Não raro, delatavam e criticavam os hábitos de seus moradores, associando-os à pobreza, a falta de higiene e esquecendo que na grande maioria dos casos, suas condições de vida não correspondiam com a possibilidade de implantar nos locais em que viviam sequer serviços de saneamento básico.

Com uma feição rotineira, colonial, com suas ruas estreitas, com inúmeros casebres a enfeiar-lhe a estética, Florianópolis impressionava o forasteiro.

O beco Irmão Joaquim com seus cortiços margeando o canal da Fonte da Bulha até a Pedreira, era um verdadeiro foco de miasmas e um conhecido antro de vadiagem.

Não havia ali a menor noção de higiene.

Os casebres não tinham instalações de esgotos. As dejeções eram feitas no canal, onde as águas dos montes corriam serenamente para o mar...

Quilômetros acima, rumando o leito da Fonte da Bulha, a mesma prática das moradias pobres, sem noção da limpeza e dos bons ensinamentos de higiene.¹⁵²

¹⁵⁰ KUPLA, Roselane Neckel. op. cit., p. 40

¹⁵¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit., p.72.

¹⁵² Remodelação de Florianópolis. *República*. Florianópolis, 1. fev. 1920.

Ao que se percebe, as habitações e os personagens perseguidos pelo projeto sanitaria embelezador desterrense foram os mesmos, as estratégias de regulamentação das condutas, também. As casinhas e cortiços dessas regiões foram derrubados com a justificativa de que tais locais não apresentavam o mínimo de condições higiênicas, eram propagadores de doenças e disseminadores de maus hábitos e costumes. Esse medo de contaminação biológica ou moral, nada mais era do que a percepção da classe burguesa em relação à pobreza como perigo eminente.

Assim como havia acontecido com as classes mais abastadas dos grandes centros, o sentimento de mal-estar em relação aos hábitos e moradias de boa parcela da população nascia à medida que o projeto modernizador da cidade se configurava e que “não era mais suficiente ser branco, católico, e proprietário; era preciso ser “civilizado”, ter “gosto” e ser higienizado”¹⁵³.

Em meio ao processo de modernização de padrões e costumes emergia a percepção do “outro” enquanto diferente e indesejável. De acordo com Georges Vigarello, a “imagem do pobre, e sobretudo, a da miséria é que se modificam, tornando-se mais inquietantes e mais ameaçadoras com a nova cidade industrial”¹⁵⁴. A nova forma de intolerância social, portanto, justificava-se em nome do “progresso” da “civilidade” e da modernidade.

No início do século XX, os representantes da elite política catarinense, pretendiam colocar Desterro/Florianópolis no rol das cidades mais modernas e civilizadas do país. Entre os anos de 1910 e 1930, a elite catarinense assistiu a idealização de seu projeto modernizador materializar-se na capital. Inspirados nas reformas e transfigurações urbanas realizadas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, as autoridades locais passaram a efetuar investimentos financeiros em reformas nas áreas centrais da cidade procurando nelas reproduzir o modelo de modernidade europeu; sobretudo, o francês.

Para tornar Florianópolis um exemplo de cidade moderna e higienizada, realizaram-se inúmeras demolições, tal qual havia sido feito em Paris, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A materialização do projeto modernizador resultou na instalação de redes de água encanada,

¹⁵³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989, p.80.

¹⁵⁴ VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.211.

energia elétrica, de um sistema de esgoto sanitário, no alargamento e pavimentação de ruas, na construção de inúmeros edifícios públicos, no ajardinamento de praças, entre tantos outros.

A consagração máxima do projeto higienista, no entanto, concretizou-se no momento em que foi construída a “Avenida do Saneamento” em 1922, atual Avenida Hercílio Luz. Para edificá-la foram derrubados inúmeros cortiços, casinhas de “porta e janela” e quarteirões inteiros de edifícios que lembravam o antigo passado colonial que se pretendia extirpar. A efetivação de tal obra pode ser considerada um divisor de águas na cidade, ou melhor, um divisor espacial visível de classes; uma vez que assinalou a ocupação dos ricos na região central da cidade e dos pobres nas áreas periféricas e encostas de morros.¹⁵⁵

A instalação da Avenida do Saneamento na região procurava assinalar de forma definitiva o processo de homogeneização que se pretendia efetuar na cidade. Tal processo fundamentava-se no estabelecimento de regras, padrões e comportamentos iguais para todos, não levando em consideração as diferentes realidades sociais e heterogeneidades da população; pois, conforme Rogério Luiz de Souza, os “projetos não os vinculam numa mesma posição e direção, pelo contrário, situam-nos e os fixam em lugares diferentes e distintos, ora incluindo e prestigiando alguns, ora excluindo e controlando outros.”¹⁵⁶

O espaço em que foi construída a Avenida e o nome escolhido para ela, evidencia o caráter saneador implantado em Florianópolis. Diante da impossibilidade de normatizar determinadas parcelas da população, a solução encontrada era excluí-las das áreas centrais da cidade e impossibilitá-las de circularem em determinadas regiões. O histórico do local parece ser muito esclarecedor nesse sentido. A começar pelos bairros que nele se encontravam; considerados os mais tenebrosos pela insalubridade, por seus moradores, seus hábitos e “vícios”.

A presença de prostitutas, negros, mendigos, alcoólatras, loucos, “mulheres-homens”, vendedores ambulantes, homossexuais, menores abandonados e boêmios nas ruas do centro da cidade aborrecia as elites locais. Por isso, como medida de segurança para as classes mais abastadas, os “antigos bairros da região central da cidade iam sendo alvo sistemático de rápidas mudanças, o que implicava também na

¹⁵⁵ ARAÚJO, Hermes Reis de. op. cit., p. 240.

¹⁵⁶ SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice (orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p.61.

retirada em bloco de toda população habitante de áreas como a Pedreira, Tronqueira, Toca e Figueira.”¹⁵⁷

Desta forma, os lugares nos quais os membros das “classes perigosas” viviam, sobreviviam e mantinham suas redes de sociabilidades eram demolidos e transformados em ambientes propícios para o passeio e lazer das famílias mais abastadas. Diante de tal projeto modernizador homogeneizante, restava àqueles que não se enquadravam no modelo idealizado agir, reagir, resistir ou se sujeitar.

Além das elites e autoridades locais, a Igreja também contribuiu para modernizar e “civilizar” a cidade. Conforme Rogério Luiz de Souza, o processo de criação da Diocese de Florianópolis esteve intrinsecamente relacionado a existência de “uma trama complexa que remete aos desejos de “civilidade” e “ser moderno”.”¹⁵⁸ Ao que se percebe, determinada parcela da Igreja procurou aliar o projeto de reajustamento social higiênico com o projeto de reajustamento social religioso.

O grande desafio de ambas as instituições encontrava-se na oposição e ao mesmo tempo na união de forças. É sabido, que o Estado Republicano, pretendendo assegurar o “direito dos cidadãos”, promoveu sua separação com a Igreja e apropriou-se de muitos poderes que até então estavam sob seu domínio. A Igreja, por sua vez, ao mesmo tempo em que sentia desconforto com os ideais republicanos, aderiu parte de seus discursos articulando de certo modo a manutenção de determinado poder religioso/católico sob a população.¹⁵⁹

Com a criação da Diocese em Florianópolis, a Igreja, que outrora havia criticado a modernidade e o liberalismo, agora se inseria no processo de modernização da cidade; posicionando-se como guardião da moral e modeladora de hábitos e costumes. “A Igreja, é claro, respondia também às condições e pressões de um tempo de transição e busca de harmonia social, de um tempo em que o Estado republicano imaginava supostamente ser capaz de realizar sozinho a gestação da nova sociedade.”¹⁶⁰

A urbanização sanitaria em Florianópolis assim como em outras regiões do país, foi realizada pela e para as elites. O progresso

¹⁵⁷ RENGEL, Simone Aparecida. “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO”: Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. p. 73.

¹⁵⁸ SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno... op. cit., p.61, 62.

¹⁵⁹ GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Faculdade de Teologia de Nossa Senhora da Assunção. São Paulo: 2006.

¹⁶⁰ SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno... op. cit., p. 64.

chegou até os locais onde moravam as classes mais simples, mas elas não puderam dele desfrutar, pois com o embelezamento urbanístico, tais regiões foram valorizadas de forma que os mais pobres não tiveram condições de continuar nelas vivendo. Restava a eles a busca por outros lugares para habitar, menos valorizados e mais afastados das regiões centrais da cidade, como as encostas de morros e periferias.

2º CAPÍTULO

“MULHERES-HOMENS”: REGENERAI-VOS EM NOME DA NAÇÃO

Neste capítulo, propomos analisar a influência dos intelectuais e do movimento modernista para a constituição do nacionalismo brasileiro. Além disso, pretendemos observar a relação existente entre o processo de nacionalização e a constituição do cidadão idealizado pela nova ordem: dócil, saudável e laborioso. Dessa forma, almejamos observar os motivos para que as “mulheres-homens” não se enquadrassem no modelo feminino idealizado e instituído entre 1930 e 1945.

Ainda no decorrer deste, pretendemos analisar o ato de travestir-se como uma estratégia de sobrevivência; a relação entre a teoria de degenerescência e regeneração com os discursos de improdutividade e produtividade; e as estratégias utilizadas pela Igreja Católica para reaproximar-se do Estado, bem como a influência de seu pensamento para a construção do nacionalismo homogêneo.

2.1 – A MODERNIDADE VERDE E AMARELA¹⁶¹

O período que antecedeu a Primeira República foi marcado por significativas transformações sociais e políticas. A abolição da escravatura e o fim do Império assinalavam o início de uma nova Era no Brasil. “Saía-se do escravismo e ingressava-se no processo de construção de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial.”¹⁶² A gestação da nova sociedade, iniciou-se com a crise das oligarquias

¹⁶¹ A noção de moderno e modernidade assume características distintas ao longo dos tempos. O contexto que iremos analisar envolve um pequeno período da história brasileira que se inicia na década de 1920 e se encerra na década de 1930. Durante esse período, instituições políticas entraram em crise, acelerou-se o processo de industrialização e consolidação do capitalismo no Brasil. A noção de modernidade, edificada no decorrer dessa década, associava-se as idéias de renovação, mudança, progresso, ruptura e revolução já presentes no imaginário brasileiro desde o final do século XIX. Esse movimento no plano das idéias, no entanto, destacou-se pelo caráter nacionalista por ele debatido e apresentado. E foi a partir desse referencial que se projetou a construção de uma nova nação.

¹⁶² HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 12.

cafeieiras, perpassou a década de 1920 e terminou em 1930 com o movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder.

Como consequência das transformações ocorridas após o fim da Primeira Guerra, a década de 1920 foi assinalada pela efervescência da intelectualidade brasileira. No decorrer desta, houve um constante preparo e aperfeiçoamento de intelectuais modernistas, a fundação do Centro Dom Vital, da revista *A Ordem* e do Partido Comunista.¹⁶³ Conforme Valdemir Klamt, durante esse período constituiu-se um grupo de intelectuais que nas décadas seguintes seria capaz de servir ao Estado assumindo as repartições e participando ativamente das políticas públicas no Brasil.¹⁶⁴

Em 1922, acontecia no Teatro Municipal de São Paulo A Semana da Arte Moderna. As manifestações nelas apresentadas propunham “o novo”, representado uma verdadeira ruptura com o passado e uma plena renovação de linguagem artística. Embora a Semana de 22 seja considerada um movimento de cunho estético, cabe ressaltar, que alguns de seus colaboradores mais tarde despontaram como teóricos de referência do governo de Getúlio Vargas foi o caso de Plínio Salgado e de Cassiano Ricardo.¹⁶⁵

A década dos “anos loucos” também pode ser considerada revolucionária. Assinalada pelas velozes e inúmeras transformações, de acordo com Romualdo Dias, além da fundação do partido comunista, três revoluções foram nela iniciadas: “a revolução política, com início do movimento tenentista que culminou com a “Revolução de 1930”, a revolução literária, representada pela Semana da Arte Moderna, no mês

¹⁶³ A revista *A Ordem*, foi fundada no ano de 1921 e coordenada inicialmente por Jackson de Figueiredo, um dos membros mais representativos do catolicismo leigo no Brasil. Considerada um forte instrumento de veiculação do pensamento católico, a revista contou com a participação de pensadores vinculados à Igreja e colaborou para a formação intelectual de católicos leigos no Brasil. No ano seguinte, contando com o apoio e aconselhamento de Dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo fundou o Centro Dom Vital. Através do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, Jackson de Figueiredo pretendia combater o liberalismo e o comunismo e propagar a influência da Igreja Católica no Brasil. In: DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1935)*. São Paulo: UNESP, 1996. p. 89 – 95.

¹⁶⁴ KLAMT, Valdemir. *O intelectual Mário de Andrade e suas políticas culturais*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. p. 61.

¹⁶⁵ Segundo Micael H. Herschmann e Carlos A. M. Pereira há no Brasil uma constante confusão entre as expressões modernidade e modernismo. Procurando esclarecer o significado de ambas, os autores acrescentam que o modernismo está relacionado às questões de cunho estético, enquanto a modernidade é considerada um campo que vai além do estético, englobando inúmeras áreas e questões. Nesse sentido, concordamos com os autores, no entanto, consideramos que alguns artistas e intelectuais que fizeram parte do movimento modernista brasileiro também foram peças-chave para a construção da modernidade brasileira.

de fevereiro, em São Paulo, e a revolução espiritual, desencadeada pelo centro Dom Vital.”¹⁶⁶

Em 1923, em viagem à Paris, Oswald de Andrade ao constatar que as forças étnicas estavam em plena modernidade, transmitiu em cartas para Monteiro Lobato o vislumbamento de sua própria terra. A partir de então, passou a valorizar as obras brasileiras de cunho nacionalista e exercer “em Paris o papel de ‘agente’ cultural brasileiro, divulgando nossa cultura entre os intelectuais franceses.”¹⁶⁷ Nos anos seguintes, uma sequência de acontecimentos desencadeou inúmeras transformações no cenário brasileiro:

Em 1924 Graça Aranha scandaliza a Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, com a conferência “O espírito moderno”, enquanto Oswald de Andrade publica o “manifesto paulista”. Em 1925, a Coluna Prestes inicia sua marcha pelo Brasil. Em 1926, é fundada a Federação das Indústrias de São Paulo; em 1927 é declarada a ilegalidade do recém-criado Partido Comunista. No final da década, em 1928 aparecem três textos fundamentais: “Manifesto antropofágico” (Oswald de Andrade), Macunaíma (Mário de Andrade) e Retrato do Brasil (Paulo Prado).¹⁶⁸

Conforme Mônica Pimenta Velloso, o pensamento nacionalista e modernista vinha sendo arquitetado desde a chamada “Geração de 1870” que já questionava intelectualmente os elementos que definiam o Brasil e as especificidades do brasileiro. Faziam parte desse grupo: militares, membros do clero e literatos que se inspiravam no lema: abolição, república e democracia. As discussões colocadas em voga por

¹⁶⁶DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil* (1922-1935). São Paulo: UNESP, 1996. p.89, 90.

¹⁶⁷DINIZ, Dilma Castelo Branco. Três cartas inéditas de Oswald de Andrade para Monteiro Lobato. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nadia Batella. (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 220.

¹⁶⁸HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. op. cit., p.36.

tal geração, portanto, foram decisivas no sentido de romper com o regime imperial e implantar o regime republicano.¹⁶⁹

Diversos fatores internos e externos teriam contribuído para a reformulação de valores no que tange a questão da nacionalidade brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, as diferenças existentes entre o nacionalismo gestado pela “Geração de 1870” para o nacionalismo concebido durante a década de 1920. No final do século XIX, ao vivenciar o apogeu da Belle Époque, a abolição da escravidão e o fim do regime imperial, o Brasil importou o modelo de civilidade europeu por considerar seus valores nacionais atrasados em relação aos outros. Nesse período, ser civilizado e moderno era estar sintonizado com os parâmetros europeus, os quais justificavam a necessidade do branqueamento da raça no país, devido o fato de considerarem o índio e o negro preguiçosos, indolentes e inferiores.

No início do século XX, cidades de diversas partes do mundo transformaram-se em palcos de passeatas, greves, tumultos e reivindicações. Após a Revolução Russa, os países capitalistas passavam a temer a expansão comunista. Além disso, o final da Primeira Guerra colocou em cheque os valores de civilidade europeus, e a necessidade de construir uma identidade nacional “calcada sobre a afirmação da ‘força nativa’ – sem que isso impedisse, é bom que seja dito, a importação às vezes bastante literal do pensamento das vanguardas européias da época.”¹⁷⁰

O período posterior ao final da Primeira Guerra suscitou inúmeros debates acerca da nacionalidade, a qual passou a ocupar lugar de destaque nos principais meios intelectuais. Dentre os engajados no movimento, encontrava-se Olavo Bilac, que questionava o subjetivismo da arte, começava a reivindicar sua funcionalidade pedagógica e convocava os intelectuais a se mobilizarem em torno do ideal nacional. “Porque dotados de dons divinatórios, os intelectuais são eleitos os “legítimos depositários da civilização”, tornando-se, portanto, os mais indicados para *ensinar* o amor pela pátria.”¹⁷¹ Além disso,

Em Olavo Bilac esse nacionalismo literário vem associado à questão da mobilização militar. A

¹⁶⁹ VELLOSO, Mônica. Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; EVES, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 003, v1. p. 354.

¹⁷⁰ HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. op cit. p. 29.

¹⁷¹ VELLOSO, Mônica. Pimenta. *A BRASILIDADE VERDE-AMARELA: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 90.

defesa da nacionalidade brasileira, segundo ele, só pode ser feita através do Exército, única instituição capaz de restaurar a ordem no país. Seus discursos assinalam a união entre intelectuais de inclinação militarista e oficiais propriamente ditos. O patriotismo é interpretado como um dever cívico, cabendo aos intelectuais - elementos da vanguarda social - assumi-lo integralmente.¹⁷²

A década de 1920, portanto, foi extremamente importante no sentido de estabelecer discursos fundadores¹⁷³ da identidade nacional brasileira. Resultantes das influências históricas do período constituíram-se discursos nacionais que se identificavam politicamente com os movimentos de esquerda, bem como os de extrema direita. Em meio às diversas formas de compreensão e elaboração literária, enfatizamos o “Movimento Verde-Amarelo” por buscar uma identidade nacional própria, procurando romper com as correntes nacionalistas de até então, que privilegiavam o olhar europeu sobre o brasileiro e importavam modelos de fora.

Os “verde-amarelos” identificavam-se politicamente com os movimentos de extrema direita, criticavam o “nacionalismo afrancesado” e pretendiam promover a unificação nacional valorizando as tradições culturais brasileiras, enaltecendo o patriotismo, cultuando o trabalho, a disciplina e o progresso. Faziam parte desse movimento: Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchio e Plínio Salgado.

Dos integrantes do “Movimento Verde-Amarelo” merecem destaque: Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, pois ambos ficaram conhecidos como pensadores autoritários e foram peças-chave na construção da fundamentação teórica nacionalista implantada e difundida por Getúlio Vargas. Cabe ressaltar, que anos após a fundação do movimento, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado elaboraram dois projetos de nação: a Ação Integralista Brasileira¹⁷⁴ e o movimento A

¹⁷² Ibidem. p. 90.

¹⁷³ Conforme Eni P. Orlandi o discurso fundador é o que se estabelece como referência imaginária significante “que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.” In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 2001. p. 24.

¹⁷⁴ Em 1930, Plínio Salgado realizou uma viagem para a Itália e ficou impressionado com o regime vigente daquele país. Em 1932, fundou a Ação Integralista Brasileira, espécie de

Bandeira¹⁷⁵. Ambos se aproximavam pela crítica ao liberalismo, ao comunismo e se afastavam pelo fato de uma das partes romper com o ideal “verde-amarelo”.

A partir de 1930, iniciou-se no Brasil um processo de edificação de uma nova ordem republicana, fundamentada por um forte nacionalismo, que almejava garantir estabilidade para o país através do fortalecimento da economia interna. Para melhor entendimento desse contexto histórico, faremos uma breve retrospectiva sobre o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e parte das alianças que se formaram durante esse processo.

Os meses que antecederam a Revolução de 30 foram tumultuados. O Brasil atravessava um período de instabilidade em todos os setores. Os eventos que geraram esse quadro de extrema fragilidade foram vários. Durante a Primeira República, o poder político e econômico do país esteve nas mãos das oligarquias, as quais não destinavam atenção a diversos setores da população. As movimentações e revoltas demonstravam o quanto a manipulação política exercida por representantes das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais tornavam-se insustentáveis numa década em que o mundo vivenciava constantes mudanças na forma de pensar e de agir.¹⁷⁶

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a influência política exercida por representantes de São Paulo e Minas Gerais, causava certo desconforto entre membros da classe dominante pertencentes a Estados que ficavam às margens do poder, e deviam se subordinar as suas ordens e interesses. A crise econômica mundial, provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, serviu para aumentar tal agravante, uma vez que a economia cafeeira se deteriorava e as oligarquias não conseguiam mais manter uma posição política

fascismo brasileiro à italiana. O movimento defendia o nacionalismo, o corporativismo, combatia o liberalismo, o socialismo e pregava a valorização do homem através do trabalho, pois acreditava que somente trabalhando em favor da Pátria e da Família o indivíduo chegaria ao aperfeiçoamento. O culto a Deus, a Pátria e a Família, portanto, tornaram-se os princípios fundamentais do Integralismo, pois consideravam que a partir dessa trilogia alcançariam a ordem social.

¹⁷⁵ Em oposição ao Integralismo, com ideal patriótico e inspirando-se nos bandeirantes por considerá-los os verdadeiros desbravadores do Brasil, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Motta Filho fundam em 1937 o movimento a “Bandeira”. Utilizando o exemplo dos desbravadores paulistas que haviam se deslocado do litoral para o interior, os intelectuais de a “Bandeira” defendiam a centralização do poder, o patriotismo, o civismo e uma nacionalidade brasileira inspirada no sertanismo paulista.

¹⁷⁶ FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo - do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

homogênea mediante uma economia incerta e oscilante, motivo que teria gerado desacordo e descontentamento entre os pares.

As eleições para a presidência, que seriam realizadas em 1930, configurariam rupturas e alianças que modificariam o cenário brasileiro. Como é sabido, a “Política do Café com Leite” estabelecia que membros dos partidos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais alternassem entre si o mandato presidencial. No entanto, o presidente Washington Luís, membro do Partido Republicano Paulista (PRP), decidiu não apoiar o candidato do Partido Republicano Mineiro (PRM), indicando para a presidência, seu conterrâneo Júlio Prestes.

Em resposta a atitude de Washington Luís, os membros do (PRM), uniram-se aos representantes da oligarquia gaúcha e paraibana, fundaram a Aliança Liberal e lançaram a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Apesar dos esforços, Getúlio foi derrotado nas urnas. Diante da vitória de Júlio Prestes, a situação tornava-se mais insustentável e criava um sentimento de emergência de uma nova ordem.

Nos bastidores, o projeto de uma nova nação articulava-se. O plano revolucionário vinha sendo arquitetado desde o momento que Washington Luís havia indicado Júlio Prestes à campanha presidencial. Nesse contexto de união de forças, Santa Catarina mostrou-se um obstáculo a ser transposto, pois Adolpho Konder, embora mantivesse relações cordiais com Getúlio Vargas, decidiu não apoiá-lo. “Em resumo, a posição oficial do Partido Republicano Catarinense e a particular do Presidente do Estado era a de somente apoiarem a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República se Washington Luiz assim o fizesse.”¹⁷⁷

Mediante a negativa de Adolpho Konder, restava a Aliança Liberal estabelecer laços e obter apoio da oposição, representada por Vidal Ramos e Henrique Rupp Júnior, pois sabiam que embora o Estado não tivesse forças militares suficientes para conter os revolucionários, apresentaria resistência no momento de sua passagem. Dessa forma, o Estado de Santa Catarina dividiu-se entre as Forças Revolucionárias, formadas por grupos que haviam aderido e se engajado no movimento, e as Forças Legalistas, constituídas por grupos que eram favoráveis a candidatura de Júlio Prestes.¹⁷⁸

¹⁷⁷ CORRÊA, Humberto Campos. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984, p. 38.

¹⁷⁸ Em relação às alianças políticas formadas entre o Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no período antecedente e durante a Revolução de 1930 consultar: NUNES, Karla Leonora Dahse. *Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates*

Em outubro de 1930 a Revolução triunfava. Um mês depois, registrava-se o fim da Primeira República e a implantação de uma nova ordem que visava romper com o passado e reformar o país. No discurso proferido após a tomada do poder, Getúlio Vargas prometeu instituir o voto secreto, estabelecer leis trabalhistas, desenvolver a indústria nacional, fortalecer a economia interna e investir na educação visando modernizar o país e realizar a unificação nacional.

O cenário brasileiro pós-30 transformou-se visivelmente. O processo de urbanização acelerou-se, as indústrias progrediram e houve um crescimento considerável da classe operária que se tornou foco de constante atenção e investimento por parte de Getúlio Vargas, pois considerava que a gestação e o progresso da nova nação dependiam imensamente de um povo ordeiro e laborioso. Visando atingir seus objetivos, Vargas atraiu as massas trabalhadoras com a ampliação de direitos e implantação de uma série de leis trabalhistas.

Esses elementos são indicadores seguros da presença do verdeamarelismo. [...] Em outras palavras, o verdeamarelismo, sob a ideologia da “questão nacional”, precisava incorporar a luta de classes em seu ideário, mas de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, o que é feito não só pela legislação trabalhista (inspirado no corporativismo da Itália fascista) e pela figura do governante como “pai dos pobres” mas também por sua participação no “caráter nacional”, isto é, como membro da família brasileira, generosa, fraterna, honesta, ordeira e pacífica. O verdeamarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação entre o capital e o trabalho, sob direção e vigilância do Estado.¹⁷⁹

(1929 – 1931). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

¹⁷⁹ CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 37 e 38.

A construção da nova ordem, portanto, dependia da edificação de um novo homem: honesto, trabalhador, ordeiro e disciplinado. Nesse contexto de emergência social, a Igreja Católica ofereceu-se para apoiar o Estado e exerceu um papel fundamental na constituição e manutenção da nova ordem e do novo cidadão. Ao abraçar com furor a causa nacionalista, aproveitou a oportunidade para reaproximar-se e reconciliar-se com o Estado.

No início do século XX, a Igreja Católica havia iniciado a chamada obra restauradora¹⁸⁰, realizando inúmeras reformas internas na instituição com a finalidade de conquistar novos espaços na sociedade e reconquistar os que havia perdido com o Advento da República, momento em que ocorreu sua separação oficial com o Estado¹⁸¹. Após o rompimento, seu grande desafio consistia em sobreviver sem o apoio do Estado, lutar contra a secularização da cultura, o laicismo, o catolicismo popular, e instituir entre as massas um sentimento católico.

O fim do regime do Padroado proporcionou mais liberdade de atuação para o clero, pois embora tenha sido a religião oficial do Império, a Igreja Católica não possuiu muita autonomia nesse período, uma vez que se encontrava submetida ao poder do Imperador. O fortalecimento da instituição católica iniciou-se, portanto, com a obra restauradora, ganhou impulso na década de 1920, com a fundação do Centro dom Vital e da revista *A Ordem*, porta-vozes do projeto restaurador e normatizador religioso; e se efetivou no período pós-30.

A reconciliação Estado/Igreja era vantajosa para ambos os lados e delineava-se à medida que os discursos das duas instituições se aproximavam. Igreja e Estado consideravam ser o liberalismo responsável pela crise que havia se instaurado no país e propunham a centralização do poder para solucionar tal agravante. Além disso, Simone Aparecida Rengel argumenta que ambos “defendiam o corporativismo como modelo ideal que conduziria a nação e os trabalhadores na construção da sociedade civilizada e de uma identidade nacional.”¹⁸²

Para a Igreja, a reconciliação poderia significar a oportunidade de reconquista de espaços perdidos, enquanto para o Estado,

¹⁸⁰ Sobre a obra restauradora da Igreja Católica no Brasil consultar: DIAS, Romualdo. op. cit.

¹⁸¹ No período antecedente a separação das duas instituições o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso possuía validade civil e os clérigos ganhavam salários do Estado. Para os membros da Igreja Católica a separação além de ser negativa havia ocorrido em um momento de extrema fragilidade, uma vez que ao final do século XIX e início do século XX haviam surgido inúmeros movimentos anticlericais que também ajudaram a diminuir o poder de atuação da Igreja e enfraquecer a instituição.

¹⁸² RENGEL, Simone Aparecida. op. Cit., p. 19.

representaria a possibilidade de centralização de poder e legitimação de seu discurso autoritário. Conforme Rogério Luiz de Souza, a unificação nacional também passava pelo catolicismo, uma vez que havia um “imaginário unificador que cercava os católicos.”¹⁸³

O estreitamento de laços entre as duas instituições confirmou-se em 1930, com a atitude pacificadora de Dom Sebastião Leme diante do processo revolucionário. Embora tenha assumido uma posição de neutralidade, o cardeal, argumentando defender a harmonia nacional, exerceu proeminente papel de mediador entre as forças revolucionárias e o presidente Washington Luís ao convencê-lo a deixar o poder. A postura de Dom Leme, de acordo com Rogério Luiz de Souza, exaltou “a convicção de que só unidos num mesmo propósito e distintos na sua organização e competência, Igreja e Estado seriam capazes de criar uma nova ordem social harmônica, semelhante à constituição do homem.”¹⁸⁴

A Igreja, enamorada do Estado, adequava-se ao projeto nacionalista e assumia para si a responsabilidade moralizadora do novo cidadão. No âmbito nacional, a figura do cardeal Leme assumia uma postura centralizadora, disseminando novos parâmetros de conduta que deveriam adotados pelas Arquidioceses do mais diversos Estados objetivando “criar uma unidade de pensamento em torno da nova ordem político-social da Nação, a fim de estabelecer entre o episcopado brasileiro um referencial coerente de discursos e de práticas sociais.”¹⁸⁵

Com intuito de enquadrar o Estado de Santa Catarina ao projeto nacionalista, Dom Joaquim Domingues de Oliveira¹⁸⁶, representante proeminente da Arquidiocese de Florianópolis, disseminou um ambicioso projeto normatizador católico regional, reordenando condutas de acordo com os parâmetros estipulados pelo cardeal Leme. Nesse processo de gestação de uma nova ordem, o arcebispo abraçou a causa nacionalista e estreitou os laços da Igreja Católica catarinense com o Estado Nacional assumindo um importante papel disciplinador e atingindo diversas esferas da sociedade através da Liga Eleitoral

¹⁸³ SOUZA, Rogério Luiz de. *Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. p. 13.

¹⁸⁴ SOUZA, Rogério Luiz de. op cit., 1996, p 10.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 20 e 21.

¹⁸⁶ Dom Joaquim Domingues de Oliveira foi o primeiro arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis. Importante voz normatizadora do Estado de Santa Catarina, o cardeal assumiu plenamente o processo de nacionalização e estreitou os laços da Igreja Católica com o Estado Nacional. Em 1927 fundou o seminário de Azambuja e em 1941 o de São Ludgero. Dom Joaquim comandou a Diocese/Arquidiocese de Florianópolis de 1914 a 1965 ano em que entregou seu cargo para Dom Afonso.

Católica (LEC), dos Círculos Operários Católicos e da imprensa católica local. A relação entre a atuação da Igreja Católica, a constituição do nacionalismo e fortalecimento da nova ordem é o que veremos mais adiante.

2.2 – A NOÇÃO DE FAMÍLIA E A NAÇÃO FAMÍLIA

A partir de 1930, evidenciamos constantes preocupações referentes ao corpo e a família. Assim como havia ocorrido no final do século XIX e início do século XX, ambos constituíram alvo das atenções de “médicos, educadores, professores e instituições como o exército, a Igreja, a escola, os hospitais.”¹⁸⁷ Os discursos propalados entre os anos de 1930 e 1945 demonstraram “tendências direcionadas para urgências regeneradoras e para uma modernidade centralizadora, controladora, unificadora e homogeneizada.”¹⁸⁸ O apelo desses discursos, voltava-se para a construção de uma Pátria una que apresentasse sua própria identidade.

O corpo e a família, observados como receptores e formadores de condutas, foram utilizados constantemente como metáforas nos discursos elaborados pelo Estado. Sob esse prisma, a nação era considerada similar ao organismo. Os indivíduos remetiam a idéia das células, dos órgãos e membros, elementos que faziam o corpo funcionar; juntos, constituíam o corpo social, enquanto a autoridade “representava a superioridade da cabeça sobre os membros, assinalando para a obediência e a eliminação dos que não eram aptos.”¹⁸⁹

A nação também foi associada à noção de família, uma vez que se considerada uma instituição formada por vários indivíduos unidos por algum elo. Assim como os laços de sangue os uniam as suas famílias, os nacionais deveriam interligá-los a nação-família. Além disso, o “chefe que conduz a multidão nada mais é do que o prolongamento da autoridade paterna e a família o primeiro grupo e o mais importante dessa cadeia que ata o indivíduo ao coletivo nacional.”¹⁹⁰

Para concretizar a implantação do projeto que visava elaborar uma nova ordem, era necessário remodelar condutas e intervir na esfera

¹⁸⁷ LENHARO, Alcir. op. cit., p.75.

¹⁸⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. p. 26.

¹⁸⁹ SOUZA, Rogério Luiz de. op. cit. p 18.

¹⁹⁰ LENHARO, Alcir. op. cit., p.46.

privada da família com o intuito de emoldurar um novo indivíduo. O cidadão almejado para compor o povo uno, deveria ser dócil, ordeiro, laborioso e irmanado pelo sentimento de identidade nacional. Por isso, para a política de Vargas, sobretudo a estadonovista, corpo dócil é corpo que obedece e produz.

A partir desse viés discursivo, observamos os motivos pelos quais o corpo, a mulher e a família tenham se tornado o cerne das atenções. A remodelação de condutas e a civilização do corpo¹⁹¹ iniciavam-se a partir da família. A boa constituição do lar, a educação destinada às crianças, os laços de afinidade e a fundamentação moral, justificavam os motivos para que o corpo fosse considerado modelador de condutas, a mulher, o baluarte moral da sociedade, e a família, a *célula-mater* da nação.

Em nome do engrandecimento da nação, o Estado sacralizou a mulher-mãe tornando-a símbolo máximo da constituição do indivíduo dócil e laborioso almejado pela política pós-30. A Igreja Católica, por sua vez, com a pretensão de assumir o papel de sustentáculo da sociedade, reforçou o modelo estatal da mulher idealizada dessexualizando-a, inspirando-se na figura da Virgem Maria e investindo no modelo da Sagrada Família, pois para os clérigos, o Estado e os médicos eugenistas¹⁹² a família refletia o que deveria ser a nação.

A base modelar da nova ordem, portanto, foi constituída e solidificada sobre o relacionamento monogâmico e o casamento indissolúvel. A medicalização da mulher e da família e a constituição do modelo mulher-mãe/dona-de-casa, no entanto, não foi uma novidade da República varguista, ela iniciou-se por volta de meados do século XIX, momento no qual a “ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria.”¹⁹³

¹⁹¹ O autor Jorge Crespo utiliza o conceito de civilização do corpo para definir o processo de profunda reestruturação social ocorrida devido a normatização dos hábitos gestuais e corporais de cada indivíduo. Esse processo, observado por Alcir Lenharo como militarização do corpo e por Michel Foucault como ortopedia social do corpo originou-se no extrato social erudito e seguiu uma linha rígida e disciplinada de padrões considerados corretos, utilitários e morais para a formação do indivíduo e da sociedade.

¹⁹² Ciência que consiste no aperfeiçoamento da espécie. Segundo Renato Kehl, a “eugenia é como dizem os alemães, a hygiene da raça. Enquanto a hygiene e a medicina social cuidam do indivíduo isolada ou conjuntamente, isto é, no propósito de melhorar suas condições próprias e collectivas, a eugenia, agindo por antecipação, poder-se-á, talvez, dizer, se esforça para que elle venha fazer parte da família humana como elemento equilibrado e útil.” KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929. p. 51.

¹⁹³ COSTA, Jurandir Freire. op. cit. p. 48.

Neste contexto de construção de uma ordem social capitalista, a necessidade de formar cidadãos sadios e aptos para o trabalho, de garantir mão-de-obra útil e disciplinada tornou-se medida de urgência. Por isso, Estado, Igreja e Medicina destinaram suas atenções para a educação da mulher, responsável pela agregação familiar e disseminação de práticas sadias ao vigiar, controlar gestos e atitudes, educar, formar moralmente os filhos e transformá-los em cidadãos disciplinados para servir o Estado.

O cidadão dócil e adestrável constituía-se, portanto, como elemento central da edificação do Estado e da unidade nacional. Em contrapartida, os indivíduos que não se enquadravam ou não se adequavam ao modelo estabelecido, eram considerados inimigos da Pátria, por isso era necessário excluí-los ou regenerá-los, pois conforme as autoridades da época colocavam em risco o bom funcionamento do corpo nacional e provocavam sua divisibilidade.

O Estado, acentuadamente influenciado por idéias eugenistas, utilizou a ciência médica como instrumento de controle da sociedade impôs e reforçou regras de condutas, puniu gestos e atitudes que considerava não se enquadrar no modelo adequado de higienização. Dessa forma, a “idéia de unidade e coesão só pode se efetivar se moldada a partir de algo que lhe faça contraponto, algo que funcione como um espelho invertido.”¹⁹⁴ Algo que fundamente e fortifique a autoridade e o poder de coerção da nova ordem.

Os indivíduos que escapavam das malhas normatizadoras e não se enquadravam no perfil idealizado, representavam o espelho invertido, o “outro”, o estrangeiro, o inimigo da nação, o desviante, o portador da divisão, o perigo eminente. Aos olhos atentos e austeros do Estado, enquadravam-se nesse perfil os que não controlavam seus impulsos, os que habitavam ou freqüentavam ambientes insalubres, os que não trabalhavam ou não tinham “ocupações regulamentadas por lei, vivendo de expedientes; os que constituíam famílias irregulares, resultado de mancebias e amasiamentos; os que insistiam em se divertir em botequins, bailes e atrações não higienizadas.”¹⁹⁵

A constituição do conceito de cidadania, portanto, concentrava-se em torno do comportamento do indivíduo perante as regras estabelecias pelo sistema transformando em muito tênue a linha que separava a cidadania da marginalidade, pois em um Estado autoritário

¹⁹⁴ DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & Exclusão*: Brasil, 1937 – 1945. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 197.

¹⁹⁵ Idem. *Ibidem*. p.198.

todo indivíduo pode ser considerado elemento desagregador, caótico e desviante; um perigo constante para a unificação nacional.

Entre os anos de 1930 e 1945, o conceito de Pátria fundamentou-se na edificação do cidadão modelo a partir da família higienizada. A higienização no seio familiar dependia da mulher, elemento que poderia representar o elo de unificação ou de divisão nacional, pois a ela cabia a função de reproduzir biológica e ideologicamente os futuros cidadãos, o que justificava a necessidade de instruí-la para que pudesse fazer o mesmo com os filhos. A mulher, no entanto, também recaía a culpabilidade em relação a desvios morais, físicos e psíquicos; por isso, a ela destinavam-se inúmeros discursos normatizadores.

Com o intuito de disseminar um modelo homogeneizado de homem e mulher, o Estado investiu nas propagandas de massa, pois considerava que o sucesso da nova ordem dependia da adoção dos costumes e práticas por grande parte da população. Com a criação do DIP¹⁹⁶ Vargas ampliou a abrangência da propaganda política, controlou meios de comunicação e utilizou-os como técnicas de manipulação para submeter a população.

Stuart Hall, argumenta que a identificação dos indivíduos com a nação não é algo inerente as suas naturezas, ela é construída e reconstruída constantemente através de símbolos e representações, os quais ajudam a formar um elo unificador diante das diferenças existentes entre eles.¹⁹⁷ Partimos dessa premissa, e consideramos que o governo pós-1930 elaborou uma identidade nacional unificadora, utilizando diversos símbolos e elementos para disseminar modelos idealizados de homens e mulheres.

Durante o Estado Novo, o DIP atuou de maneira similar às propagandas fascistas da Europa que mitificaram Hitler e Mussolini como salvadores da pátria e heróis da nação. Órgão responsável pela divulgação da ideologia estadonovista, construção e reprodução

¹⁹⁶ Fundado em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda consistia uma importante ferramenta de controle e manipulação dos mais diversos meios de comunicação e exercia a função estratégica de orientar e elaborar representações em torno de sua figura de Getúlio Vargas. Durante o Estado Novo, o DIP estabeleceu normas para administrar a imprensa e propaganda, supervisionou as atividades culturais do país e incentivou as manifestações populares com a intenção de dominar as massas. Ao DIP, cabia ainda a função de estimular a radiodifusão, um dos recursos mais utilizados pela política varguista; de censurar documentários e produções que não estivessem de acordo com os preceitos do governo; e elaborar materiais de propaganda como filmes, cartilhas, livros e imagens que enaltecessem o governo e o presidente Getúlio Vargas.

¹⁹⁷ HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós Modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro, 2001. p. 48.

simbólica e imagética de Getúlio Vargas, o DIP também se encarregou de edificar um sentimento de idolatria nacional e subordinação perante o presidente.

Esse traço de getulização do regime aponta claramente para a confluência da abordagem psicanalítica da propaganda com a sua organização maquínica propriamente dita. Por meio da afirmação da onipresença unidimensional da pessoa física e simbólica, assegurada pelos meios de comunicação, a imagem do chefe ganha contornos morais perfilados, a se reproduzirem nas infundáveis situações de identificação dos subalternos e a autoridade do chefe.¹⁹⁸

Segundo Alcir Lenharo, a construção da imagem de Getúlio Vargas como líder equilibrado que nunca dominou despoticamente a massa, constituía um sentimento de identificação popular para com o chefe, de forma que a subordinação, veneração e amor a ele representavam a disciplina e o amor à pátria. O sentimento nacional, portanto, era forjado a partir de representações imagéticas de modelos considerados exemplares. Dessa forma, os filhos da nação eram educados a seguir o “pai dos pobres” exemplo de civismo, patriotismo, coragem e determinação. As filhas da nação, por sua vez, deveriam esmerar-se no exemplo de Darcy Vargas, filha obediente, esposa dedicada e mãe zelosa.

Assim, os papéis de filha, de irmã e de esposa eram uma espécie de preparação para a futura mãe. A autoridade masculina e a submissão feminina eram compreendidas no binômio “obediência e amor”, e as mulheres obedeciam porque eram delicadas e meigas. [...] Darcy reproduzia e reforçava, em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em “missão e destino da mulher na terra” o casamento e a maternidade. Casando-se e procriando, cumpria-se para ela o destino traçado para as mulheres pela cultura da

¹⁹⁸ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 48.

época e começava aquilo que parecia predestinado como sua missão na terra: ser esposa e mãe.¹⁹⁹

A projeção de Darcy Vargas como uma esposa obediente e amorosa, e, sobretudo, uma mulher religiosa e preocupada com a causa social, foi constantemente elaborada e reelaborada durante o Estado Novo. A valorização e a exposição pública da primeira-dama ajudavam a configurar e enaltecer a imagem de Getúlio Vargas como bom marido e bom pai. Além disso, Darcy Vargas ao coordenar o projeto assistencial do Estado representou o elo entre Getúlio e a Igreja, e reforçou seus vínculos com a população.

O respeito às tradições religiosas se faz presente por meio de seu comparecimento em missa celebrada pelo Cardeal D. Sebastião Leme e da ação de sua esposa, Darcy Vargas, à frente da doação de brinquedos para crianças durante o Natal, prática assistencialista recorrente durante o Estado Novo e fartamente documentada pelos cines jornais. [...] Há aqui uma nova conjunção entre Vargas e o povo: através das atividades de sua esposa como primeira dama, reforça-se o vínculo de sua imagem de protetor dos pobres. Caridade e cristianismo se associam nessa prática de assistência à criança e ao jovem igualmente cara ao Estado Novo.²⁰⁰

A política assistencialista enquadrava-se no campo das estratégias de controle social utilizadas durante o Estado Novo, período em que se acentuaram as preocupações com a infância e juventude. O Estado compreendia que a construção da identidade nacional e do cidadão modelo dependiam de uma educação que modelasse condutas e preparasse crianças e jovens para servir o país. Por isso, “o discurso dos

¹⁹⁹ SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930 – 1945)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008. p. 24 e 25.

²⁰⁰ KORNIS, Mônica Almeida. Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, número 34, 2004.

livros escolares, especialmente editados neste período, revelam o ‘labor cotidiano’, ‘os cuidados com o lar’, ‘a tenacidade’ e ‘a grande virtude militar’, a ‘disciplina’ para a construção da pátria.”²⁰¹

Aos poucos, o Estado Novo reuniu imagens de Getúlio, sua esposa Darcy, seus familiares e construiu um grande quebra-cabeça que serviu como referencial de brasilidade, uma vez que era composto por arquétipos a serem seguidos, peças-chave de sua grande obra. A constituição de tal quebra-cabeça imaginário era efetuada com o intuito de garantir a adoção de hábitos saudáveis pela sociedade, a cooperação das massas e evitar conflitos sociais.

Entre palavras e imagens, o governo de Getúlio dedicou-se a estender a escolarização a todas as crianças. A disciplina escolar e a prática de exercícios físicos eram similares as existentes nas instituições militares. A educação, considerada não apenas como elemento formador de condutas, mas também de manutenção social e de regeneração nacional; abrangia um amplo projeto político que pretendia homogeneizar práticas, disciplinar os corpos e aperfeiçoar a raça.

Conforme Cynthia M. Campos²⁰², em Santa Catarina, as políticas de intervenção e assistência à infância também se fizeram presentes. Nereu Ramos²⁰³ não poupou esforços em vigiar e regenerar os menores, sobretudo os abandonados, que representavam uma séria ameaça a cidade e ao futuro da nação. O governador, vinculado a uma forte política nacionalista, promoveu intervenções sanitárias, ditou e impôs regras e costumes a população catarinense. Seguindo o arquétipo de Vargas, Nereu Ramos empenhou-se em estender a escolarização a todas as crianças do Estado.

Educação e saúde tornavam-se alvo das medidas intervencionistas do Estado. As políticas educacionais e assistencialistas de Nereu Ramos vinculavam-se ao projeto nacional que objetivava proteger e recuperar crianças carentes e abandonadas, problema social que teria se agravado com a urbanização e industrialização, as quais teriam destinado crianças a perambular sozinhas pelas ruas à mercê de seus destinos, pedir esmolas, recolher objetos e fazer bicos para ganhar alguns trocados. Em face às adversidades, era necessário reformular as estratégias e técnicas de assistência, pois

²⁰¹ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 49.

²⁰² CAMPOS, Cynthia Machado. op. cit.

²⁰³ Nereu de Oliveira Ramos foi deputado da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, fundador do Partido Liberal Catarinense, deputado federal, governador e interventor do Estado de Santa Catarina, senador e chegou a ocupar o cargo de presidente da República durante 2 meses e 21 dias.

Diante daquela que era uma nova realidade social, as instituições de proteção à infância que haviam sido estabelecidas durante o período colonial, limitadas ao recolhimento e ao abrigo de crianças em asilos, revelavam-se insuficientes e inadequadas para o atendimento das demandas sociais. Surgia no cenário social a questão do menor, designativo de um tipo de infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada.

Uma primeira posição do Estado, que passou a ser defendida por médicos e juristas no tratamento a questão do menor e que se estenderia às décadas iniciais do século XX com as políticas sociais do Estado, ocorre por meio da filantropia. Esta tinha o objetivo de dar continuidade à obra de caridade, orientada por uma nova concepção de assistência, e entendia que não cabia tão somente a esmola que humilhava, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados.²⁰⁴

O amparo social e o forte investimento na área educacional, oferecidos pelo Estado Vargas, não emergiam apenas como atos de caridade, mas para apaziguar conflitos sociais, fortalecer a imagem do chefe da nação e solucionar problemas sanitários, econômicos, políticos e sociais. As medidas profiláticas eram introduzidas no espaço da escola e da família para evitar as doenças e a mortalidade infantil, elencadas como principais responsáveis pelo atraso econômico do país.

Em 1940, em visita a Santa Catarina, Getúlio Vargas demonstrou o quanto as questões relacionadas à educação não se desvinculavam, aos olhos do governo, das preocupações com a construção da nacionalidade e com a preparação do homem catarinense para atender às exigências do processo produtivo.²⁰⁵ A presença de um grande número de estrangeiros e seus descendentes transformava-se em obstáculo para uma pretendida nacionalização homogeneizada.

Os núcleos estrangeiros, sobretudo os de colonização alemã, preservavam e perpetuavam sua cultura de origem e resistiam ao processo de nacionalização. O governo, por sua vez, realizou inúmeros investimentos no sentido de implantar entre eles os princípios de

²⁰⁴ SIMILI, Ivana Guilherme. op. cit., p. 84.

²⁰⁵ CAMPOS, Cynthia Machado. op. cit., p. 191.

brasilidade centralizando o controle da educação e proibindo o uso de línguas estrangeiras, seu ensino em escolas e sua veiculação em jornais, periódicos e folhetos. Em Santa Catarina, Nereu Ramos, ao seguir as medidas nacionalistas, realizou sua marcha para o oeste²⁰⁶, ou seja, caminhou em direção ao poder central, buscando efetivar a unificação.

Nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo, durante a vigência do Estado Novo, a educação sofreu bruscas mudanças. Os maiores impactos foram sentidos na região sul do Brasil, em vista da grande concentração de colônias alemãs e italianas existentes na região. A dificuldade de falar o português e os poucos recursos oferecidos pelo governo no momento de sua chegada, levou-os a fundar suas próprias escolas e mantê-las.

As escolas teuto-brasileiras, segundo Lúcio Kreutz²⁰⁷, preservavam a integridade de sua cultura e religião, motivo que teria levado o Estado a observar os estrangeiros como inimigos da nação e tomar medidas repressivas contra os mesmos na tentativa de anular as diferenças culturais existentes no país e de forjar uma identidade nacional homogênea. Dentre as medidas, podemos destacar: o fechamento de escolas, a proibição do uso da língua estrangeira e a destruição obras e documentos de valor histórico.

A construção da identidade nacional brasileira, no entanto, só seria possível se uma parcela considerável da população participasse do processo, adotando práticas sadias e seguindo os modelos idealizados. Os estrangeiros representavam apenas uma das inúmeras faces dos inimigos da nação. A “missão” de regenerar os indivíduos “degenerados” era árdua e necessitava de outros suportes além dos estatais.

²⁰⁶ Em sua obra *Marcha para o Oeste*, Cassiano Ricardo realizou uma forte crítica as influências estrangeiras ao enaltecer os elementos do sertão e considerá-los exemplos da verdadeira brasilidade, uma vez que estes se encontram protegidos das influências do litoral e da grande ameaça da nação: o estrangeiro, responsável pela fragmentação nacional. Ao enfatizar o movimento bandeirante como ato desbravador e patriótico, Cassiano Ricardo propunha que a nacionalidade deveria estar contida nos lugares que não haviam sofrido interferências. Por isso, em sua obra, a palavra interior representava as regiões que estivessem distantes do litoral. No entanto, “o ato de marchar para o centro, para o oeste, implica não somente numa trajetória de regeneração em que a pureza do sertão será subsumida pelo litoral. O litoral é Nação em marcha voraz, antropofágica, de quem o sertão receberá sua riqueza material e cultural.” In: LENHARO, Alcir. op. cit., p. 72.

²⁰⁷ KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p. 60.

Os membros do clero, assumindo o papel de arautos da nova ordem e da moral, utilizaram inúmeras estratégias com a finalidade de formar cidadãos exemplares, estreitar relações e assinalar o comprometimento da Igreja com o Estado. Em Santa Catarina, Dom Joaquim Domingues de Oliveira tornou-se um dos difusores da unidade nacional ao estender os tentáculos da Igreja sobre a população.

A Igreja Católica, considerando ser mantenedora da sociedade, portadora do verdadeiro progresso e civilização, utilizou uma poderosa ferramenta de normatização de condutas, difusão dos preceitos católicos romanizados e de combate aos que considerava inimigos da Igreja e da Pátria. Em Santa Catarina, desde 1929 os membros do clero contavam com o jornal *O Apóstolo*, forte representante regional da “boa imprensa”.

2.3 – PECADORAS FILHAS DE EVA: MULHERES NA IMPRENSA CATÓLICA CATARINENSE

Em consonância com o projeto nacionalista, a imprensa católica catarinense investiu na construção de modelos femininos idealizados fundamentando-se na representação simbólica e imagética da Virgem Maria, em contraposição à figura de Eva. O objetivo dos representantes da “boa imprensa” era realizar uma cruzada normatizadora e moralizadora aos moldes católicos. Os modelos imagéticos apresentados, portanto, serviam como base estrutural para a constituição de modelos reais.

A ausência da expressão “mulheres-homens” no periódico católico *O Apóstolo*, nos levou a questionar em quais momentos discursivos essas personagens estavam presentes. A exaltação do modelo feminino da Virgem Maria nos induziu a acreditar inicialmente que o discurso católico não reservava espaço à “mulher-homem”. No entanto, no decorrer da análise, constatamos que esta era apresentada na imprensa católica catarinense sob a face de Eva.

A escolha do periódico *O Apóstolo* justifica-se pelo fato de ter sido o jornal católico de maior influência e duração no Estado de Santa Catarina. Ele se destacou em relação aos demais não apenas por seu tempo de existência, mas por ser resultante dos esforços do Apostolado da Oração e contar com a participação de leigos em sua produção. Sem desviar-se do discurso oficial da Igreja, o periódico estava intrinsecamente relacionado aos trabalhos desenvolvidos pela Arquidiocese de Florianópolis, uma vez que Dom Joaquim Domingues

de Oliveira, importante voz normatizadora do Estado apoiava e vigiava constantemente suas publicações.²⁰⁸

Entre as décadas de 1930 e 1940, sob fortes influências do discurso nacionalista e em consonância com a nova ordem, os colaboradores de *O Apóstolo* lamentavam o fato do jornal ser o único representante da imprensa católica no Estado. Além disso, procuravam guiar seus fiéis e convocar os demais cidadãos a aderir à causa católica, travando batalhas constantes “contra o imenso perigo das heresias, do comunismo, da ignorância religiosa e outros inimigos.”²⁰⁹

A Igreja também empreendeu seus esforços no sentido de realizar uma verdadeira cruzada contra o laicismo e a secularização da sociedade. O embate católico contra o laicismo, presente desde a separação da Igreja com o Estado, também podia ser observado em Santa Catarina durante o período de transição republicana. Em 1928, Laércio Caldeira de Andrade, membro do Partido Republicano Catarinense (PRC), e proeminente representante da elite letrada catarinense, procurando novas alternativas para o ensino secundário no Estado, e em defesa dos ideais republicanos, fundou o *Gymnásio* José Brasília.²¹⁰

A fundação do Ginásio provocou certo desconforto e descontentamento para a Igreja Católica em Santa Catarina, pelo fato de Laércio Caldeira e os demais membros do corpo docente se posicionarem a favor da secularização do ensino e não introduzirem na grade curricular o Ensino Religioso. O *Gimnásio* José Brasília rompia o monopólio do Ensino Secundário mantido pela Igreja Católica no Estado através do Ginásio Catarinense e apresentava-se como um atentado ao catolicismo.

Laércio Caldeira fundou o Ginásio não apenas pelo fato de ser membro do PRC e defensor do que considerava ser o verdadeiro espírito republicano, mas por ser protestante e desejar afastar os filhos da elite letrada das influências religiosas dos colégios católicos. Em 1931, após a Reforma do Ensino Secundário, realizada por Francisco Campos, a

²⁰⁸ Mais informações sobre o jornal *O Apóstolo* in: RIBAS, Ana Claudia. A “BOA IMPRENSA” E A “SAGRADA FAMÍLIA”: Sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica de Florianópolis – 1929/1959. Dissertação de Mestrado: Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

²⁰⁹ Único jornal católico deste Estado. *O Apóstolo*, Florianópolis, 1. jan. 1935.

²¹⁰ Em relação ao *Gymnasio*, consultar: CARMINATI, Celso. João. *Gymnasio “ José Brasília”* : alternativa laica para o ensino secundário. In: DALLABRIDA, Norberto.; CARMINATI, Celso. João. (Org.); *O TEMPO DOS GINÁSIOS*: Ensino secundário em Santa Catarina - final do século XIX - meados do século XX. 1ª. ed., Campinas - São Paulo - Florianópolis: Mercado de Letras - UDESC, 2007.

existência do Ginásio chegou ao fim. Embora seu tempo de vida tenha sido efêmero, para os plesbiterianos suas marcas foram profundas, uma vez que representaram a disputa por espaço na área do ensino e a resistência a educação teocrática.

A Reforma do Ensino Secundário e a extinção do Ginásio José Brasilico significaram para os representantes da Igreja Católica em Santa Catarina, um importante avanço no embate contra os que denominava serem seus inimigos. Em 1934, o Decreto que reintroduzia o ensino religioso nas escolas foi oficializado. Embora a disciplina fosse facultativa, e o Estado continuasse oficialmente laico, a reintrodução legal do Ensino Religioso na grade curricular representou a inserção sutil da Igreja nas instituições laicas. A aprovação do Decreto em 1934, também foi pauta na imprensa catarinense, como podemos observar abaixo:

Rio, 31. Na sessão de ontem da Constituinte continuou-se a votação do art. 171 do projecto que institue o ensino religioso nas escolas. [...] Segue-se na tribuna o sr. Edgard Sanches, que principia por pedir ao presidente que evite o sussurro dos catholicos, afim de que elle, orador, possa ao menos argumentar durante os cinco minutos a que tinha direito. Proseguindo, explica a sua situação de independência em face da matéria. Não conhece vantagens, antes pelo contrário, só conhece desvantagens no ensino religioso. Faz uma exposição da matéria, e, muito embora hostil ao ensino religioso acha em todo o caso que a Assembléia, tendo de aprovar a emenda que o institue, que prefira aquella que não estabelece a obrigatoriedade. O padre Camara declara, discursando, que a Liga Catholica, faz questão fechada da obrigatoriedade do ensino, dentro do horário escolar.

O discurso do sacerdote pernambucano provocou protestos. Fala agora o Sr. Zoroastro Gouvêa, que, um pouco rouco, ainda assim combateu com ardor a pretensãodos catholicos, sustentando a these de que a moral sempre exitiu à margem das religiões e também assegurando que a moral é uma necessidade biológica.

[...]

Afinal, submetido a votos o artigo 170, instituindo o ensino religioso com horário obrigatório, foi aprovado por 139 votos contra 51.

O Sr Zoroastro grita:

- Abaixo a República clerical!²¹¹

Ainda que a Igreja católica tenha conquistado um considerável espaço durante o Governo de Getúlio Vargas, o embate católico contra o laicismo em Santa Catarina ainda podia ser observado nas páginas dos jornais da imprensa católica em 1938:

O inimigo terrível apresenta-se mascarado sob a forma nova de civilização, de justo progresso, com a falsa imposição de querer colocar a mulher no novo trono de liberdade e de independência.

Este inimigo é o Laicismo Inconsciente: já conquistou e agora domina a inteligência dos homens e das mulheres.

Da escola sem Deus, passa para a família sem Deus; então o coração da Mulher, desligado da religião, da moral, do dever, do respeito de si mesma, torna-se instrumento de depravação e sedução.²¹²

O Apóstolo, constituiu-se como uma importante ferramenta de propagação dos preceitos católicos, de combate aos que considerava inimigos da Igreja e da Pátria, de normatização de condutas e formação de perfis condizentes com os discursos político, médico e clerical. Para atingir seus objetivos, investiu na representação de modelos simbólicos idealizados, definiu papéis a serem seguidos pelos católicos e concentrou seus discursos na mulher, na moral e na família, sobretudo, a católica.

O modelo disseminado no jornal *O Apóstolo* alicerçava-se na tríade: filhos, monogamia e casamento indissolúvel. Esses valores da campanha católica moralizadora catarinense demonstravam o quanto a Igreja empenhava-se em manter uma unidade discursiva em relação ao papel da mulher na nova sociedade. Seguindo os preceitos do Vaticano

²¹¹ O dispositivo sobre o ensino religioso nas escolas foi aprovado por 139 a 51 votos. *O Estado*, Florianópolis, 1. jun. 1934.

²¹² Que as mulheres com grande ardor se dediquem a vida doméstica. *O Apóstolo*, Florianópolis, 15 mar. 1938.

e do Centro Dom Vital, os colaboradores da imprensa católica regional, investiam em modelos idealizados de mulher tais como: mãe zelosa, filha obediente, esposa dedicada e mulher laboriosa.

Luizinha, portanto, era um modelo ideal de mulher, pois “sabia ler contar e escrever tocava o piano da sala e o piano da cozinha, lavava, passava e engomava com perfeição. Boa dona de casa. Modesta, simples, piedosa, caseira, recolhida. Boa esposa, depois boa mãe...”²¹³ Em contraposição, “a menina de sapato sem meia, o beijo de fogo e a nuca raspada, já não espera o noivo. Agarra-o “a muque” no baile ou no jardim.”²¹⁴

O vigário Ascânio Brandão, ao relatar as diferenças existentes entre os casamentos de tempos anteriores e os que observava ocorrer em 1937, demonstra uma crescente preocupação com as jovens que se deixavam levar pelos impulsos emocionais momentâneos, pelos perigos da moda e de espaços como o baile e o jardim. O aviso parecia ser esclarecedor, moças que usavam maquiagem para chamar a atenção, raspavam a nuca e agarravam o noivo “a muque” no baile ou no jardim não eram consideradas exemplos de futuras esposas, mães e donas de casa.

Os bailes, conforme os colaboradores de *O Apóstolo*, definitivamente não eram ambientes propícios para jovens que pretendiam se casar. Considerados perigosos pelos encontros e flertes que podiam suscitar entre moças e rapazes, por promover alterações de conduta devido a algumas danças, por despertar desejos, eram observados como propagadores de imoralidade e destruidores de lares. Afinal, “São dois extremos que se tocam: baile e moralidade. O primeiro, larva infernal, devora a segunda como um lobo a um manso cordeiro.”²¹⁵

A distância existente entre as normas e práticas evidencia o quão inquietante eram as mudanças de comportamento feminino diante dos valores sociais instituídos na época. As filhas de Eva, ao freqüentar locais onde recém-conhecidos trocavam juras “eternas de amor”, rompiam com os valores católicos que priorizavam o recato, a modéstia e a discrição feminina. Os representantes da “boa imprensa” com o intuito de salvaguardar a moral católica, alertavam sobre o que poderia acontecer com as jovens que não seguiam seus conselhos:

Aqui vai uma história autêntica e não inventada.

²¹³ Casamentos de ontem e hoje... *O Apóstolo*, 15 de janeiro de 1937.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Os bailes e a moralidade. *O Apóstolo*, Florianópolis, 1. jan. 1937.

Há pouco, encontrando-me com um grupo de rapazes alegres, meus amigos, perguntei-lhes:

- Onde vêm vocês?
- Do baile.
- Do baile? E por que foram dançar?
- Ora essa! Para conhecermos as raparigas com quem não devemos casar!²¹⁶

Os discursos veiculados na imprensa católica local, portanto, enalteciam características femininas idealizadas como a piedade, o recato, a dedicação, a obediência, a docilidade, a fragilidade. O grande empreendimento do jornal *O Apóstolo*, dirigido e supervisionado pelo clero, parecia ser a produção e reprodução de imagens idealizadas de mulheres. Assim sendo, os colaboradores dessa imprensa elaboravam discursos que atingiam a esfera privada com a intenção de normatizar condutas, manter a ordem e o controle social aos moldes dos preceitos cristãos/católicos. Tais constatações podem ser observadas ao analisarmos as informações abaixo, veiculadas no jornal:

No dia do casamento, um pai entregou a sua querida filha uma vassoura, um espelho e um crucifixo, com a seguinte explicação:

“A **vassoura** servirá para varreres diante da “própria” porta e não diante da alheia,

O **espelho** servirá para examinares e veres as “próprias” faltas, assim terás sossego e paz dentro e fora de casa,

O **crucifixo** servirá para suportares com paciência e mérito inevitáveis “contrariedades”, herança de todos os mortais.”

Que bom seria, se todas as senhoras casadas usassem fielmente estes três objetos.²¹⁷

Os três objetos, aconselhados pelo pai da jovem e recomendados pelo jornal, demonstram importantes significações simbólicas utilizadas na imprensa católica. A vassoura, instrumento doméstico por excelência, pode ser associada ao espaço feminino que é o lar; o espelho não representado como objeto de vaidade, mas como

²¹⁶ Para que saibam. *O Apóstolo*, Florianópolis, jun. 1930.

²¹⁷ No dia do casamento... uma vassoura, um espelho e um crucifixo! *O Apóstolo*. 1. jun. 1938.

uma poderosa ferramenta que servirá para a vigília das próprias atitudes e falhas, o que demonstra a necessidade de autocontrole e adestramento constante. Para finalizar, o pai presenteia a filha com o crucifixo, símbolo máximo do cristianismo/catolicismo, para que não esqueça o quão importante é a religião nos momentos de intempéries. Crucifixo, espelho e vassoura são transformados simbolicamente no lema: orai, vigiai e trabalhai.

A publicação anterior pode suscitar outra interpretação se voltarmos às atenções para a última frase nela contida: “Que bom seria se todas as senhoras casadas usassem fielmente estes três objetos”, pois deixa transparecer o pesar dos colaboradores da imprensa católica em relação à possibilidade de algumas senhoras casadas não os usarem. Entre outras palavras, a necessidade de reforçar o papel feminino de esposa, mãe e dona de casa apresentava-se como um desafio, pois devido à modernização de costumes, muitas mulheres não desejavam mais ficar restritas ao espaço doméstico depois de casadas. Além disso, as mulheres que utilizavam fielmente a vassoura, o espelho e o crucifixo eram representantes do modelo feminino cristalizado pela Igreja e adotado pelo Estado Novo.

Ao concentrar suas atenções para a moral católica, investir no exemplo da Sagrada Família, difundir modelos idealizados de mulher inspirados na imagem de Virgem Maria, emitir conselhos para regenerar cidadãos e salvar a sociedade da ruína, o jornal *O Apóstolo* também realizava um estreito diálogo com o discurso político, pois conforme Adriano Luiz Duarte:

O lugar da mulher é o lar, é aí que ela desempenha um importante e fundamental papel para a constituição da família. A família é tomada como o esteio da nova ordem e dentro dela a mulher é peça fundamental. Sua ausência, seja por causa do trabalho ou por qualquer outro motivo, é considerada como causa de imensos prejuízos morais na educação dos filhos, portanto, da sociedade. [...] A rainha do lar, a mãe exemplar, a filha atenciosa, a irmã esmerada, a educadora paciente, a senhora caridosa, o esteio da construção da Pátria, a harmonizadora fraternal das desavenças universais. Os principais atributos dessas mulheres são: a timidez, a ingenuidade, a prudência, a

fragilidade e a abnegação, características intrínsecas à mulher-mãe. Eis a mulher modelo do Estado Novo.²¹⁸

O apoio da Igreja ao Estado Novo e sua unidade de pensamento em relação a necessidade de manter a mulher na esfera doméstica, evidenciava-se nas notícias veiculadas na imprensa católica catarinense. A Igreja assumia o papel de reguladora, condutora de hábitos, e mantenedora da ordem, destinando especial atenção aos discursos direcionados às mulheres, aconselhando-as a se dedicarem com ardor a vida doméstica e sua missão sublime de mãe e educadora.

O lar, considerado pela Igreja o templo sagrado da mulher, “local onde reina a concórdia a obediência, a piedade e a santa pureza angélica, pela virtude e pelo exemplo da Mãe Cristã, onde se guarda inviolado o tesouro das tradições religiosas e morais no coração nobre e forte da mãe Cristã.”²¹⁹ Nele, a mulher-mãe esparge “o sorriso do Amor, na proteção do coração do Esposo; ela educa a Prole com a dedicação do seu amor maternal; ela conserva a santidade do amor das contaminações passionais da sociedade pervertida.”²²⁰

As articulações discursivas presentes no periódico demonstram o quanto a imprensa católica local, influenciada pelo pensamento ultramontano, preocupava-se com a educação da mulher, ao investir em representações femininas voltadas para o lar e para a maternidade; ao observá-la como aliada na introdução dos preceitos católicos em família e como agente responsável pela vigília constante do marido e dos filhos.

Os colaboradores da “boa Imprensa” concordavam que não bastava apenas formar moralmente as mulheres, era necessário ensiná-las lições de higiene e puericultura para que se conduzissem de forma adequada quando se tornassem mães. Em consonância com o discurso médico, louvavam a educação sanitária das jovens salientando que:

Também entre nós esta educação vem sendo iniciada. Muitas mães guiam inteligentemente o trato dos filhos, porque receberam estas importantíssimas instruções nas escolas que freqüentavam.

Graças a educação hygienica das mães, aos esforços da assitencia publica e o inestimável concurso da classe medica, a situação da infância tem melhorado

²¹⁸ DUARTE, Adriano Luiz. op. cit., p. 204 e 205.

²¹⁹ Que as mulheres com grande ardor se dediquem a vida doméstica. *O Apóstolo*, Florianópolis, 15 de março de 1938.

²²⁰ Ibidem.

sensivelmente em todo paiz. A educação sanitária das mães deve, entretanto, difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis, e de palestras feitas por enfermeiras visitadoras.²²¹

Ao oferecer conselhos e ditar normas de conduta aos leitores, os representantes do jornal *O Apóstolo*, visavam garantir legitimidade e fortalecer sua oratória ora aproximando-se, ora apropriando-se do discurso médico, pois conforme Rogério Luiz de Souza, a Igreja Católica “tomando para si uma discursividade médica, mostrará para a população a importância das medidas profiláticas e eugênicas na formação de uma estirpe saudável e apta para o trabalho.”²²² Cabe ressaltar, no entanto, que as vozes presentes no periódico não eram apenas de clérigos. Muitos católicos leigos, incluindo médicos, também foram convidados a participar e se destacaram entre seus colaboradores.

A necessidade de normatizar condutas, manter a moral, estimular os bons costumes, gerar filhos fortes e saudáveis para a Pátria e, sobretudo, garantir a eficácia da nova ordem, justificava o amálgama discursivo entre Estado, Igreja e Medicina. Ambos voltavam suas atenções para a mulher, consideravam-na peça fundamental para a constituição do cidadão patriótico, laborioso, higienizado e fomentavam o aperfeiçoamento da raça procurando “reforçar princípios da verdadeira solidariedade individual, e imprimir uma nova orientação médico-social para o aproveitamento maximo dos esforços de cada um em proveito colectivo e, portanto, da espécie.”²²³

A rainha do lar, baluarte moral da sociedade, responsável pela formação individual e coletiva, deveria concentrar suas atenções às atividades domésticas, aos filhos e ao marido. Sob o prisma da Igreja, sua saída do espaço privado poderia significar a ruína social; por isso, os representantes da imprensa católica permaneciam atentos as constantes mudanças ocorridas na sociedade, condenando as tentadoras influências da moda e da modernidade.

Os clérigos alegavam que a modernização de costumes estimulava a saída da mulher do espaço privado, a desviava de sua missão suprema de mãe e educadora, e a transformava em escrava da

²²¹ A educação sanitária das mães. *O Apóstolo*, 15 de fevereiro de 1937.

²²² SOUZA, Rogério Luiz de. As imagens do renascer brasileiro: Catolicismo e ideal Nacional (1930/1945). In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n.11, 2003. p. 36.

²²³ KEHL, Renato. op. cit., p. 39.

vaidade e da moda. Assim, as blusas decotadas, as maquiagens, as roupas justas e os vestidos curtos eram observados como instrumentos de perdição e imoralidade e causadores de desavenças entre cônjuges. Conforme os argumentos apresentados, o Salão de Modas Sodoma e Gomorra oferecia:

Grande sortimento de vestidos que dão pelos joelhos, roupas sem mangas, decotes, tintas de toda qualidade com pinças para as sobancelhas e cola negra para as pestanas, aparelho para a manicura.

Com tudo isso se consegue *toilettes* mais próprias para profanar as igrejas, comungar sacrilégios, provocar infidelidades, brigas em casa, ensinar a corrupção às crianças, e, enfim, tornar o mundo um inferno.

Todas as senhoras, Senhoritas e meninas que honrarem esta casa comercial serão por isso mesmo consideradas como fiéis agentes do demônio.

As contas serão liquidadas na hora da morte.²²⁴

O Diretor-Gerente -LÚCIFER

As informações referentes ao salão de modas simbólico Sodoma e Gomorra deixam transparecer quais comportamentos eram considerados pela Igreja Católica como imorais e destruidores da boa conduta feminina, da família e da sociedade. Para os representantes da moralidade católica, jovens que se deixavam levar pelos impulsos da vaidade, trajavam vestidos “indecentes”, utilizavam maquiagens e acessórios em geral, abandonavam os preceitos católicos, caíam em desonra e se transformavam em fiéis agentes do demônio. Por isso, em nome da moralidade e da decência dos trajes, sugeriam regras para o bom vestir.

As regras são quatro:

1. O decote tanto de frente quanto de traz, não deve descer mais de três centímetros debaixo da cova do pescoço;
2. As mangas devem ao menos, cobrir cotovelos, e o vestido cair ainda abaixo dos joelhos;
3. As meias devem ser compridas e nem ser de cor de carne e nem transparentes;

²²⁴ Salão de Modas: Sodoma e Gomorra. *O Apóstolo*, Florianópolis, 15. nov. 1938.

4. O vestir em geral deve ser tal, e quantidade e qualidade, que antes esconda do que ponha à mostra as formas e as linhas da pessoa.²²⁵

O periódico aconselhava as jovens a seguirem fielmente os preceitos católicos, a combaterem a moda com severidade, evitarem os namoros escandalosos e os noivados longos, para que mantivessem seu recato e modéstia e não se desviassem do caminho cristão, pois chegaria o dia que as vaidosas filhas de Eva acertariam suas contas com Deus devido ao uso de maquiagens, vestimentas e objetos que ressaltavam sua sensualidade, propagavam a imoralidade e profanavam os preceitos cristãos.

O acerto de contas com Deus era constantemente utilizado pela imprensa católica local, bem como pela nacional para enfatizar o quão pecaminosas eram as ferramentas da moda, responsáveis por degradar mulheres, aproximá-las do modelo tentador de Eva e desviá-las do modelo idealizado da Virgem Maria. Assim, em Carta Circular, o Arcebispo de Fortaleza D. Manuel, anuncia as jovens que os “vestidos colados ao corpo, finos em excesso e até transparentes, são verdadeiros pecados de escândalo que as levarão certamente ao inferno eterno, apesar das comunhões e fitas azues.”²²⁶ Em seguida, Dom Manuel, as aconselha utilizando as seguintes palavras: “Lembrem-se que em breve estarão diante de Deus para as contas que só agora se podem remediar com a verdadeira penitência...”²²⁷

Desde 1930, os membros da Igreja Católica haviam sido instruídos pelo Vaticano a realizar uma campanha mundial contra os trajes indecentes. Com a intenção de evitar desavenças, separações, crises sociais e acabar com a falta de decência da moda, em nota, no referido ano, estabeleceram-se as seguintes medidas: “As mulheres vestidas insuficientemente não deverão receber sacramentos nem assistir comunhões; não poderão assistir actos das congregações; não poderão servir de madrinhas nos sacramentos do baptismo e confirmação, e, si necessário, deverão ser expulsas dos templos.”²²⁸

O embate a moda presente na imprensa católica catarinense, direcionava a atenção das mulheres ao perigo do divórcio, pois em suas articulações, os laços existentes entre moda, modernidade e divórcio

²²⁵ Senhoras e senhoritas lá e cá? *O Apóstolo*, Florianópolis. 15. nov. 1935.

²²⁶ Mães! Filhas! *O Apóstolo*, Florianópolis, 15. nov. 1940.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ A campanha pela decência dos trajes femininos. *O Estado*. Florianópolis, 17. fev. 1930.

eram muito estreitos. Com a finalidade de manter a ordem social e promover cidadãos dóceis, o periódico aconselhava as mulheres a se afastarem da vaidade e evitarem a separação alicerçando seu lar e seu casamento nos filhos, pois,

Diz elle, que o vínculo mais forte que liga um casal é os filhos. Com a chegada do filhinho, a família começa a ser verdadeiramente família. Crenças mudam muitas cousas num lar. Primeiro de tudo elles alteram o character das relações maritais, impondo a ambos os esposos uma nova obrigação. Sem poder attender aos sentimentos entre o marido e mulher – sem attender ao próprio bem estar – devem agora attender ao bem estar e à felicidade de sua prole. Ora esse facto actua não somente como um liame que tende a afastar o divórcio, mas realmente cria novos parentescos e novos sacrificios mútuos que atrahem os corações dos paes um para o outro.²²⁹

De acordo com o pensamento disseminado pela imprensa católica, os filhos asseguravam a função social dos pais e a união dos casais. Lares sem filhos, portanto, eram observados como uma ameaça para a sociedade. Por isso, o tempo livre das mulheres que ainda não haviam preenchido o berço, deveria ser ocupado com atividades voltadas à sua função social de esposas, para evitar que adotassem hábitos de “dondocas” como ir ao cabeleireiro, sair sozinha para comprar roupas, sapatos, luvas, maquiagens e chapéus.

Porque a consciência da mulher, sem o apóio dos princípios da religião, sem a nobre visão das realidades santas, abandona-se ao tumulto das suas paixões, provocadas pela sua natural sensibilidade e pelo violento pendor de agradar e de ser admirada.

[...]

Eis a ferida mortal da mulher; destinada ao mais puro amor da família e da prole, transforma-se em um Egoísmo indomável, ambição de riqueza, ambição de luxo, ambição de prazeres.

²²⁹ Lares sem filhinhos. *O Apóstolo*, Florianópolis. 1 ago. 1935.

Ora, naufraga da fé, outra norma não segue, sendo a do seu capricho ávido de todas as satisfações contrárias à lei de Deus, ao preceito da honra e até violando a mesma finalidade da natureza da mulher.²³⁰

Conforme foi possível averiguar, casais sem filhos estariam mais propensos a separação. A dedicação ao lar, aos afazeres domésticos e a função de mãe e educadora fomentava perfis femininos condizentes com os idealizados. Dessa forma, os cônjuges que alicerçavam seus lares nos filhos garantiam a estabilidade do casamento e cumpriam de forma correta os modelos pré-estabelecidos pelas instituições normatizadoras, pois “o divórcio é a maior calamidade social e moral de um povo, porque dissolve a *célula mater* da nação, que é a família. Por isso, todo homem de critério e todo o patriota sincero deve combater o divórcio como sendo o coveiro da prosperidade social da nação.”²³¹

As discussões referentes ao divórcio eram constantes nos jornais católicos e noticiosos. Cabe ressaltar, entretanto, a diferença discursiva existente entre ambos. Para os representantes da imprensa católica, o divórcio era assinalado como inimigo do catolicismo e da pátria, causador da desordem e da ruína da sociedade, uma vez que para a Igreja o modelo de cidadão almejado necessitava do controle do corpo através da monogamia, da estabilidade familiar e da indissolubilidade do casamento. Além disso, em *O Apóstolo*, as vítimas do divórcio eram em geral, as mulheres.

Enquanto o divórcio era considerado pelos colaboradores da imprensa católica sinônimo de atraso, para os representantes da imprensa noticiosa, era sinônimo de civilidade. Quando os casais não cumpriam de forma correta seu papel social, ou havia traição de uma das partes, o desquite era negociado perante o juiz. Nesses casos, havia a separação dos corpos, mas os cônjuges continuavam legalmente casados, o que para os escritores do jornal *O Estado*, representava um atraso, pois não “havendo divórcio no Brasil, como existe em quase todos os países civilizados do mundo, o homem traído se desquita e procura esquecer o que, não raro, é inesquecível.”²³²

²³⁰ Que as mulheres com grande ardor se dediquem a vida doméstica. *O Apóstolo*. 15. mar. 1938.

²³¹ Família e divórcio. *O Cruzeiro*, Tubarão, 26 mar. 1933.

²³² Curiosa interpretação sobre a honra no Brasil. *O Estado*, Florianópolis, 13. mar. 1935.

Ao analisarmos os discursos veiculados na imprensa católica catarinense, constatamos a preocupação de seus colaboradores em relação às vestimentas consideradas indecentes, pecaminosas e que enalteciam o poder de sedução feminino. Os representantes da imprensa noticiosa, por sua vez, salientavam a periculosidade de indumentárias que confundiam as mulheres com os homens e as masculinizavam. O travestismo feminino, portanto, é o que pretendemos observar adiante.

2.4 – MUDANDO A INDUMENTÁRIA: “MULHERES-HOMENS” NA IMPRENSA NOTICIOSA CATARIENSE

Nos registros da imprensa noticiosa catarinense, realizados entre os anos de 1930 e 1945, além das informações referentes aos casos de bigamia feminina e masculina, divórcio, crimes cometidos por motivos ciúmes ou para manter a honra, discussões acerca do alcoolismo, da loucura, do infanticídio e detenções devido à violação da ordem; encontramos frequentemente casos de mulheres que se travestiam como homens.

Na urdidura discursiva, a imagem idealizada da mulher mãe, esposa e dona-de-casa, era construída cuidadosamente em oposição à “mulher-homem”, a feminista, a decaída, a escandalosa e a independente. Como podemos perceber, não tardou para que as mulheres que compunham os inimigos da nação fossem classificadas pelos jornais conforme seus “desvios” e “transgressões”. Letizia, embora não fosse brasileira, representava simbolicamente uma das faces do inimigo nacional, pois, conforme o jornal *O Estado*,

Letizia, provavelmente, nunca leu o “Koran” onde está escripto que **o marido é o chefe da casa**, e por isso entendeu de trajar-se à masculino dentro do lar. O marroquino não gostou da inovação da esposa e achou que devia repor a ordem **dentro do lar, perturbada pelo estranho capricho da mulher.**

Chamou-lhe a atenção delicadamente a princípio e, como notasse reacção, o sangue lhe foi esquentando ao ponto de invocar todas as iras de Alah **contra a perigosa consorte que não se calava nem se rendia a qualquer argumento.**

Como último recurso, lembrou de applicar uma bofetada de cheio nas faces de Letizia.

Para que o fez? A **mulherzinha, em vez de amolecer com a “carícia” conjugal, deu um salto para traz, tomou posição e entrou a esmurrar valentemente o Takeb,** tal como no “ring”, desfechando-lhe “punches” de esquerda e directos violentos que, em poucos “rounds”, deixaram o mahometano completamente knock out.

Elsady encontra-se no hospital bastante machucado e Letizia tem os punhos envoltos em ataduras.²³³ (grifos nossos)

À primeira vista, o desentendimento conjugal entre Letizia e seu esposo Elsady parecia ser apenas mais uma notícia veiculada pelo jornal *O Estado*. No entanto, ao observarmos atentamente as descrições do caso, podemos constatar que as informações eram selecionadas meticulosamente e correspondiam com o projeto normatizador difundido em todo o país. Vestir-se como homem, enfrentar o marido e agredi-lo certamente não eram atitudes de uma mulher higienizada, contida e recatada. Por isso, embora não vivesse e não estivesse submetida ao modelo feminino idealizado no Brasil, Letizia servia como exemplo feminino a não ser seguido.

Ao acompanharmos as trilhas de Letizia, encontramos inúmeras outras mulheres estrangeiras e brasileiras que se apresentavam como empecilhos ao projeto de nacionalização. Aos olhos dos normatizadores, Celeste Maria Gonçalves, era a encarnação de uma dessas mulheres, a prova concreta de que o projeto normativo de homogeneização não conseguia alcançar todos os indivíduos. Observemos com mais atenção seu o caso:

Celeste Maria Gonçalves dos Santos, **de cor parda**, casada, com 32 anos de idade e **residente no Morro do Mocotó (Favella de Florianópolis)** queixou-se à Chefatura de Polícia que fôra agredida em sua própria residência por Euclydia Fraga, que lhe vibrou forte pancada com **um tamanco (arma característica de zona)** na região frontal produzindo profundo ferimento. Medicada na Chefatura de Polícia, recolheu-se, após, a sua residência.

²³³ Vestiu-se de homem e espancou o marido. *O Estado*, Florianópolis, 12. jul. 1938.

Motivo da agressão: Ter Celeste roubado o “enfant gâté” de Euclýdia.

A polícia tomou as providências necessárias.²³⁴
(grifos nossos)

Como foi possível observar, Celeste Maria Gonçalves era assinalada pelo estigma da cor, da moradia e da moral, devido seu relacionamento ser considerado ilícito. Evidencia-se que embora Celeste fosse casada, para as autoridades, o motivo pelo qual foi agredida, levantava suspeitas em relação a suas atitudes. Euclýdia Fraga, por sua vez, aos olhos dos normatizadores, não diferia de sua rival, pelo fato de ter utilizado um tamanco, “arma característica da zona”, para agredi-la.

Celeste Golçalves, Euclýdia Fragas e tantas outras, estavam inseridas em um contexto político que almejava desenvolver projetos de moralização, civilidade, modernidade e nacionalidade. Tais projetos tinham por pretensões constituir novos cidadãos, padronizar comportamentos e eliminar os que consideravam indesejáveis. Portanto, nossas personagens eram marginalizadas por não se enquadrarem nos perfis idealizados e por impedir que o processo de homogeneização acontecesse.

Os inúmeros casos de travestismo apresentados nos jornais deixavam transparecer que no embate entre as autoridades e os “desordeiros”, a vestimenta conquistava espaço nas discussões e poderia ser observada como elemento de normatização, de desvio ou transgressão, por constituir-se “como signo distintivo do lugar ocupado pelos diferentes corpos sexuados.”²³⁵ Nossa constatação pode ser observada na transcrição abaixo:

Tal é a evolução dos costumes que, há pouco, a travessa Marlene Dietrich, symbolizando os requebros do jazz estadunidense, atirou à face do mundo mais uma novidade para as mulheres.

Novidade que consubstancia no uso da indumentária do sexo barbado, por essas loiras criaturas que vimos, não raro, pintadas a “rouge” e “crayon”...

²³⁴ Por ciúmes, entrou o tamanco em ação. *O Estado*, Florianópolis, 19. fev. 1930.

²³⁵ SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreiados”: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.40, n° 2, p. 148.

Um telegrama do Rio diz que Margarida Marques e Lulu Maravial, duas conhecidas actrizes, já passearam pela avenida, assim travestidas. **Vê-se pois, que nem mesmo a própria com que o homem, desde remotos tempos, procura distinguir-se da mulher, escapou de ser, por estas, fragorosamente imitada. Parece, até, que a mulher moderna pretende estabelecer uma confusão entre os sexos, afim de que ninguém, em syntese, possa identificar ou distinguir o homem da mulher...**²³⁶
(grifos nossos)

A evolução de costumes, combatida tenazmente pela imprensa de Santa Catarina, estava intrinsecamente relacionada à necessidade de delimitar espaços e papéis sociais. As vestimentas, para os redatores, portanto, tinham por finalidade distinguir homens de mulheres e manter a ordem na sociedade. Por isso, a mulher que se masculinizava perdia sua identidade e era destinada ao limbo social da neutralidade. Conforme os argumentos apresentados, o processo de “masculinização” também poderia acontecer a partir do momento que as mulheres praticassem esportes considerados não apropriados para o seu sexo. Com a intenção de evitar tal calamidade,

Um illustre professor norte-americano, acaba de dar à publicidade, com destino às mulheres, certo folheto, no qual estão expostos os perigos que ameaçam a humanidade se não for posto um cobro ao abuso feminino do esporte.

Diz o sábio que o furo desportivo está criando na nossa época de calamidades, outra calamidade nova: o que o autor do folheto chama “sexo neutro”, constituindo pela mulher irremediavelmente afastada de sua missão natural, a maternidade, pelas paixões de tennis, do golfo, do footing, do rugby, do futebol, do pólo, da natação, do automobilismo, do aeroplano, do foz-trot e do shimmy.

Os esportes, na sua opinião anti-desportiva, converte a mulher mais formosa num ser monstruoso, que não tem de feminino, mas que a aparência physica, e que

²³⁶ Mudando a indumentária. *O Estado*, Florianópolis, 22. mai. 1933.

em compensação tem rudeza espírito e caráter masculinos.

“A epidemia do esporte, _ diz elle - a paixão da força e a violência que está embrutecendo as multidões, começou sendo entre as mulheres uma affectação: uma “pose” que nos fazia sorrir. Logo passando da theoria à prática, foi introduzindo na existência das juventudes femeninas, até que se converteu num costume dominante: uma espécie de “segunda natureza”.

“A moça, a “jeune fille”, a “fraullein” a “girl”, esqueceram o pouco sentimentalismo que lhes restava, na rede das “raquetes”, nas bolas, nos patins, nos “ludges”, skis, discos, motores, azas e “jaz-bands”... Já não tem e nem sequer suspeitam Byron, Heine, Espronceda, Musset, nem se interessam mais pelos theatros onde se representam peças sentimentaes, em que há arte e sonho...”²³⁷ (grifos nossos)

A prática de esportes considerados masculinos era constantemente associada ao abandono feminino de sua “missão natural” e à mudança de indumentária. As preocupações referentes à moda na imprensa noticiosa catarinense, portanto, se destinavam aos trajes que poderiam masculinizar as mulheres e desviá-las de sua função social de mãe e educadora, por isso, o travestir-se era apresentado como um problema a ser transposto, pois conforme os redatores chegaria o dia que a saias seriam substituídas pelas calças. Essa também parecia ser a opinião de Violeta Moriss,

[...]famosa automobilista franceza, que, para precipitar os acontecimentos, passou a usar, dos pés a cabeça, trajos masculinos. Mas a Federação Feminina Franceza de Sports pensa de modo contrario e, considerando o uso e antiesthetico lhe cassou a licença de automobilista. Violeta sustentou que as calças são muito mais decentes do que as saias curtas e, como não fosse attendida, recorreu aos tribunaes, que deverão dar a última palavra sobre o assumpto. A jovem automobilista é também accusada de empregar um vocabulário mais ou menos impróprio, o que,

²³⁷ Sexo neutro. *O Estado*, Florianópolis, 2. jun. 1930.

todavia, lhe parece explicável, pois, como diz, descende de militares, não podendo, portanto, desdenhar de todo a glória dos quartéis. Sugeriu-se que antes de uma decisão da justiça se fizessem desfilar algumas senhoras com saias curtas e outras com trajes masculinos, afim de que o julgador pudesse fazer um juízo seguro sobre a acusação de indecência lançada contra as calças pela Federação Feminina Violeta Moriss, conquanto não despreze o aspecto moral da questão, encara o seu caso principalmente de um ponto de vista pratico. Ella é, sobretudo, uma automobilista e percebendo que seu busto a embaraça, resolveu tomar uma providência radical. Não lhe agradando cortar o ou corrigir o em espartilhos, ou colletes de aço, “fez-se” “homem”. E uma vez dado o primeiro passo, que é sempre o mais difficil, achou melhor ir até o fim completando a sua indumentária masculina, a que não faltou sequer uma curiosa caneta tinteiro no bolso do paletot.²³⁸

O argumento moral utilizado por Violeta Moriss parece não ter convencido os redatores, pois uma jovem que praticava esporte masculino, utilizava vocabulário impróprio e trajava-se com indumentárias do sexo oposto, não poderia ser portadora de um discurso moralizador em favor das mulheres. De acordo com o jornal, a intenção da automobilista era equiparar-se ao homem. A conclusão nos leva a questionar se o que motivava as discussões era a mudança de indumentária em si ou a possibilidade dos homens serem substituídos por mulheres, pois,

Segundo o biologista inglês Balfour Browne, dia virá em que a mulher não sómente dominará o homem, como descobrirá os meios para exterminá-lo. E como póde elle afirmar semelhante coisa terrível? Porque tem passado a vida a estudar os costumes dos insectos... Parece que o insecto femea é implacável destruidor do insecto macho. Mas que espécie de relação existe entre insectos e gente? Não sabemos. Sabemos apenas que o professor Balfour Browne admite a possibilidade de o homem desaparecer a mulher ficar sózinha no mundo, que

²³⁸ As calças serão melhores que as saias? *O Estado*, Florianópolis, 23. abr. 1930.

há de ser horivelmente enfadonho para ella. **Chegou o nosso biologista a essa hypothese porque cada vez mais a mulher se “masculiniza”.** É por essas e outras que o senhor Adão anda às turras com o feminismo...²³⁹ (grifos nossos)

As informações anteriores esclarecem a associação realizada entre feminismo e a masculinização. Embora o movimento feminista não tenha se manifestado de maneira influente em Santa Catarina, os jornais do Estado, reproduziam discursos veiculados em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo com o intuito de ridicularizar mulheres que almejavam equiparar-se aos homens e adquirir cidadania usando calças. Conforme Joana Maria Pedro, “o termo feminismo vinha associado à luta pelo voto feminino e à busca de “igualdade”, embora o jornal, em geral, usasse o termo na crítica à ocupação paulatina, por mulheres, de cargos antes ocupados unicamente por homens.”²⁴⁰ Assim sendo, as expressões mulher de calças, feminista e “mulher-homem”, poderiam designar mulheres que ocupavam funções e espaços considerados masculinos.

Parece-nos estranho imaginar discursos referentes ao “perigo feminino” em plena Era Vargas, momento no qual o Brasil passava por um processo de industrialização e as mulheres supostamente eram convidadas a fazer parte da força de trabalho. No entanto, cabe ressaltar, que ao mesmo tempo em que lhes eram abertas as portas do mundo do trabalho, o discurso normatizador lhes reabria as portas do lar. Entre outras palavras, as mulheres eram convidadas a trabalhar fora e convocadas a retornar ao âmbito doméstico para assumir sua sublime missão de mãe e educadora.

É notável para uma época em que a luta dos trabalhadores forjou a conquista de benefícios para mulher trabalhadora a manifestação cerrada de vozes reacionárias exigindo da mulher sua volta ao lar, sua moralização dessexualizada como fatores de reordenamento da família.” [...] A busca de aumento de renda familiar pelo trabalho externo era enganosa, pois além de aumentar as despesas domésticas, consumindo o ganho extra da mulher, acabava por

²³⁹ A mulher masculiniza-se? *O Estado*, Florianópolis, 20. abr. 1934.

²⁴⁰ PEDRO, Joana Maria. op. cit., p. 92.

influir no mercado de trabalho, ao encurtar a renda do marido.²⁴¹

O fato de uma mulher ocupar uma função extradomiciliar era noticiado e debatido com frequência nos jornais.²⁴² A independência feminina, portanto, era considerada socialmente inadequada por ameaçar à unidade familiar e conseqüentemente a nacional. Nesse contexto em que o trabalho constituía a essência da cidadania, observamos que esta, não se estendia às mulheres, uma vez que sua função sublime não lhes permitia que fizessem parte do mundo do trabalho sem carregarem consigo o anátema do desvio, da transgressão e da degenerescência.

Nas publicações, de maneira similar ao trabalho extradomiciliar feminino, vestir-se e travestir-se transformavam-se em atos classificatórios de normalidade e anormalidade e demonstravam o quanto a imprensa catarinense correlacionava-se com os preceitos eugenistas que procuravam classificar indivíduos com o intuito de salvar os “bons” e regenerar os “maus”. Sob esse prisma, observamos que o travestismo era assinalado como desvio e subversão por ameaçar a ordem social, pois segundo os preceitos eugenistas,

A palavra degeneração significa o desvio, mais ou menos pronunciado, das qualidades de origem do indivíduo sob a ação de fatores e circunstâncias involuntárias, sobretudo de ordem congênita e hereditária. [...] Além desses estigmas de ordem physica, existem os de ordem moral e intelectual: o retardamento mental, o cretinismo, a imbecilidade. Há indivíduos, physicamente perfeitos ou quase perfeitos, no entanto degenerados psychicos. Nem todos os estigmas de degeneração se evidenciam; muitos delles são occultos, passam despercebidos, como anomalias na estrutura de órgãos profundos.²⁴³

²⁴¹ LENHARO, Alcir. op. cit., p. 102.

²⁴² Dois homens derrotados por uma senhorita. *O Estado*, Florianópolis, 14. mar. 1938.

²⁴³ KEHL, Renato. op. cit., p. 40 e 41.

A prática de esportes, constantemente aconselhada por eugenistas para a obtenção de equilíbrio e aperfeiçoamento do corpo, também poderia ser considerada perigosa à medida que deturpasse os valores que se pretendiam instituir a partir dela. Assim, o esporte, que normalmente constituía-se como instrumento de aperfeiçoamento, poderia transformar-se em elemento de degeneração. Com o intuito de evitar tal calamidade,

O professor Knoll, director do Instituto de Cultura Physica da Universidade de Hamburgo, exigiu que seja feito um exame médico obrigatório de todas mulheres atletas antes que lhes seja concedida autorização para tomar parte em provas de atletismo.

O aliudido professor declara que tal exame é necessário, afim de evitar a repetição de casos semelhantes ao da atleta tcheca Koubkova, a qual era na realidade um homem quando estabeleceu os seus recordes. Knoll criticou Koubkova severamente, porque, segundo declarou, ella devia desde há muito conhecer seu próprio sexo.²⁴⁴

O relato acima, nos chamou a atenção por tratar de um homem que se apresentava como mulher, uma vez que os casos dessa natureza eram apresentados com menor frequência nos jornais catarinenses. O título destinado a notícia nos levou a concluir que a expressão “mulheres-homens” não se destinava prioritariamente às mulheres que se trajavam como homens. O fato de ter forjado a identidade feminina para estabelecer recordes evidencia que a em ambos os casos, a adoção de vestes ou da identidade do sexo oposto podia apresentar como finalidade algum tipo de proveito. Dessa forma, a relação delito/vantagem também se fazia presente:

Moscou (Pelo Correio) - Deverá responder á acusação de polygamia, por ter casado com nove pessoas do seu próprio sexo, uma mulher, que, vestindo traje masculino, casou com nove moças, abandonando-as logo depois da cerimônia nupcial, levando consigo as economias e outros objectos de propriedade das suas

²⁴⁴ Mulheres-homens. *O Estado*, Florianópolis, 17 de jan. 1936.

“esposas”. A acusada foi arrestada pela polícia na pequena cidade de Kadjewa e identificada como Anna Zawarikina, de 42 annos de idade.²⁴⁵

Conforme foi possível observar, a mudança de hábito poderia apresentar-se como uma estratégia para atingir determinados objetivos. Assim, exemplos de indivíduos que se travestiam para obter vantagens e cometer delitos não tardaram a aparecer nos jornais. As autoridades, por sua vez, defendendo a moral e a ordem, prendiam homens e mulheres que transitavam em locais públicos com vestimentas consideradas inapropriadas para o seu sexo. Este parece ter sido o motivo das prisões de Maria Bertholina e Ricardo Lopez:

Santos, 30 – Foi posta em liberdade a nacional Maria Bertholina da Silva, que, hontem, às 23 horas, vestida de homem, fora presa, na Avenida Conselheiro Nebias, tendo declarado à polícia que isso fizera para pilheriar com uma prima, mais o namorado da mesma.

Para que Maria saísse da Central, a polícia teve que lhe arranjar um vestido de uma presa.²⁴⁶

Porto Alegre, 10. – Foi preso, ante-hontem, à rua Pantaleão Telles, pelo guarda civil Oscarino Prestes, o indivíduo Ricardo Lopez, que andava, pela via pública, com vestes femininas.

Ricardo, que já é reincidente nesse procedimento, foi trancafiado no xadrez da 2ª delegacia.²⁴⁷

Ao contrário de Maria Bertholina, que considerava divertido transitar pelas ruas da cidade vestida como homem e não se envergonhava em ser detida por cometer tal ato, a jovem Zilda tentou contra sua existência quando foi descoberta em trajes masculinos por seu pai. Resta-nos interrogar se a razão que a motivou foi o fim de sua farsa e de suas noites boêmias ou a vergonha causada diante da repercussão do caso:

²⁴⁵ Uma mulher que se casou 9 vezes com 9 mulheres... *O Estado*, Florianópolis, 23. dez. 1935.

²⁴⁶ Maria “Homem”. *O Estado*, Florianópolis, 2. mai. 1930.

²⁴⁷ Que vontade... Reincide em andar vestido de mulher. *O Estado*, Florianópolis, 11. fev. 1930.

São Paulo, 22 – Na manhã de ontem, aproximadamente às 9 horas, tentou contra a existência desfechando um tiro no peito, e foi removida em estado de maior gravidade para o Hospital Alemão Zilda Pentead Lorenz, de 16 annos, domiciliada em Pinheiro, à rua do Commercio 159.

Motivou o gesto de desespero da jovem, o ter sido admoestada severamente pelo seu pae, na madrugada de ontem, quando Zilda foi surpreendida chegando à casa vestindo trajes masculinos.

A moça tinha o habito de deixar a residência paterna, à noite, disfarçando-se com roupas de homem e entregando-se a divertimentos como rapaz.

Descoberta no seu “truc” verdadeiramente vaudevillescos é reprehendida, Zilda encerrou-se no seu quarto, onde, horas depois, fazendo uso do revolver de que estava sempre armada nas suas digressões nocturnas, tentou suicidar-se como dissemos.

Ao que se soube em seguida, Zilda desde tempos recorria ao “travesti” para percorrer os centros de diversões nocturnas acompanhando rapazes que jamais suspeitaram do seu “truc”.

A originalidade do recurso empregado pela jovem concorreu para a maior repercussão da lamentável occurencia desta manhã.²⁴⁸ (grifos nossos)

Diversas mulheres alegavam vestir-se de homem, sobretudo, durante o período da noite, para que não fossem percebidas nas ruas. O ato de travestir-se, portanto, era utilizado como uma estratégia para que se camuflassem dos homens e dos perigos que poderiam encontrar fora de suas casas. Tais mulheres apropriavam-se dos discursos vigentes da época, utilizando como argumentos a defesa de sua honra. No entanto, este não parecia ser o caso de Maria Bertholina e Zilda, pois para as autoridades, o motivo para que tenham se travestido como homem aproximava-se mais da transgressão do que defesa.

²⁴⁸ Vestia-se de homem e passava as noites fora de casa. *O Estado*, Florianópolis, 23. jun. 1930.

Maria Bertholina e Zilda certamente não correspondiam com os códigos de condutas estabelecidos pelo Estado. Afinal, travestir-se como homem, andar sozinha pelas ruas ou acompanhada de rapazes, freqüentar lugares boêmios, entregar-se a divertimentos e chegar tarde da noite em casa não eram atitudes de mulheres higienizadas.

“Astrogilda Marcos de Souza é uma criminosa de morte que está sendo procurada pelas polícias paulista e paranaense.”²⁴⁹ Assim, inicia-se a descrição da história de mais uma “mulher-homem”, narrada pelo jornal *O Diário da Tarde*, intitulada Rocambole de saias. A diferença da instigante mulher para as demais analisadas relacionava-se à questão da violência, pois Astrogilda após ter se apaixonado por um lavrador teria o matado por motivos de ciúme. Ainda conforme o jornal,

Ella não é uma figura comum de mulher, não usa de suhtilezas, não derrama lágrimas sobre seus amores perdidos...

Astrogilda é voluntariosa, tem a volúpia do domínio. **Desde menina – contam os seus conhecidos – vestia-se de homem e formava batalhões de meninas para comandal-os. Fez-se mulher e no seu espírito cresceu, empolgou-a de toda aquella vontade, aquella rebeldia. Gostava de andar vestida de calças.**

[...]

Desconfiaram as autoridades que Astrogilda venha usando vestes masculinas, com as quais está tão familiarizada, para melhor fugir à polícia.²⁵⁰ (grifos nossos)

No decorrer das informações, percebe-se que a “mulher-homem” em questão, incorporava características do sexo oposto e gostava de vestir-se como homem desde quando era menina, atitude que para os médicos da época evidenciava suas tendências degenerativas desde a infância. Além de degenerada, Astrogilda era considerada pelas autoridades policiais uma mulher dissimulada e perigosa que se aproveitava do uso da indumentária masculina para escapar da polícia.

²⁴⁹ Rocambole de saias. *Diário da tarde*, Florianópolis, 17 de set. 1935.

²⁵⁰ Ibidem.

Francelina Almeida era considerada tão perigosa quanto Astrogilda, pois embora não utilizasse as vestes do sexo oposto, estava sob investigação da polícia por acusação de homicídio. Desta feita, não se tratava, porém de uma mulher que teria matado por motivos de ciúmes. A “viúva negra”, retratada no jornal com a alcunha “barba azul de saias”, era temida na região da Bahia por ter enterrado sete maridos sem ao menos ter sido acusada por alguns de seus crimes, pois,

Não apresentava o vespertino bahiano em sua edição o retrato de uma dessas mulheres fatais. Ao contrário, **Francelina, já idosa, gorda, era o tipo de mulher vulgar, incapaz de fomentar a produção de “Romeus”**.

Não obstante, seis homens, alentados sertanejos, haviam sido por ela enterrados. O último, morto depois de longa enfermidade e tomar um purgante, provocara a curiosidade das autoridades, cujas investigações nada positivavam.

Nessa ocasião, Symphonio Corrêa namorava Francelina, sendo sua pessoa objecto dos commentários das rodas de Djalma Dutra. Apontavam-no como candidato ao suicídio.

Ouvido pela reportagem do “Estado da Bahia”, Phone, sorrindo, declarou não acreditar na influência maléfica da amada, pretendendo enterrá-la com grande pompa.

Francelina Almeida venceu mais uma vez. Symphonio Corrêa, o sétimo marido da “Barba azul de saias”, acaba de morrer, atirando-se num rio da cidade, depois de tomar um purgante ministrado pela espôsa.

A polícia vai proceder novas investigações. Enquanto isso, todas as mais medrosas, tomam conta dos filhos solteiros. Os candidatos, porém, não faltam.

O perigo é, em Francelina, um motivo de sedução. Talvez o único...²⁵¹

²⁵¹ Barba azul de saias. *Diário da tarde*, Florianópolis, 24. jan. 1939.

Algumas “mulheres-homens” nasciam assinalas pela alteridade, enquanto outras incorporavam marcas externas como corte de cabelo, acessórios e vestimentas. O discurso apresentado nos jornais variava em relação a elas. Em geral, a expressão pejorativa utilizada as ridicularizava pelo fato de ocuparem um lugar que não era seu. No entanto, as fontes indicam que alguns termos poderiam ser empregados para amenizar a “masculinização” ou a homossexualidade de determinadas mulheres.

As expressões hermafroditismo, hipospadia e anomalia pareciam justificar a mudança de sexo de um indivíduo pelo próprio motivo de seu sexo biológico ser ambíguo. No espaço do discurso, portanto, atenuava-se orientação sexual, a mudança de indumentária e de sexo para os que nasciam de fato marcados pela alteridade, pois seu o próprio corpo era considerado signo e criador de significados.

Maria, uma mineira que até o ano de 1938 apresentava identidade feminina, neutralizou-se perante a sociedade a partir do momento em que descobriu ser pseudo-hermafrodita. Ao realizar o exame, o médico constatou que a mesma sofria de hipospadia, uma má-formação congênita que pode causar ambigüidades de sexo ao nascimento. A grande surpresa foi que a jovem havia vivido durante 27 anos como mulher, sem saber que biologicamente era homem.

O episódio de Maria nos chamou a atenção em meio aos outros analisados nos jornais catarinenses entre os anos de 1930 e 1945, pois o fato de parecer possuir os dois sexos também fazia dela uma “mulher-homem”. A necessidade de distinguir e fortalecer as diferenças entre o feminino e o masculino e seus papéis sociais, levou os médicos da época a discutir sobre a possibilidade de realizar uma intervenção cirúrgica para estabelecer rapidamente seu sexo e sua identidade:

Lagoa Santa, Minas Gerais, (V.A) – O caso da Maria Marques da Silva, agora, mediante pequena intervenção cirúrgica, transformada em Mario, continua despertando interesse, dando azo aos mais variados comentários. Maria nasceu há 27 annos, em localidade próxima a esta cidade e vivera até meados de Agosto “integrada” nos meios femininos. Estava, mesmo, noiva e com o casamento marcado.

Sentindo algo de anormal em seu organismo, procurou um médico que ao cabo de demorado exame, concluiu que “ella” era homem. Maria não via nenhuma vantagem em ser do sexo barbado, mas acabou por deixar operar-se.²⁵²

Conforme o relato do jornal, Maria, diferenciava-se de outras “mulheres-homens”, pois além de ter nascido assinalada pela ambigüidade, a “mudança de seu sexo” não havia sido uma escolha sua, mas do médico que a diagnosticou. Além disso, a reparação de seu órgão genital era considerada necessária para que fosse estabelecida e reforçada sua verdadeira identidade. No entanto, Maria não parecia estar contente com a decisão dos médicos.

Rio, 8 – Dizem de Belo Horizonte que os cirurgiões do Hospital São Vicente, lutando com enormes dificuldades, conseguiram finalmente, como, aliás, já informamos, convencer aquela que até sábado era Maria e de agora em diante passará a chamar-se Mario, à necessidade de operar-se. Não obstante o êxito da operação e estar cientificamente estabelecido que a paciente d’oravante pertence ao sexo forte, Maria não se mostra nada disposta a abandonar seus antigos hábitos. Não quer que a chamem de Mario e quando terminou a intervenção só a custo vestiu um pijame masculino que lhe deram.²⁵³

A história de Maria é muito similar a de Herculine Barbin, embora ambas estivessem separadas por quase um século. Herculine, também conhecida por Alexina, era de família simples, fora criada em conventos femininos, era muito religiosa e só descobriu ser hermafrodita aos 22 anos de idade, após ter sentido fortes dores na virilha e realizado exames médicos. Maria, de família pobre, fora criada em meios femininos, demonstrava ser muito religiosa e só descobriu

²⁵² Foi Maria e é Mário. *O Estado*, Florianópolis, 4. out. 1938.

²⁵³ Não quer ser Mário. *A Gazeta*, Florianópolis, 9. set. 1938.

sofrer de hipospadia após realizar exame médico com o intuito de poder casar.

Conforme os relatos encontrados nos jornais, Maria tinha o corpo aparentemente masculino, alguns fiapos de barba no rosto, “possuía modos, voz e certas atitudes completamente singulares, esquisitos. Os seus parentes também achavam aquilo muito estranho, porém, resignavam-se, uma vez que não podiam atinar com a anomalia de que era a mesma vítima.”²⁵⁴ Muito semelhante à Maria:

Alexina, que está com vinte e dois anos de idade, é morena, tem 1,59m de altura. Os traços do rosto não são de modo algum bem caracterizados, e oscilam entre os do homem e da mulher. A voz é na maior parte do tempo feminina, mas algumas vezes durante a conversa ou quando tosse misturam-se a ela sons graves e masculinos. Um ligeiro buço recobre o lábio superior; alguns pêlos de barba podem ser observados no rosto, sobretudo do lado esquerdo.²⁵⁵

Maria, após ter sido infeliz em seus relacionamentos, ao observar a frieza de seu noivo e ter sensações estranhas, ficou intrigada e resolveu procurar auxílio médico com o intuito de descobrir os motivos que causavam determinadas reações em seu corpo. “E o resultado do exame não tardou, achando-se então disposta a sofrer a consequências de fatalidade que lhe pesa sobre os ombros.”²⁵⁶

Herculine, por sua vez, havia constatado desde a sua adolescência a diferença entre o seu corpo e o de suas colegas. Enquanto elas apresentavam uma aparência graciosa e feminina, Alexine evitava expor-se devido suas formas e seu excesso de pêlos. Além disso, durante muito tempo, havia convivido em meios estritamente femininos e sentido inexplicáveis emoções por mulheres.

Alexine, ao perceber suas diferenças, passou a temer seu futuro incerto e evitar ao máximo submeter-se a exames corporais. Somente após ter sentido fortes dores na virilha e muita insistência de sua

²⁵⁴ Os casos anormais em que a ciência intervém. *Diário da tarde*, 8. set 1938.

²⁵⁵ BARBIN, H; FOUCAULT, M; PANIZZA, O. Herculine Barbin: *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.

²⁵⁶ Os casos anormais em que a ciência intervém. *Diário da tarde*, 8. set 1938.

adorada Sara, decidiu procurar o médico. Ao realizar o exame, o médico deixou-a mais ciente e ao mesmo tempo mais confusa em relação a sua verdadeira identidade. No entanto, após o segundo exame, constatou-se a surpresa. Ela era “um homem, hermafrodita sem dúvida, mas com evidente predominância do sexo masculino.”²⁵⁷

Os discursos produzidos em relação às histórias de vida de Herculine e Maria, embora distanciados em tempo e espaço, apresentavam características semelhantes. Afinal, quais seriam as preocupações centrais em relação a essas experiências de vida? As informações referentes a essas personagens inquietantes evidenciavam não somente a necessidade de estabelecer uma identidade para elas, mas de impedir que se relacionassem com pessoas do mesmo sexo.

Muito similar a história de Maria Marques, era o episódio de Maria Ferreira da região de Belo Horizonte. Ambas possuíam o mesmo nome, moravam no mesmo Estado, sofriam de hipospadia, foram analisadas e operadas pelo mesmo doutor e estavam separadas uma da outra por um intervalo de tempo de apenas 5 anos. Maria Ferreira descobriu seu verdadeiro sexo após ter adoecido profundamente. Acreditando os médicos tratar-se de um caso de apendicite, solicitaram sua internação para que pudessem realizar análises e diagnosticá-la.

Não há muito o espírito público esteve interessado nas narrativas que se faziam de **diversas jovens, que trocando os “tailleurs de dames” pelos alinhados ternos, com as calças vincadas, chegaram a prender o coração de outras, tudo na illusão de que effectivamente fossem representantes do sexo chamado forte.** [...]

Passam-se os tempos, não mais se recordam os feitos das moças aventureiras, quando, agora, a população da grande cidade mineira volta a preocupar-se com o novo caso daquelle jaez.

Desta feita, porém, **não se trata de nenhuma jovem que, repellindo o sexo a que pertence, abandona as suas vestes para envergar os trajes masculinos.**

Trata-se de um infeliz moço, que, por **uma anomalia**, durante vinte annos, vestiu-se como

²⁵⁷ BARBIN, H; FOUCAULT, M; PANIZZA, O. op. cit

mulher, viveu como se uma jovem fosse, para, de um momento para o outro, cair na realidade e certificar-se do seu verdadeiro sexo.

[...]

Interessando-se com o caso, levada Maria para a mesa de operações, ordenou o cirurgião que, depois de ser feita a toilette da enferma o chamassem para que ele procedesse a um meticoloso exame na operada.

O dr. David Rabello verificou que tinha deante de si um caso de aberração sexual e que a mulher em questão era, sem o saber, um authentico homem. Trata-se de um caso de “hipospadia” e com um simples golpe de bisturi o Dr. David Rabello corrigia o cochilo da natureza e dava a Maria Ferreira da Rocha o seu verdadeiro sexo.

Recuperando a calma precisa, **Maria recebeu de seu médico a notícia da transformação que operára no seu sexo. A ex-Maria exultou de contentamento, pois como muitas representantes de seu ex-sexo tinha grande vontade de ser homem.**²⁵⁸ (grifos nossos)

Ao observamos atentamente os argumentos utilizados em defesa de Maria Ferreira, é possível contatarmos contradições. Conforme o jornal, Maria não repeliu seu verdadeiro sexo, bem como, diferente das outras “mulheres-homens”, não envergou alinhados ternos para prender o coração de outras moças. No entanto, ao descobrir que pertencia “sexo forte” a jovem “exultou de contentamento, pois como muitas representantes de seu ex-sexo tinha grande vontade de ser homem.”²⁵⁹

No dia 5 de dezembro do mesmo ano, *O Estado* voltou a publicar informações sobre a jovem que virou homem. Mário trabalhava agora como garçom no restaurante de um hotel e demonstrava estar interado em seu novo mundo. Conversava desembaraçadamente sobre

²⁵⁸ A jovem que transformou-se de um momento para outro num guapo rapaz. *O Estado*, Florianópolis, 1. fev. 1933.

²⁵⁹ A jovem que transformou-se de um momento para outro num guapo rapaz. *O Estado*, Florianópolis, 1. fev. 1933.

assuntos masculinos e quando interrogado sobre sua nova vida, referiu-se a uma moça que conhecera da seguinte forma: “Namoro atôa para matar o tempo. Eu gosto mesmo é de Olívia. Em todo o caso, aparecendo uma por ahi, a gente não engeita.”²⁶⁰

Maria Marques e Maria Ferreira da Rocha diferenciavam-se das outras “mulheres-homens” porque haviam nascido marcadas pela alteridade. Em seus casos, as palavras hipospadia e anomalia pareciam justificar e minimizar a vontade de uma mulher transformar-se em homem ou de se relacionar com outras mulheres. Nos casos de ambigüidade biológica, portanto, justificava-se a mudança de sexo, de indumentária e de orientação sexual.

A hipospadia e as confusões acerca da identificação do sexo genital de uma criança ao nascimento deveriam ser comuns na época, pois além do evento de Maria Ferreira registrado em 1933 e Maria Marques em 1938, encontramos o da pequena Neuza²⁶¹, uma menina de quatro anos de idade que também foi submetida a uma cirurgia corretiva pelo doutor David Rabello²⁶² em 1934.

Ao contrário de Maria Marques e Maria Ferreira, que traziam as marcas da ambigüidade inscritas em seu corpo, Isabel Fernandes possuía a anatomia feminina bem definida, mas agregava elementos masculinos e procurava erradicar de seu corpo os sinais de sua verdadeira identidade. A jovem de 18 anos não se conformava com o fato de ser mulher e desejava

[...] a todo transe mudar de sexo por achar a vida do homem mais interessante.

Fugindo de casa, Isabelita que conta apenas com 18 annos de idade e é uma pequena inelligente e viva, **metteu se em trajes masculinos e veio ao Rio procurar emprêgo**, conseguindo collocar-se no balcão de um armarinho. **Morou em varias pensões, numa das quais foi companheira de quarto de dois marinheiros,**

²⁶⁰ A mulher que “virou” homem. *O Estado*, Florianópolis, 5. dez. 1933

²⁶¹ A menina que se transformou num gury. *O Estado*, Florianópolis, 24 fev. 1934

²⁶² David Rabello diplomou-se no Rio de Janeiro no ano de 1919 e tornou-se professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, local onde se dedicou igualmente a vida de médico cirurgião. Aperfeiçoou seus conhecimentos clínicos na Europa em alguns hospitais de Paris e Berlin. Retornou ao Brasil e de cirurgia em cirurgia, adquiriu enorme prestígio e tornou-se referência nacional na realização de operações de “mudança de sexo”. As cirurgias pioneiras de “mudança de sexo” foram realizadas pelo facultativo em Belo Horizonte, motivo pelo qual o Estado de Minas Gerais tenha ficado conhecido como a região em que jovens donzelas poderiam transformar-se em guapos rapazes.

que não chegaram, entretanto, a descobrir seu verdadeiro sexo. Teve até namoradas, às quais mandava bilhetes apaixonados....

Descoberta por sua mãe, D. Maria. Augusta Fernandes, que a vinha procurando por toda parte, Isabel deu por encerrada a sua aventura, tendo de recolher-se, embora contra sua vontade, a casa de sua família.

A moça não se conforma com sua situação.

Quer, ser homem , custe o que custar._Vai daí, o acto impensado que procurou executar na tarde de ontem em sua residência, à rua general Castrioto n 115, casa x em Nitheroy.

Com uma afiada faca de cozinha, a jovem, tentou fazer a extirpação de um seio.

Pessoas amigas que a surpreenderam durante a prática desse acto desvairado, conseguiram, a muito custo, fazel-a ir medicar-se no Serviço de Prompto Socorro da capital fluminense. Após os necessários curativos, a jovem recolheu-se ao seu domincilio.²⁶³ (grifos nossos)

As informações transmitidas no jornal sobre Isabelita nos levam a supor que a jovem adotou a masculinização não apenas por considerar a vida do homem mais interessante, mas provavelmente para poder viver sua vida amorosa com outras mulheres. Ao tentar extirpar um dos seios, a jovem demonstrou que pretendia livrar-se ao máximo das características físicas que a evidenciavam enquanto mulher. Vestindo-se como homem e eliminando de seu corpo o estereótipo feminino era possível reconhecer-se subjetivamente como homem e relacionar-se com outras mulheres. Adotar a masculinação, portanto, poderia ser uma estratégia utilizada por mulheres homossexuais para que pudessem fugir das normatizações impostas aos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo; uma vez que a homossexualidade era proibida e observada como um distúrbio psicológico, uma doença, um fator de degeneração da espécie.

²⁶³ A moça que quer ser homem. *O Estado*, Florianópolis, 7 mar. 1935.

Josefina, conhecida até os 20 anos como José, realizou o caminho inverso ao das outras personagens apresentadas, pois ao invés de adotar trajes masculinos, decidiu abandoná-los para assumir-se oficialmente como mulher. A identidade da jovem havia sido forjada por caprichos seu pai que, estando descontente com o nascimento da filha mulher, decidiu criá-la como homem a partir do momento em que atingiu idade para realizar trabalhos na lavoura.

Apesar de ter adotado trajes e modos masculinos, Josefina deixava transparecer sua feminilidade, o que gerava comentários maldosos a respeito de sua identidade enquanto homem. Após o desquite de seus pais, Josefina, sua mãe e seus irmãos mudaram de residência. Ao ser descoberta sua verdadeira identidade, a jovem resolveu revelar a farsa que a angustiara por tantos anos e voltar a ser mulher. “Nota-se entretanto, dentro de sua nova indumentária, que o rosto ainda conserva fortes traços masculinizados, que a tornaram um misto de homem e mulher.”²⁶⁴

A atitude de Josefina, ao revelar sua “verdadeira identidade”, foi considerada louvável pelo jornal, pois diferente de outras “mulheres-homens” a jovem paulista havia adotado os trajes masculinos por obrigatoriedade de seu pai e não por vontade própria. A “mulher-homem” em questão era apresentada como um exemplo de mulher.

No decorrer de nossa investigação, observamos que os episódios mais polêmicos envolvendo “mulheres-homens” relacionavam-se à sua orientação sexual. O intrigante caso do argentino Raul Luiz Soares, por exemplo, só desvendou-se posteriormente a sua morte, quando “verificou-se que Raul não era homem, mas, sim, mulher.”²⁶⁵ Após sua morte misteriosa, ao realizar-se a autópsia de seu corpo, descobriu-se que ele, na verdade, era ela. Tratava-se de Rachel Soares, “a qual ficando órfã aos dez anos, resolveu, para ganhar a vida, adotar a masculinização, servindo-se do nome de seu irmão falecido no Uruguai.”²⁶⁶ De acordo com o relato, quando ficou órfã, Rachel começou a trabalhar:

Mas, havia sempre no fundo, um segundo sentido oculto, e, esse, ella repellia-o com dignidade. Desejava empregar-se, ganhar dinheiro, é exacto, todavia, pelo seu trabalho. A

²⁶⁴ Era mulher. *A Gazeta*, Florianópolis, 21. out. 1938.

²⁶⁵ Um homem que era mulher. *O Estado*, Florianópolis, 1. abr. 1930.

²⁶⁶ Um homem que era... mulher. *O Estado*, Florianópolis, 4. abr. 1930.

sua honra de mulher ela deffendia-a. Essa, não estava a preço... Trabalhar, porém, hoje em dia, não basta. As mulheres bonitas ou moças se exige, não raro, concessões, nem sempre confessáveis. Só o prestígio de um par de calças tem força diante de certas propostas. Rachel que as ouvira, uma, duas, tantas vezes, pensou nessa simples peça do vestuário masculino.²⁶⁷

Conforme as informações apresentadas no jornal, Rachel resolveu forjar outra identidade quando viajou para o Uruguai, local onde cortou os cabelos e mudou de indumentária. Após sua viagem, passou a viver como homem, entregou-se assiduamente à farra e a boemia; apresentou-se como exímio conquistador até casar-se com Amália Gomez.

A descoberta de sua verdadeira identidade após sua morte causou admiração e espanto às autoridades policiais, pois Rachel, além de ter sido casada com Amália, viveu com sua amante Mathilde pouco antes de falecer. Diante do mistério de sua morte e de seus relacionamentos com outras mulheres, a polícia não descartou as hipóteses de homicídio e suicídio.

O mistério da morte de Rachel, apesar de sugestivo, não parece ter sido o foco central da discussão. Supomos, que ao narrar a história de sua vida e enfatizar alguns de seus acontecimentos, o jornal pretendia justificar o motivo para que ela tenha se transformado em Raul; uma vez que as informações induzem o leitor a pensar que para defender sua honra enquanto mulher, Rachel adotou a masculinização.

Cabe ressaltar, no entanto, que ao qualificar Raul como um grande mulherengo e farrista, o jornal evidenciava que os atos de Rachel aos olhos dos discursos normatizadores, não poderiam ser considerados inteiramente aceitáveis. Assim, embora os jornais amenizassem seus discursos em relação a algumas “mulheres-homens” eles lançavam sobre elas e muitas outras o anátema do erro e da culpa, por não seguirem os padrões estabelecidos.

²⁶⁷ O sensacional caso da mulher-homem. *O Estado*, Florianópolis, 22 abr.1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No romance *Luzia-Homem*, publicado no ano de 1903, Domingos Olympio descreveu a personagem principal como um ser inquietante que apresentava um corpo marcado pela alteridade. Por ser um misto de mulher e homem, e reunir simultaneamente atributos como força e delicadeza, Luzia causava atração e repulsa; sedução e medo. Enquanto as outras mulheres a viam como uma aberração e a rejeitavam, o estigma da duplicidade alimentava a curiosidade e a fascinação dos homens em relação a ela.

Ao iniciarmos nossa pesquisa nos periódicos catarinenses, fomos surpreendidos com informações e expressões que nos fizeram repensar nossa proposta inicial de análise. Para respondermos os motivos pelos quais tais periódicos tenham investido na propagação de modelos femininos idealizados e não idealizados, foi necessário situarmos os discursos veiculados por eles no contexto estadual e nacional.

Ao analisarmos a construção de imagens femininas não idealizadas nos jornais catarinenses, tivemos a pretensão de observar alguns discursos normativos apresentados na imprensa estadual, com o intuito de demonstrar sua estreita relação com os ideais de nacionalização. Nossas intenções consistiram em observar os motivos pelos quais as mulheres foram convidadas a voltar para o lar no período em que o país adentrava na era da industrialização. Assim, foi possível entendermos quem eram as “mulheres-homens”, os motivos para que se apresentassem socialmente com indumentárias masculinas e não se enquadrassem no modelo feminino idealizado.

No decorrer de nossa apresentação, outros personagens além das “mulheres-homens” estiveram presentes. Ao analisarmos os discursos sobre eles, foi possível observarmos sob o ponto de vista normatizador nossas personagens centrais como membros das “classes perigosas”; como degeneradas, filhas de Eva e inimigas da nação; pois para os higienistas, as alcoólatras, as prostitutas, os homossexuais, as “mulheres-homens” e outros indivíduos não se enquadravam no modelo idealizado de cidadão e não se “higienizavam”.

Ao observarmos o processo de gestação da nova ordem, constatamos que a constituição da cidadania caminhou juntamente com a edificação do novo cidadão: laborioso, dócil e adestrável, peça-chave para a consolidação do projeto nacionalista homogêneo. A análise de

sua constituição possibilitou percebemos as justificativas elaboradas e utilizadas pelos agentes normatizadores para classificar alguns indivíduos como higienizados ou perigosos. Dessa forma, verificamos que no processo de edificação do novo cidadão, os alcoólatras e loucos foram acusados de romperem com o contrato social e não possuírem autocontrole, característica fundamental do cidadão laborioso.

De maneira similar, as prostitutas, acusadas de evitarem a maternidade, causar abortos, envolverem-se em infanticídios, propagarem doenças, devassidão e imoralidade, foram constantemente vigiadas, normatizadas e excluídas da cidadania, pois conforme os higienistas, mesmo que tivessem filhos, jamais poderiam representar o modelo sacralizado da mulher-mãe, dona de casa, pura, dessexualizada, contida e recatada.

Os homossexuais e as “mulheres-homens”, personagens centrais de nossa investigação, por sua vez, foram acusados por médicos e autoridades de inverterem a ordem da “natureza”. Seus comportamentos tais como apresentarem-se socialmente com indumentárias do sexo oposto e relacionarem-se com pessoas do mesmo sexo, foram considerados fora dos padrões morais e de normalidade, pois conforme os argumentos dos médicos e das autoridades, suas atitudes os distanciavam do ideal feminino e masculino, inspirados no positivismo e instituídos pela nova ordem.

Os higienistas e eugenistas, ao mencionarem que a degeneração poderia ser um fator transmitido hereditariamente ou adquirido socialmente, consideravam qualquer indivíduo como um elemento de suspeição e perigo, independente de sua cor, seu gênero ou sua classe. A teoria da degenerescência, portanto, mantinha toda a sociedade sob a mira do Estado, impedindo-a que escapasse das malhas normatizadoras. Assim, a moradia, o trabalho e as formas de diversão, tornaram-se alvo de intenso controle e transformavam-se em dados para considerar alguns indivíduos mais perigosos do que outros.

Aos analisarmos os discursos veiculados nos jornais, observamos que os modelos femininos não idealizados apresentavam-se de maneira distinta na imprensa católica e na noticiosa. No periódico católico *O Apóstolo* ele era representado pelas pecadoras filhas de Eva; mulheres que enalteciam seu poder de sedução, que utilizavam vestimentas consideradas indecentes, freqüentavam bailes e seguiam seus instintos. Em *O Estado*, por sua vez, tal modelo era representado pela “mulher-homem”; aquela que se vestia como homem, forjava outra identidade, se relacionava com outras mulheres e freqüentava ambientes considerados impróprios para seu gênero.

A ausência da expressão “mulheres-homens” no periódico *O Apóstolo*, nos levou a compará-las as mulheres por ele apresentadas como não idealizadas, ou seja, as encarnações de Eva. Além disso, também nos levou a interrogar os motivos pelos quais essas personagens tenham sido silenciadas nesse espaço, uma vez que o discurso católico normatizava todos os indivíduos que não se enquadravam no modelo idealizado. Assim, constatamos que embora os jornais constituíssem modelos femininos não idealizados distintos, ambos correspondiam com o projeto de nacionalização homogeneizante.

Aos olhos daqueles que as normatizavam, as pecadoras filha de Eva bem como as “mulheres-homens”, não se enquadravam no modelo feminino idealizado, pois não aceitavam ficar restritas à vida doméstica, freqüentavam ambientes considerados impróprios, vestiam-se com trajes considerados indecentes, negavam se casar e se tornar mães. Acusadas de ameaçar e romper os códigos de condutas sociais, elas eram consideradas por si só um atentado à honra, a moral e ao pudor. Dessa forma, ambas apresentavam-se como exemplos a não serem seguidos, e seus episódios narrados nos jornais serviam como pretexto para fundamentar discursos que pretendiam moralizar a sociedade e manter antigos modelos idealizados de mulher.

No decorrer de nossa investigação em relação às “mulheres-homens”, além de sua característica dúbia de identidade, observamos diversas confusões que algumas delas se envolveram. Dentre as mais comuns, encontramos cenas nas quais algumas mulheres travestidas como homens foram assinaladas como participantes de roubos. Averiguamos, que ao narrar episódios envolvendo “mulheres-homens” como suspeitas, os jornais construíam imagens femininas de periculosidade associadas à mudança de indumentária.

A construção de imagens femininas de periculosidade, no entanto, era realizada pela imprensa local de maneira cuidadosa. A maioria dos casos citados era de mulheres de outras regiões, o que induzia o leitor a acreditar que a presença de determinados personagens no Estado de Santa Catarina era pequena ou inexistente. Silenciar as “mulheres-homens” da região poderia ser uma estratégia utilizada para esconder características que consideravam negativas, pois um Estado que pretendia apresentar-se como moderno e civilizado não poderia demonstrar possuir “falhas”.

Além da expressão “mulheres-homens”, utilizada freqüentemente nos periódicos, também encontramos as expressões: rocambole de saias, sexo neutro, diabo de calças e barba azul de saias

para designar mulheres que forjavam identidades consideradas opostas ao seu gênero ou as que apresentavam características expressivamente masculinas. Em nossas leituras, o termo feminismo também nos chamou a atenção, uma vez que poderia ser utilizado para denominar mulheres que se vestiam como homens, que trabalhavam fora de casa, ou, que estavam associadas ao movimento feminista.

Os jornais catarinenses, sobretudo os noticiosos, publicaram uma série de notícias sobre mulheres que se trajavam como homens e forjavam outras identidades. Nos discursos apresentados, tais mulheres também eram caracterizadas como sexo neutro, pois aos olhos da sociedade da época, não poderiam ser consideradas inteiramente homens, porque não o eram biologicamente, bem como também não eram inteiramente mulheres, pois ao adotarem a masculinização eram acusadas de negarem sua natureza e não cumprirem seu papel social.

Qual a explicação para a discussão da construção de identidades nesse período? Os trabalhos publicados a partir das décadas de 20 e 30 do século XX demonstram que foi nesse período que o tema mais chamou a atenção dos médicos e estudiosos. Os relatos coincidem com a implantação de políticas higienistas, eugenistas e racinistas no Brasil, as quais tinham por finalidade regulamentar as condutas sociais, atingir o aperfeiçoamento da raça e constituir cidadãos saudáveis e laboriosos.

Sob o prisma dessas ideologias, os loucos, as prostitutas e os alcoólatras eram caracterizados como grupos desviantes e fora dos padrões de normalidade. De acordo com suas idéias, tais indivíduos deviam ser constantemente vigiados e severamente punidos. Muitos deles, considerados fora dos padrões morais e dos modelos ideais da época, além de serem discriminados e vigiados incessantemente pela sociedade, eram diagnosticados como doentes. De maneira similar, não raro, mulheres que se travestiam de homens eram internadas em manicômios para tratamento.

Cabe ressaltar, que na atualidade, os indivíduos estigmatizados são os mesmos que há tempos atrás foram observados como membros das “classes perigosas”. A moradia, o trabalho e as formas de diversão continuam sendo alvos de intenso controle e servindo como referência para classificar o nível de periculosidade de determinados bairros e regiões. Embora o higienismo e eugenismo pareçam ter permanecido no passado, as atuais discussões sobre clonagem humana, mapeamento genético e estudos referentes ao aperfeiçoamento da raça humana, são assuntos que nos fazem retornar às antigas discussões de eugenia.

Certo receio nos faz fecharmos os olhos e evitarmos ao máximo estabelecermos semelhanças entre os acontecimentos da atualidade a um determinado momento histórico que segregava e classificava indivíduos em saudáveis e perigosos. Mas, as atuais intervenções no corpo não seriam semelhantes àsquelas realizadas há tempos atrás? As tentativas de criarmos um “super-homem” poderiam ser chamadas de novo eugenismo?

Apesar dos modelos ideológicos implantados justificarem as distinções dos papéis femininos e masculinos e estabelecerem o domínio do espaço público para os homens, as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas poderiam facilitar para que alguns indivíduos transitassem nas relações de poder. Muitas mulheres negavam assumir a função de mãe e educadora. Algumas viviam como homens, forjavam outra identidade enquanto outras diziam não possuir aptidão para efetuar trabalhos femininos. Ao não assumir seu papel social, forjar outra identidade, casar e não querer ter filhos, essas mulheres conseqüentemente exerciam outras relações de gênero e de poder.

Assim, Letiza, Celeste Maria, Violeta Moriss, Isabelita, e tantas outras personagens analisadas, embora fossem constantemente vigiadas e normatizadas, utilizavam diversas estratégias para sobreviver, atingir seus objetivos e driblar o aparato social. Elas não seguiam os padrões estabelecidos e embora suas atitudes fossem condenadas, traçavam seus próprios modelos de vida, de acordo com suas realidades sociais e suas necessidades.

LISTA DE FONTES DOCUMENTAIS

Remodelação de Florianópolis. *República*. Florianópolis, 1. fev. 1920. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Que vontade... Reincide em andar vestido de mulher. *O Estado*, Florianópolis, 11. fev. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A campanha pela decência dos trajes femininos. *O Estado*. Florianópolis, 17. fev. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Por ciúmes, entrou o tamanco em ação. *O Estado*, Florianópolis, 19. fev. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Um homem que era mulher. *O Estado*, Florianópolis, 1. abr. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina,

Um homem que era... mulher. *O Estado*, Florianópolis, 4. abr. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

O sensacional caso da mulher-homem. *O Estado*, Florianópolis, 22 abr. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

As calças serão melhores que as saias? *O Estado*, Florianópolis, 23. abr. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Maria “Homem”. *O Estado*, Florianópolis, 2. mai. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Sexo neutro. *O Estado*, Florianópolis, 2. jun. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Vestia-se de homem e passava as noites fora de casa. *O Estado*, Florianópolis, 23. jun. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Para que saibam. *O Apóstolo*, Florianópolis, jun. 1930. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A jovem que transformou-se de um momento para outro num guapo rapaz. *O Estado*, Florianópolis, 1. fev. 1933. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A menina que se transformou num gury. *O Estado*, Florianópolis, 24 fev. 1934. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Família e divórcio. *O Cruzeiro*, Tubarão, 26 mar. 1933. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A mulher masculiniza-se? *O Estado*, Florianópolis, 20. abr. 1934. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Mudando a indumentária. *O Estado*, Florianópolis, 22. mai. 1933. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

O dispositivo sobre o ensino religioso nas escolas foi aprovado por 139 a 51 votos. *O Estado*, Florianópolis, 1. jun. 1934. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A mulher que “virou” homem. *O Estado*, Florianópolis, 5. dez. 1933. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Único jornal catholico deste Estado. *O Apóstolo*, Florianópolis, 1. jan. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A moça que quer ser homem. *O Estado*, Florianópolis, 7 mar. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Curiosa interpretação sobre a honra no Brasil. *O Estado*, Florianópolis, 13. mar. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Lares sem filhinhos. *O Apóstolo*, Florianópolis. 1 ago. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Rocambole de saias. *Diário da tarde*, Florianópolis, 17 de set. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Senhoras e senhoritas lá e cá? *O Apóstolo*, Florianópolis. 15. nov. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Uma mulher que se casou 9 vezes com 9 mulheres... *O Estado*, Florianópolis, 23. dez. 1935. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Mulheres-homens. *O Estado*, Florianópolis, 17 de jan. 1936. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Os bailes e a moralidade. *O Apóstolo*, Florianópolis, 1. jan. 1937. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Casamentos de ontem e hoje... *O Apóstolo*, 15 de janeiro de 1937. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

A educação sanitária das mães. *O Apóstolo*, 15 de fevereiro de 1937. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Dois homens derrotados por uma senhorita. *O Estado*, Florianópolis, 14. mar. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Que as mulheres com grande ardor se dediquem a vida doméstica. *O Apóstolo*, Florianópolis, 15 mar. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Que as mulheres com grande ardor se dediquem a vida doméstica. *O Apóstolo*. 15. mar. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

No dia do casamento... uma vassoura, um espelho e um crucifixo! *O Apóstolo*. 1. jun. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Vestiu-se de homem e espancou o marido. *O Estado*, Florianópolis, 12. jul. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Os casos anormais em que a ciência intervém. *Diário da tarde*, 8. set 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Não quer ser Mário. *A Gazeta*, Florianópolis, 9. set. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Foi Maria e é Mário. *O Estado*, Florianópolis, 4. out. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Era mulher. *A Gazeta*, Florianópolis, 21. out. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Salão de Modas: Sodoma e Gomorra. *O Apóstolo*, Florianópolis, 15. nov. 1938. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Barba azul de saias. *Diário da tarde*, Florianópolis, 24. jan. 1939. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina;

Mães! Filhas! *O Apóstolo*, Florianópolis, 15. nov. 1940. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Metáforas da desordem: o contexto social da doença mental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

AMARANTE, Paulo. Asilos, alienados e alienistas. In Paulo. Amarante (Org.), *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSIS, Machado. de. *O Alienista*. São Paulo: Ática, 1994.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 11 ed. São Paulo: Ática, 1981.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BILAC, Elisabete Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.

BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: USP, 1996.

BITTONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Medicina, médicos e charlatões do passado*. Florianópolis: departamento Estadual de Geografia e Estatística (IBGE), publicação n. 25.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CARMINATI, Celso. João. Gymnasio “ José Brasilício” : alternativa laica para o ensino secundário. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso. João. (Org.); *O TEMPO DOS GINÁSIOS*: Ensino secundário em Santa Catarina - final do século XIX - meados do século XX. 1ª. ed., Campinas - São Paulo - Florianópolis: Mercado de Letras - UDESC, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASALECCHI. José Ênio. *A Proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRESPINO, Jorge. *A história do corpo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Lisboa: Portugal, Difel, 1990

CORRÊA, Humberto Campos. *Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COSTA, Sandro da Silveira. *Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960)*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a História de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1935)*. São Paulo: UNESP, 1996.

D'INÇÃO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DINIZ, Dilma Castelo Branco. Três cartas inéditas de Oswald de Andrade para Monteiro Lobato. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nadia Batella. (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

DOMINGUES, Giorgia de Medeiros. *Entre ervas e caldeirão: quem as bruxas realmente são?* Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & Exclusão: Brasil, 1937 – 1945*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. p. 197.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo - do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GERBER, Diana Mara. *Saneamento urbano e estratégias de poder: Florianópolis (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

GOFFMANN, Ervin. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOLÇALVES, Monique de Siqueira. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol.12 nº.2 São Paulo, junho. 2009.

GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação de Mestrado: Pontifícia Faculdade de Teologia de Nossa Senhora da Assunção. São Paulo: 2006.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós Modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro, 2001.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ISMÉRIO, Clarice. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929.

KLAMT, Valdemir. *O intelectual Mário de Andrade e suas políticas culturais*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

KORNIS, Mônica Almeida. Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, número 34, 2004.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p. 60.

KUPKA, Roselane Neckel. *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec, 1984.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1986.

LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história. 1890 – 1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

LUZ, Madel Therezinha. Lar e maternidade: instituições políticas. In: *O lugar da Mulher*: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MACHADO, ROBERTO. (org). *Danação da norma: a medicina social e a constiuição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARQUES, Elisa Paula. *A loucura engarrafada: relações alcoolismo-loucura em Florianópolis nas décadas de 1930 a 1960*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MELO, Marcos Costa. *Ser ou não ser, louco é a questão: relações crime-loucura*. Florianópolis, 2004. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. p. 55 – 63.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Brasileira LTDA, 1949.

ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 2001.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEREIRA, Ivonete. *As décadas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PEREIRA, Moacir. *Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

PEREIRA OLIVEIRA, Henrique Luiz. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

PESAVENTO, Sandra. J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Átila Alcides. *Memória do Saneamento Desterrense*. Florianópolis: CASAN, 1986.

RENGEL, Simone Aparecida. “*PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO*”: Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

RIBAS, Ana Claudia. *A “BOA IMPRENSA” E A “SAGRADA FAMÍLIA”*: Sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica de Florianópolis – 1929/1959. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreados”: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.40, nº 2, p. 145-182, 1997.

SARDÁ, Juliana. *Na contra-mão da lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930 – 1945)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Rogério Luiz de. As imagens do renascer brasileiro: Catolicismo e ideal Nacional (1930/1945). In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n.11, 2003.

SOUZA, Rogério Luiz de. *Construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da Diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice (orgs). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX. In: D'INÇÃO. M. A. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

VELLOSO, Mônica. Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; EVES, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 003, v1.

VELLOSO, Mônica. Pimenta. *A BRASILIDADE VERDE-AMARELA: nacionalismo e regionalismo paulista*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VENANCIO, Ana. Teresa. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 10(3): 883-900, set.-dez. 2003.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.